UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Márcia do Carmo Oliveira França

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA

Sorocaba/SP

2007

Márcia do Carmo Oliveira França

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Casadei Salles
Doutor em Educação

Sorocaba/SP

2007

Márcia do Carmo Oliveira França

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

BANCA EXAMINADORA:

Ass._____
1º Exam.: Prof. Dr. Odair Sass
Doutor em Psicologia – PUC/SP

Ass._____
2º Exam.: Prof.ª Dr.ª Eliete Jussara Nogueira
Doutora em Educação – UNISO

Às minhas filhas,
com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, acima de tudo, registrar o meu reconhecimento às pessoas que direta ou indiretamente, participaram dos meus caminhos pessoais e profissionais. Assim sendo, agradeço:

Aos meus pais, os primeiros incentivadores quando escolhi a profissão de psicóloga.

Ao Professor Doutor Fernando Casadei Salles, um orientador conselheiro, incentivador, amigo, paciencioso e acima de tudo crítico, que proporcionou que meu olhar pudesse ser transformado e transcrito nesse estudo.

Ao Professor Doutor Odair Sass, pelo interesse, disponibilidade e colaboração, sem as quais eu não conseguiria a documentação necessária para ampliar minha visão.

À professora Eliete, por seu olhar acolhedor e sua fala mansa e compreensiva.

Ao Doutor Lourival Gomes, hoje Secretário Adjunto da Secretaria da Administração Penitenciária, na época do meu ingresso no Sistema Prisional, meu primeiro diretor, na Penitenciária Dr. Paulo Luciano de Campos, em Avaré, e primeiro professor para entender a “fala” do homem preso nos desafios a serem enfrentados na atuação profissional em presídios

Ao Diretor do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, Márcio Coutinho, por seu incrível incentivo à concretização desta dissertação.

Às colegas psicólogas, por suas colaborações nas entrevistas e no comprometimento e cumplicidade para o trabalho no Sistema Prisional.

Ao homem-preso, com quem ao longo dos anos aprendi a reconhecer minhas limitações.

Às minhas alunas da Universidade Paulista de Sorocaba, especialmente as estagiárias-terapeutas da disciplina de Grupos e Instituições do ano de 2006, pelo incentivo nos momentos de cansaço e desesperança.

Ao meu marido Clóvis e às minhas filhas, Giselli e Cibelli, pela paciência e tolerância. Em especial à minha Isabelli, que, em sua pequena sabedoria, soube entender minha ausência e valorizar a importância da Psicologia.

E a Deus, a quem recorro nas horas difíceis, na certeza de ser sempre acolhida.

A felicidade humana, por conseguinte, parece não ser a finalidade do universo, e as possibilidades de infelicidade realizam-se mais prontamente. Essas possibilidades estão centralizadas em três fontes: o sofrimento físico, corporal, perigos advindos do mundo exterior e distúrbios ocasionados pelas relações com outros seres humanos – talvez a fonte mais penosa de todas.

S. Freud

Resumo

O presente estudo tem como objetivo central, discutir a opinião de profissionais atuantes em presídios e penitenciarias. A questão central foi buscar compreender o quanto as universidades estão preocupadas em contemplar áreas pouco expressivas de atuação, além da conhecida atividade em consultórios e clínicas particulares.
O foco não foi discutir matriz curricular, ou a própria diversidade do campo teórico da Psicologia, mas sim, ter uma visão mais abrangente, indicando novas oportunidades para a ampliação no exercício profissional.
A pesquisa adotou como procedimentos metodológicos: a) a aplicação de entrevistas junto a cinco profissionais na cidade de Sorocaba; b) estudos de publicações que se referem ao tema.
As conclusões apontam para um movimento “unilateral”, onde teoria e prática correm de forma paralela, evidenciando uma forte desconexão entre os saberes transmitidos na graduação e o exercício profissional do Psicólogo no Sistema Prisional.

Palavras-chaves: Formação do Psicólogo; Sistema Prisional; Atuação do Psicólogo;

ABSTRACT

The present study has as its main objective to discuss the basic psychologist's education in the light of its performance in prisons. The key question is to try to understand how much universities are concerned in considering fields of less acknowledged performance, besides the well known activity in clinics and other kinds of private practice.

The focus of this study is not to debate the academic subjects that are studied during graduation or the diversity of the theoretical field of Psychology, but to have a wider vision, pointing new opportunities to enlarge the professional exercise.

The conclusions point to a unilateral movement, where theory and practice happen side by side, putting in evidence a strong disconnection between the knowledge transmitted during graduation and the professional practice of the psychologist in the prison system.

Key-words: psychologist's education; prison system; psychologist's performance.

LISTA DE SIGLAS

Acadepen – Academia Penitenciária

CDP – Centro de Detenção Provisória

CFP – Conselho Federal de Psicologia

Coespe – Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CP – Código Penal

CR – Centro de Ressocialização

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CTC – Comissão Técnica de Classificação

DOE – Diário Oficial do Estado

EAP – Escola de Administração Penitenciária

Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística

IES – Instituto de Ensino Superior

Inep – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais

LEP – Lei de Execução Penal

ONG – Organização Não-Governamental

PCC – Primeiro Comando da Capital

SAP – Secretária de Administração Penitenciária

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior

UNISO – Universidade de Sorocaba

LISTA DE IMAGENS

Tabela 1: Caracterização do Sujeito da Pesquisa.....46

Tabela 2: A Formação Profissional.....48

Gráfico 1: Em que local o(a) Sr.(a) exerce a atividade principal como psicólogo.....23

Gráfico 2: Principal área de atuação na Psicologia.....24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 A PSICOLOGIA E O PSICÓLOGO BRASILEIRO 18
2.1 Algumas Citações 18
2.2 A Profissão no País 20
2.3 Que Profissional Queremos Formar? 25

3 O CAMINHAR DAS MINHAS EXPERIÊNCIAS 31
3.1 A Instituição Prisional 31
3.2 Os Caminhos da Experiência 34
3.2.1 Trabalhar “Fechado” é Possível não se Fechar? 34
3.3 A Prática nos Presídios 37
3.4 A Avaliação 40
3.4.1 A Avaliação Psicológica 40

4 A PESQUISA E SEU CONTEXTO 43
4.1 A Voz das Psicólogas Atuantes no Sistema Prisional Paulista 43
4.1.1 A Psicologia Fora do Divã, entre Grades. 43
4.2 O Processo de Investigação 45
4.3 Análise dos Dados 47
4.4 Apresentação e Discussão 48
4.4.1 A Formação Universitária Inicial e Continuada 48
4.4.2 Status 51
4.4.3 O Saber da Experiência – A Prática Vivida 53
4.4.4 O Trabalho Interdisciplinar 55

5. ANÁLISE DOS DADOS 58
5.1 Análise dos Dados 58

CONSIDERAÇÕES FINAIS 62

REFERÊNCIAS 66

APÊNDICE 70

ANEXO A- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA Nº1 81

ANEXO B- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA Nº2 90

ANEXO C- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA Nº3 102

ANEXO D - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA Nº4 112

ANEXO E- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA Nº5 126

ANEXO F: MAPA DAS UNIDADES 137

1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente investigação é fazer uma avaliação da relação entre duas Instituições fundamentais da sociedade, a Universidade (enquanto formação) e o Sistema Prisional[1], mais especificamente, o nosso interesse se circunscreve à relação das escolas de Psicologia com o Sistema Prisional, em termos de suprimento de quadros profissionais de Psicologia.

Como se sabe esta relação é marcada por inúmeros desencontros e enormes dúvidas quanto ao papel da Psicologia em um Sistema Prisional do tipo que temos em funcionamento no Estado de São Paulo.

Esta situação se agrava, na medida em que, boa parte da crise existente no Sistema Prisional Paulista, que se expressa através de super lotação, motins, greves e facções, não se localiza no funcionamento propriamente dito da Instituição Penitenciária, mas faz parte de uma crise mais ampla da modernidade que tem na Instituição Penitenciária um pilar fundamental do seu sistema de ordenação e dominação, que de certa forma garanta a “ordem” Social, confinando as pessoas “desordenadas”, violentas, marginalizadas.

Além, portanto, de uma crise no funcionamento do “Sistema”, que impede que ele se articule como uma “Unidade Funcional Sistêmica”, temos também que analisá-lo do ponto de vista das grandes estruturas sociológicas e históricas que condicionam na sociedade, a sua prática social.

Por esta perspectiva, o olhar para o Sistema Prisional deve se realizar por dois ângulos distintos e complementares: como fonte infindável de angústias, tensões e sofrimentos humanos e, outro, como sintoma de inúmeros problemas estruturais que extrapolam os limites da sua própria realidade, na sociedade.

No caso da presente investigação circunscrevemos o olhar apenas para o primeiro ângulo da questão, sem ignorar que nela estão presentes os grandes problemas estruturais existentes na sociedade que condicionam e determinam a sua forma de ser.

Antes de mais nada, nos impõe esclarecer que o recorte proposto deve-se, exclusivamente, a uma questão pragmática que vê na abrangência do tema uma

---

[1] Sistema Prisional- Embora por definição “Sistema”, seja referência de integração, coerência e consistência em comandos e ações, utilizaremos o termo “Sistema Prisional” em detrimento ao termo “Instituição Prisional”.

ameaça a sua própria realização. Não se trata, pois de desconhecer a importância das grandes determinações histórico-sociais na influencia das relações que as escolas de Psicologia estabelecem com o Sistema Prisional, mas simplesmente de uma escolha pragmática, que, com base no cotidiano, recorta o objeto de investigação a partir de duas razões básicas. A primeira pela insuficiência física de tempo, a qual a pesquisa está submetida e a segunda, pelo interesse deliberado de discutir a relação em questão, do ponto de vista mais estritamente da Psicologia, ou seja, do campo do sofrimento humano, das tensões e angustias.

Assim sendo, o problema da presente pesquisa decorre imediatamente deste posicionamento, que pode ser expresso por uma única questão: em que medida os Psicólogos devem a sua atuação profissional no Sistema Prisional a uma formação adequada, dirigida a esta finalidade? Ou de outra maneira: a formação dos Psicólogos oferecida nos cursos de Psicologia possibilita os Psicólogos a exercerem sua profissão no Sistema Prisional do Estado de São Paulo?

A proposta desta investigação parte de um pressuposto bastante objetivo, que consiste em entender que este estudo só pode acontecer no contexto das demandas provocadas pelo Sistema Prisional, cuja característica ao longo do tempo tem sido a de definir diferentes papéis para os Psicólogos vinculados ao sistema.

A forma e o conteúdo do trabalho do Psicólogo nas prisões têm passado por algumas modificações, desde sua entrada para o trabalho no Sistema Prisional, contudo nota-se que não houve grandes mudanças nos cursos de Psicologia. no que diz respeito à formação acadêmica

Dessas modificações, destacamos duas delas pela centralidade que ocupam no exercício das demandas feitas ao trabalho dos Psicólogos no Sistema Prisional Paulista. A primeira diz respeito à Lei n.º.210/84[2] Lei de Execução Penal (LEP) do Código Penal Brasileiro, que segundo estudiosos do Direito Penal, sê devidamente implementados poderia vir a se constituir num instrumento eficaz do efetivo cumprimento da pena.

[2] A lei nº. 7.210/84, entre outras determinações instituiu a comissão técnica de classificação, e o Exame Criminológico.

Nesta perspectiva caberia ao Psicólogo uma função eminentemente pericial. A segunda, refere-se à Lei n.º10.792/03[3] que deu nova redação à lei de 1984, tirando do Psicólogo o caráter avaliativo de sua ação.

A LEP, ao determinar o elenco de medidas relativas à assistência social do preso, contempla o caráter social e humano do Código Penal e espera que o Estado, por intermédio de seus funcionários, gestores e executores, efetive nas prisões metodologias que materializem o processo de reintegração social[4] o qual leve os indivíduos presos a elaborar novos projetos de vida, fora da criminalidade (Costa, 2006).

Isto implica em vários posicionamentos dos Psicólogos, que vão desde as necessidades de formação especificamente voltadas para esta finalidade, até a definição política do trabalho proposto para ser exercido pelos Psicólogos no Sistema Prisional.

A pergunta que se impõe a fazer é até que ponto há uma preocupação efetiva das escolas de Psicologia em equacionar essas variações no campo de trabalho do profissional, cuja atuação se realiza no Sistema Prisional? Além de saber também, como as escolas tratam a crítica político-ideológica destas instituições de onde decorre diretamente os prováveis papéis profissionais passíveis de serem desempenhadas pelos futuros Psicólogos.

Neste sentido a presente investigação busca entender, através da interlocução com alguns autores críticos das chamadas Instituições Totais, em particular, os presídios, e alguns depoimentos de Psicólogas atuantes no Sistema

---

[3] No dia primeiro de dezembro de 2003 foi publicada no DOE a Lei nº. 10.792, alterando a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal, eliminando o exame criminológico, cujos pareceres auxiliavam os juízes e promotores públicos a manifestarem-se sobre a progressão de pena dos indivíduos presos ou o julgamento de benefícios – Semi-aberto, Livramento Condicional, Indulto Presidencial, Comutação de Penas e Prisão Albergue Domiciliar.

[4] O termo “reintegração social” é usado em substituição ao termo “ressocialização”. O conceito de reintegração social é utilizado por Alessandro Baratta, criminológico e penalista italiano, que defende o direito penal mínimo. Este conceito é utilizado por Baratta em oposição à “readaptação”, “reeducação”, “reabilitação” e “ressocialização”. Baratta defende que os profissionais das áreas técnicas que atuam nas prisões devem desenvolver estratégias para a “reintegração social” dos indivíduos presos. Essas estratégias não devem ter a intenção de internalizar no indivíduo normas de readaptação de sua conduta no social. Não deve tentar conscientizar no indivíduo de que ele errou e que, portanto, deve adequar-se às normas institucionais para cumprir sua pena. Baratta adverte que os profissionais devem promover programas dentro das prisões que conscientizem o indivíduo daquilo que ele pode vir a realizar, daquilo que ele pode vir a ser. Conscientizá-lo de suas qualidades e de seus deveres para consigo e para com a sociedade, enquanto cidadão de direito (Fonte: SAP – Caderno Anais I, 1985, p. 07).

Prisional, qual ou quais as perspectivas formativas que norteiam a prática pedagógica destas Instituições.

O pressuposto básico para a compreensão do papel das Instituições formadoras é a de que não ofereçam uma formação meramente tecnicista e generalista simplesmente, mas que possam posicionar os futuros profissionais Psicólogos para além das contingências ou determinações do mercado.

Isto implica um olhar para a dicotomia entre teoria e prática em que se observa o fracionamento do conhecimento recebido durante o curso, embora ele corresponda a uma característica da ciência unitária.

Partindo destas observações a hipótese central desta investigação é a de que as múltiplas disciplinas, com diferentes conceituações básicas da Psicologia ou técnicas Psicológicas que formam parte grade ou matriz curricular não estão integradas de forma a oferecer ao aluno uma formação mais especifica para a sua atuação no Sistema Prisional.

Além de toda a problemática no campo da ciência é preciso, buscar um ponto de vista político que sirva como uma espécie de definição do papel social do trabalho exercido pelos Psicólogos no Sistema Prisional.

Começamos salientando a complexidade desta discussão lembrando a reflexão sobre a atuação profissional dos Psicólogos no Sistema Prisional, registrada na Carta do Conselho Regional de Psicologia, subscrita na reunião de primeiro de outubro de 2005, quando diz que, “a figura do técnico em Instituição Prisional, nasceu no bojo da possibilidade de prever, controlar e adestrar o corpo social a fim de manter o *status quo* e o poder socialmente estabelecido”.

A visão crítica de Basaglia (1985), ocorre no mesmo sentido ao observar que a presença dos Psicólogos nos presídios cumpre apenas a uma função social: a de propiciar, pelo álibi da ciência a legitimação da ideologia prisional. Nunca haveria espaço para o questionamento da ordem estabelecida, a natureza da Instituição Prisional de acordo com o tipo de sociedade, capitalista, para qual o Psicólogo presta o seu serviço impede qualquer movimento que, minimamente, coloque em dúvida sua legitimação social.

O ponto de vista de Basaglia em relação ao Sistema Prisional, deriva de sua visão a respeito da relação norma-indivíduo na sociedade capitalista.

> “Para o autor o Sistema capitalista, além de produzir um aumento dos bens de consumo, bens que são propostos como sinais dos graus de bem estar social, produz também um aumento de contradições e com elas uma aumento da inadaptações à ”norma“ (1985, p.9)

Talvez, não no extremo tratado por Basaglia, entretanto, não há dúvidas quanto à necessidade do Psicólogo ao trabalhar no Sistema Prisional, preservar sua identidade profissional, uma vez que, além dos conhecimentos básicos de Psicologia, deve conhecer também as especificidades que deverá dominar no exercício de sua atuação, em certa medida as leis e determinações do Código Penal Brasileiro.

Além, ainda destes aspectos político-ideológicos contidos na crítica de Basaglia, temos de levar em conta o processo de desumanização que os indivíduos submetidos á norma carcerária padecem.

O efeito paradoxal dos “estigmas” é que se exige uma vida exemplar, perfeita, para aqueles que já demonstraram a tendência a um comportamento “anormal”. Tanto o recluso como o doente mental, são desculpas perfeitas para eliminar a todos os elementos que impedem o “normal” funcionamento e desenvolvimento de nossa sociedade. (p.10)

O grupo dominante preserva a ordem pública, o ritmo produtivo, a eficiência de sua organização, o funcionamento da vida antinatural que produz e impõe protegendo a quem trabalha da ameaça potencial representada pelos marginalizados(os que não produzem, os que “voluntariamente” se excluem ou involuntariamente são excluídos do intercâmbio social) (p.11)

““Quem tem o poder sempre encontra uma maneira de legitimá-la, ou pela imposição ou através da” humanização” pela assistência de um psicólogo ou Assistente Social, embora já estejam funcionando Instituições tolerantes, onde a doença, a inadaptação e a delinqüência podem ser controladas sem uma violência demasiado explícita, mas na lógica do Capital, construir novas prisões significa construir novos aprisionados, já que a finalidade fica na organização das necessidades e não na resposta direta às mesmas”(p.13)

Para Goffman (1974), o fenômeno de prizionização é aquele em que o ser humano sofre, vivendo em qualquer Instituição Total fechada (manicômios, prisões, conventos ou quartéis), a transformação do Código de valores e condutas, para adequar-se ao universo fechado, diverso do meio social aberto. As prisões, segundo

o autor são simbolizadas pela barreira à relação Social com o mundo externo e por proibições à saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico: portas fechadas, muros, arame farpado, fossas, água, etc.

Deixando provisoriamente de lado estas indagações, que retomaremos mais a frente, e retornando o encaminhamento prático da pesquisa, estabelecemos duas estratégias básicas para obtenção de dados pertinentes à pesquisa. Uma de natureza estritamente bibliográfica dividida em duas partes, a primeira voltada para a discussão mais estrutural da problemática, cujos autores principais são: Franco Basaglia, Erving Goffman, Donald Winicott, que serviram como suporte teórico da análise.

A segunda, de caráter mais específico com ênfase no mercado de trabalho e formação dos Psicólogos, cujos autores principais são: João Leite Ferreira Neto, Silvia Lane. Ana Maria Bock e Sidney Shine.

Outra estratégia utilizada constituiu em trazer para a discussão a opinião e as convicções de cinco Psicólogas atuantes no Sistema Prisional na cidade de Sorocaba. Estas opiniões e convicções foram obtidas através de entrevistas semi-abertas.

Por fim, a estruturação do trabalho foi feita com base em dois capítulos, seguida de uma parte exclusivamente reservada para as considerações finais da pesquisa. No primeiro capítulo o foco se volta para a discussão do Psicólogo, desde a sua formação acadêmica até o exercício de sua profissão. Quais as diretrizes e normas que regem a graduação em Psicologia? Cabe ressaltar que tem um espaço especial que faz menção às normas e diretrizes para os cursos de Psicologia.

No segundo capitulo, descrevo sem maiores pretensões, a presença do Psicólogo no Sistema Prisional, destacando três aspectos de sua atuação. Em primeiro lugar dando ênfase ao instrumental técnico colocado à sua disposição, principalmente no que diz respeito ao seu papel de avaliador, em segundo lugar ao seu papel como elaborador de laudos periciais e por último, sua atuação pós-destituição das CTCs, ocorridas no ano de 2003.

Em seguida fecho a exposição respondendo a pergunta que me fiz no início da investigação: *Em que medida a formação oferecida nos Cursos de Psicologia habilita os Psicólogos a exercer sua profissão nos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo?*

2 A PSICOLOGIA E O PSICÓLOGO BRASILEIRO

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Campanha Nacional dos Direitos Humanos

2.1 Algumas Citações

A profissão de psicólogo foi regulamentada pela Lei nº. 4119, de 27 de agosto de 1962, que também dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia. Até 1974, o exercício da profissão exigia o registro prévio no Ministério da Educação e Cultura. Em 1971, a Lei nº. 5766 criou o Conselho Federal de Psicologia e os correspondentes Conselhos Regionais, com o objetivo de fiscalizar o exercício profissional.

Em 17 de outubro de 1992, o Conselho Federal de Psicologia, enviou ao Ministério do Trabalho a seguinte contribuição sobre as Atribuições do Psicólogo no Brasil[5]:

Segundo esse documento compete aos psicólogos :

> Proceder ao estudo e análise dos processos e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, onde quer que se dêem estas relações.
> Em seguida a descrição se volta para o campo da atuação do psicólogo dentro de suas especificidades profissionais:, atua no âmbito de educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano.
> Para na continuidade descrever a forma como psicólogo pode contribuir para a produção do conhecimento científico da psicologia através da observação, descrição e análise dos processos de desenvolvimento.

[5] Associação Brasileira de Psicologia. Disponível em: http://www.abrapso.com.br. Acesso em: 20/09/2006

> inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos hereditários, ambientais e psicossociais sobre os sujeitos na sua dinâmica intrapsíquica e nas suas relações sociais.
> Por fim, a descrição do Conselho Federal de Psicologia finaliza para os espaços físico-instituicionais para o psicólogo exercer a sua profissão. Começa destacando que o psicólogo pode exercer sua profissão individualmente ou fazendo parte de equipes multi-disciplinares, em instituições privadas ou públicas, em organizações sociais, formais ou informais.

Dentre as possibilidades de atuação, o Conselho Federal de Psicologia[6] especifica e define: Psicólogo Clínico, Psicólogo do Trabalho, Psicólogo do Trânsito, Psicólogo Educacional, Psicólogo Jurídico, Psicólogo do Esporte, Psicólogo Social, Professor de Psicologia (Ensino Fundamental II e Ensino Superior).

Como no caso da presente investigação só nos interessa tratar de uma determinada área de atuação, que é a do psicólogo jurídico, vamos nos concentrar exclusivamente nos aspectos que circunscrevem a sua atuação profissional.

Inicialmente, portanto, cabe verificar como o Conselho Federal de Psicologia define a atuação do psicólogo jurídico:

> Atua no âmbito da justiça, nas instituições governamentais e não-governamentais, colaborando no planejamento e execução das políticas da cidadania, direitos humanos e prevenção da violência. Para tanto, sua atuação é centrada na orientação de dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos sujeitos que carecem de tal intervenção. Constitui para a formação, revisões e interpretação das leis.

A deliberação do Conselho descreve as minúcias na regulamentação de suas atribuições, das quais destacamos:

> - Avaliação intelectual e emocional das crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos.
> - Atua como perito judicial nas Varas Civis, Criminais, Justiça do Trabalho, da Família, da Criança e do Adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias a serem anexadas aos processos.
> - Elabora laudos, relatórios e pareceres, colaborando não só com a ordem jurídica, como com o indivíduo envolvido com a justiça, através da avaliação da personalidade destes e fornecendo subsídios ao processo judicial.

Como se pode observar, a deliberação do Conselho delimita a prática do trabalho do Psicólogo, em uma base estritamente cientifica, ora como avaliador técnico, ora como perito elaborando laudos e pareceres.

---

[6] Disponível em: http://www.pol.org.br

O que não se pode deixar de observar, é que muito embora a ação do psicólogo esteja fundamentada parte em conclusões cientificas, por outra, fundamenta-se na expectativa que a sociedade tem do papel que ele, profissional, tem a desempenhar.

Segundo Ferreira Neto (2004), a psicologia no Brasil como profissão é prática jovem, com quarenta e quatro anos completos. Durante esse período enfrentou alguns impasses no âmbito da atuação e da formação; o destaque inicial é a segunda metade da década de 1970, quando ocorre a emergência de um conjunto de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e subjetivos, no período que antecede à abertura democrática, colocando em xeque, entre tantas outras coisas, o saber e o fazer dos psicólogos.

Muito embora a psicologia seja de certa forma uma profissão “jovem” no Brasil, o que nos interessa é saber em que medida a profissão se mostra atenta às solicitações sociais e o quanto caminha, como se expande e se diversifica para atender às demandas e necessidades da sociedade.

Certamente não se pretende exacerbar a importância da profissão do psicólogo, mas, na verdade, reafirmar a necessidade de atualização e alcance da profissão, pois é imperativa a reflexão e sistematização do conhecimento gerado com base em novas políticas.

Cabe ressaltar que, para o exercício da profissão, é exigido o registro no Conselho Regional de Psicologia em cuja jurisdição esteja indicado o local de atuação do psicólogo.

2.2 A Profissão no País

A cultura profissional do psicólogo já tem parte de sua história registrada em alguns trabalhos, como se observa em Massimi (1990) e o próprio Conselho Federal de Psicologia (1998), que se ocuparam em divulgar a história da Psicologia desde as suas primeiras manifestações quando começava a separar o seu destino da filosofia, até o início do século XX. Alguns relatos históricos, mais voltados para a realidade brasileira, podem ser encontrados em autores, como Dimenstein que apresenta descrição e análises detalhadas e bem delineadas de eventos históricos e institucionais do final da década de 1970 até a década de 1980 no País e suas

relações com a entrada do psicólogo no mercado de trabalho do Serviço Público. Outro relato bastante detalhado da história da formação profissional no Brasil pode ser encontrado em Bock (1999), em que a autora nos apresenta uma descrição de acontecimentos políticos e sociais que estiveram presentes desde a década de 1970 até meados de 1990, fazendo minuciosa discrição e avaliação, ano a ano, dos movimentos de vários segmentos da categoria profissional dos psicólogos, que, segundo seu ponto de vista, resultaram numa transformação positiva da profissão.

Ainda, segundo Dimenstein, no final da década de 1970 começa o movimento de abertura de mercado para as Instituições Públicas, com o aumento de psicólogos inseridos nesse contexto trabalhista. Esse movimento expandiu-se muito lentamente nos anos seguintes, sendo ainda o número de profissionais pouco expressivos, comparado a outras categorias profissionais de saúde e outras áreas de atuação dos psicólogos. Assim, podemos entender que as políticas públicas de saúde do final dos anos 1970 e na década de 1980 mais a crise econômica dos anos 1980, levaram ao afastamento da clientela dos serviços privados.

O modelo prevalente de formação em Psicologia até os anos de 1980 foi calcado na noção de áreas de atuação. Desde 1962, quando a profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil, o ensino e a prática em Psicologia foram demarcados em três grandes áreas de atuação: a área clínica, a área escolar e a área industrial. Alguns cursos chegaram a oferecer ao aluno do último ano de formação (quinto ano) a possibilidade de optar, preferencialmente, por uma dessas três áreas. Ressaltando que dentre as três áreas, a clínica estabeleceu-se como a mais nobre e de maior preferência entre os recém-formados (FERREIRA NETO, 2004). Cabe ressaltar o que Lo Bianco (apud FERREIRA NETO, 2004) denominou Concepção Clássica de Psicologia Clínica: *"Engloba as atividades de psicoterapia e/ou psicodiagnóstico exercida em consultórios particulares por profissionais liberais, tendo um enforque teórico-técnico intra-individual."*

É importante acrescentar, que a clinica "psi"[7] tem hoje, um caráter plural sendo praticada em outros contextos de maneiras variadas, mais ainda sim voltada a atividade privada ou particular.

A década de 1980 foi marcada pela intensificação do intercâmbio entre os profissionais e pela discussão teórica das práticas e metodologia utilizadas. A

[7] Campo "psi" – termo utilizado para caracterizar um campo aberto, que abriga diferentes correntes teórico conceitual.

década de 1990 amanheceu com a população brasileira aumentando, empobrecendo e envelhecendo, avançando democraticamente e criando instituições de defesa dos direitos da cidadania, das crianças e adolescentes, do idoso, das minorias e de proteção do meio ambiente. Se por um lado as práticas políticas dos movimentos sociais geraram transformações nas Instituições brasileiras, exigindo a consolidação de práticas psicossociais junto às populações que não tinham, até então, acesso a esse tipo de serviço, demandando novas formas de trabalho, por outro lado a própria atuação dos Psicólogos Sociais dentro das comunidades e dos movimentos sociais contribuiu na busca de transformações das Instituições. Tais transformações, consolidando as práticas iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, passaram a demandar uma atuação mais elaborada dos profissionais da área (PSICÓLOGO BRASILEIRO, 1994, CFP, p. 254).

Numa extensa pesquisa realizada em 1987 pelo Conselho Federal de Psicologia, encontrou-se que 55,3% dos profissionais em atividade no país tinham preferência pela área clínica. Os dados indicaram praticamente uma identificação entre e psicologia e a clínica dentro do modelo liberal privado.

Outro autor que nos trás importantes contribuições acerca da análise da inserção profissional do psicólogo no Brasil é Odair Sass (1988) que após extensa pesquisa, chega à conclusão de que as atividades dos psicólogos são colocadas na seguinte ordem de preferência: clínica (consultório), indústria (organizacional), educacional (escola básica e de ensino superior), sendo o consultório, de longe, o principal local de trabalho do psicólogo. O estudo descreve a conhecida tendência hegemônica da atuação profissional do psicólogo no sentido privatista, clínico e individualizante.

Ainda na década de 1990, a discussão sobre a necessidade de o psicólogo assumir compromissos sociais fica evidenciada pelos Conselhos Federais e Regionais que tomam iniciativas, propondo reflexões acerca do compromisso social de Psicologia, tome-se como exemplo a luta antimanicomial.

Como se pode observar, tanto a pesquisa realizada pelo CFP quanto as contribuições trazidas pelas pesquisas de Sass chegam à mesma conclusão em relação às preferências profissionais dos psicólogos pela clínica (consultório).

Interessante acrescentar que, em março de 2004, o Conselho Federal de Psicologia encomendou uma pesquisa ao Ibope, para qual foram entrevistados dois mil psicólogos, visando levantar opiniões sobre a revista *Psicologia: Ciência e*

Profissão, bem como saber sobre o exercício da profissão de psicólogo, junto aos psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia (gráfico 1). Entre os quesitos abordados, considerei importante apresentar alguns dados coletados, como os exemplos abaixo:

Gráfico 1 – Em que local o (a) Sr.(a) exerce a atividade principal como psicólogo?

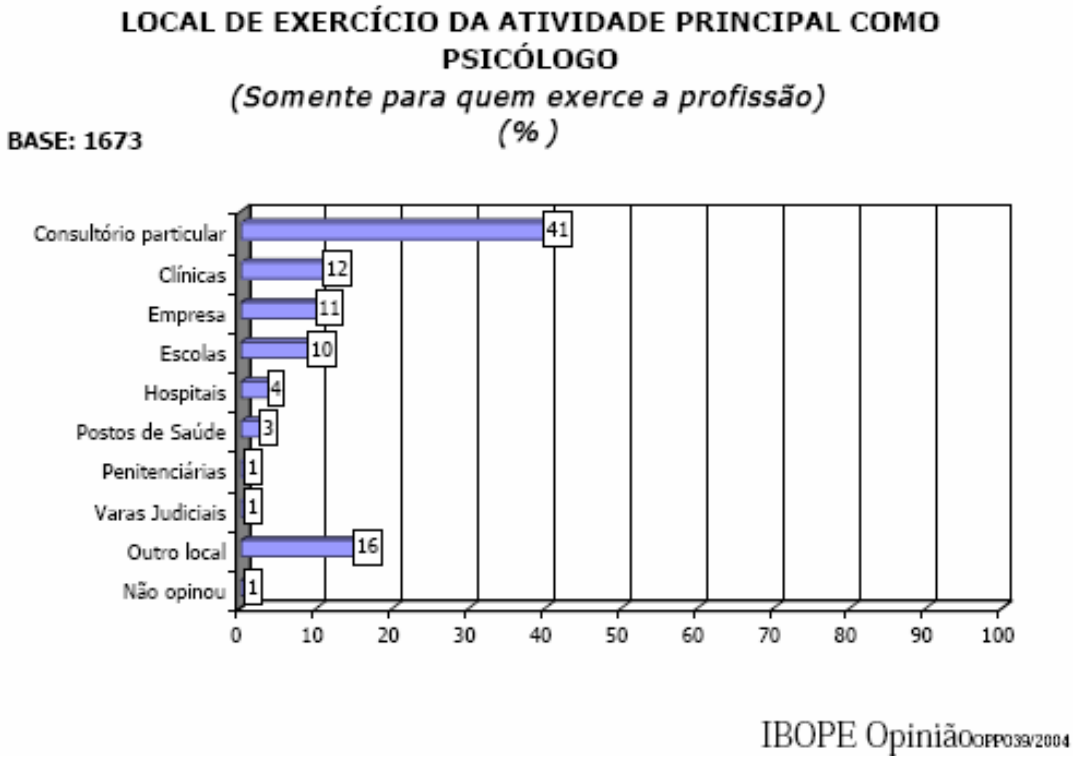
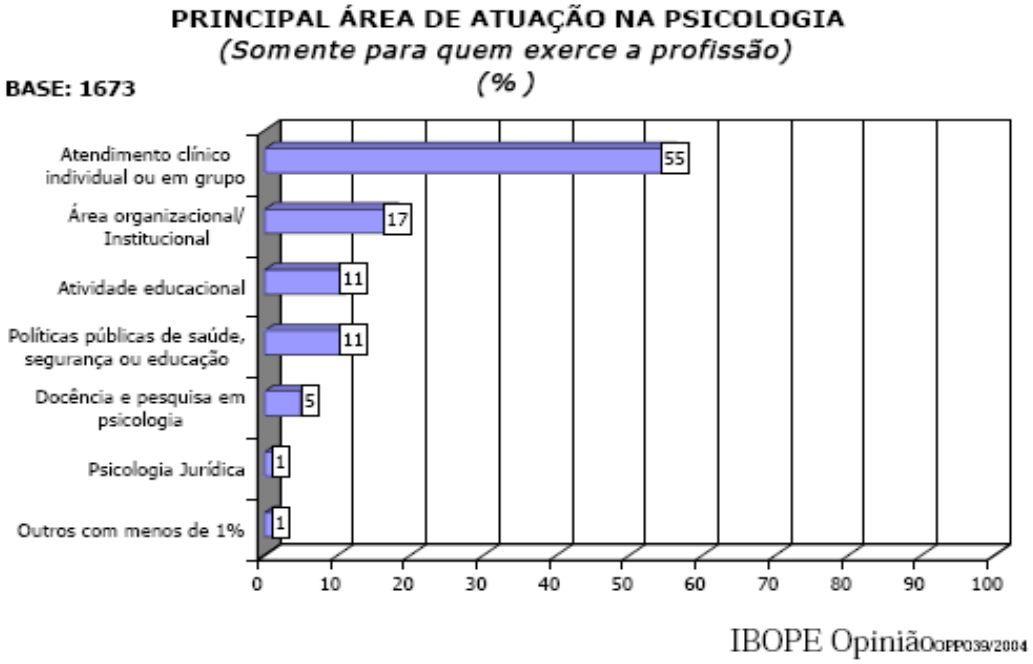


Gráfico 2 – Principal área de atuação na psicologia[8] (somente para quem exerce a profissão)



Como podemos constatar, é, ainda hoje, a área clínica a atuação que melhor representa a escolha dos psicólogos para exercer sua atividade profissional, com 55% dos psicólogos atuando em atendimento clinico. Assim sendo, consideramos necessário que se discuta com os psicólogos, especialmente os que estão em formação, acerca do compromisso social que a ciência carrega. Ora, estamos numa era de transformações e incertezas, a população brasileira sofre com as mudanças sociais e econômicas que se impõe, já não é possível se pensar apenas em formas individuais de sofrimento psíquico, as condições sociais são desiguais, injustas, até cruéis. A intervenção psicológica pode ser mais ampla, onde a prática atravesse o modelo médico-paciente e chegue à comunidade carente de conhecimento e atitudes comprometidas.

O psicólogo precisa comprometer-se socialmente, inquietar-se, incomodar-se, não aceitar o pronto e acabado, senão podemos dizer que a formação falhou, não atentou para essa realidade preocupante, séria e triste.

Segundo Ferreira Neto (2004):

[8] Disponível no site: http://www.pol.org.br/publicacoes/pdf/Pesquisa_IBOPE.pdf. Acesso 14/07/2006

> A preocupação com as distorções no âmbito da formação do psicólogo no Brasil é uma constante no correr dos anos. Alguns elementos são sempre reincidentes, tais como a hegemonia de uma ênfase clínica voltada para as camadas médias e altas da população com o conseqüente afastamento da maioria da população brasileira e a desvinculação entre a formação e a realidade brasileira (p. 116).

É com base, portanto, em um conjunto de eventos que se dará a desmontagem de um modelo hegemônico de clínica e a construção de novas modalidades do fazer clínico, sob pena de manter-se o distanciamento da necessidade real da população e a manutenção elitizada e míope dos saberes psicológicos.

2.3 Que Profissional Queremos Formar?

Logo no início deste subtítulo destaco uma passagem do prefácio do livro de Ferreira Neto (2004):

> É de fundamental importância que as Instituições formadoras assumam uma postura crítica em relação às contingências de um mercado cada dia mais globalizado e às exigências colocadas pelo Ministério da Educação, aí incluídos a reformulação dos currículos e a aplicação do “Provão”. As instituições de ensino não podem se contentar em oferecer uma formação meramente tecnicista.

O autor alerta para a assustadora autorização do MEC para a abertura de cursos de Psicologia no Brasil, o que implica nos rumos do ensino de psicologia acelerados pela onda mercantilista, em que a formação e as necessidades da sociedade brasileira são preteridas em relação ao mercado, além é claro da necessidade da manutenção do rigor cientifico para o aprendizado, assim como para a diversão ética.

Assim sendo, é necessário tanto discutir o papel da psicologia nos presídios quanto a função e a atuação dos profissionais, bem como as demandas da formação existentes atualmente, que certamente devem promover, desenvolver e incentivar a capacitação técnica psicológica, promovendo a ampliação dos campos de conhecimento para não só humanizar como comprometer-se ética e politicamente.

Por isso, uma formação em psicologia que vise o perfil de um profissional técnico, capaz de responder adequadamente a diversos tipos de demandas, deve ser vista com reservas. Em especial por correr o risco de uma nova e indesejável dissociação entre a clínica e política. Uma atuação que não toma a demanda social e política da sociedade como objeto de um trabalho crítico presta um desserviço à psicologia como profissão.

Lembrar Neto (2004), “um profissional com formação tecnicista pode até atender bem, mas não é criativo, e nem reflexivo. A capacidade crítica não se configura num luxo supérfluo. È ela que facilita ao profissional articular o como fazer ao porque fazer”.

Pesquisas, estudos e sucessivas reformas de currículo se iniciaram na década de 1970 (apenas dez anos após a regulamentação da profissão) e intensificaram-se na década seguinte. Essa tendência mantém-se até o final dos anos de 1990, em decorrência de um novo fator: o processo de Avaliação Nacional de Cursos, organizado pelo Ministério da Educação. Cabe lembrar que, no ano de 2006, ocorreu o Enade, que detalharei logo mais!

Na formação do psicólogo, dada a diversidade teórica e metodológica da psicologia, fazem-se necessários a pesquisa, a extensão e o ensino reflexivo crítico e engajado.

Segundo Del Prette & Del Prette, o crescimento da população universitária engrossa a lista (não muito extensa) de realizações da gestão administrativa 1995/2002 do Ministério da Educação. De fato, o número de vagas preenchidas no ensino superior aumentou consideravelmente nos últimos anos. No entanto, os problemas referentes à formação universitária também aumentaram. Atualização de referências (livros e periódicos), de equipamentos didáticos e de laboratório, cursos de preparação e reciclagem do corpo docente, treinamento de pessoal especializado (atividade meio), material de consumo, tudo isso faz parte do rol de problemas imediatos, mesmos nas melhores universidades do país.

Além destas questões, continuam os autores, há uma outra que faz parte das discussões que permeiam a sociedade como um todo e os meios de comunicação em geral: trata-se da qualidade da atuação profissional, que remete às críticas e cobranças cada vez mais contundentes sobre a qualidade do ensino. (Estudante Universitário p. 105).

O questionamento sobre a atuação profissional é usualmente direcionado para: a) a qualidade técnica para o exercício da profissão em si mesma, b) o compromisso ético inerente à atividade profissional e c) a forma como o profissional constrói e consolida sua relação com aqueles (clientes e colegas) com quem trabalha.

Na Psicologia, o Ministério da Educação recorreu a entidades representativas das várias posições acadêmicas e profissionais, bem como aos órgãos de classe. Estes especialistas, em trabalho conjunto, elaboraram as diretrizes, homologadas, finalmente, no ano de 2004[9].

Desde a publicação da lei, em 12 de abril de 2004, às Instituições de ensino foi dado o prazo de dois anos para a reformulação de seus projetos pedagógicos. Respeitadas as peculiaridades próprias e regionais, as instituições de ensino constroem o seu projeto de curso, sendo livres para definir, com base no "núcleo comum" de formação, ênfases curriculares que circunscrevem os conjuntos de conhecimentos a serem adquiridos pelos formandos.

Nas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, enquanto campo de conhecimento e atuação, o objetivo é a configuração de certos perfis que dão identidade a um curso de Psicologia.

Uma vez implementado o projeto pedagógico, as instituições devem prever também procedimentos de auto-avaliação periódicos, dos quais devem resultar informações úteis para o contínuo aprimoramento do curso.

O Sinaes, estabelecido pela Lei nº. 10.861 de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da Educação Superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social, e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

---

[9] O Diário Oficial da União publicou, no dia 18 de maio de 2004, a resolução CNE nº. 8 de 7 de maio de 2004, que instituiu as diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia. Estas são apresentadas como fruto de uma negociação entre dois grupos: a Comissão de Especialistas e o Fórum de Entidades. As modificações não são muitas. De fundamental, prevaleceram as reivindicações preconizadas pelo Fórum de Entidades quanto à terminalidade única do curso de psicologia e o conseqüente fim das três terminalidades até então oferecidas (Bacharelado, Licenciatura e Formação do Psicólogo), além da exigência de que os cursos ofereçam, pelo menos, duas ênfases curriculares, facultando ao aluno possibilidade de escolha. O texto final ficou, portanto, mais enxuto, ainda que conserve grande parte da redação da proposta anterior.

A proposta atual de transformação do Ensino Superior apóia-se em princípios educacionais que se traduzem por um modelo sustentado em dois pontos: **diretrizes curriculares e avaliação.**

O Sinaes integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, com aplicação em diferentes momentos:

Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies) – o centro de referência e articulação do Sistema de Avaliação, que se desenvolve em duas etapas principais: a) auto-avaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Instituto de Ensino Superior (IES); b) avaliação externa, por comissões designadas pelo Inep, segundo diretrizes pela Conaes.

Avaliação dos cursos, procurando identificar condições de ensino, perfil_do corpo docente, instalações organização didática pedagógica.

Avaliação do desempenho dos estudantes (Enade,[10] 2006), que é componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação, conforme o artigo 5º, da Lei nº. 10.861 de 14/04/2004, na área de Psicologia, e tem por objetivos:

a) avaliar o processo de formação do psicólogo, no que diz respeito ao desenvolvimento das competências, habilidades e conhecimentos necessários ao futuro profissional, em consonância com os princípios e compromissos explicados nas Diretrizes Curriculares;

b) mapear, por intermédio do desempenho dos estudantes, em que medida a formação básica em psicologia está sendo adequadamente desenvolvida pelos cursos de graduação em Psicologia no país;

c) caracterizar o perfil sócio-econômico dos estudantes e investigar fatores individuais, institucionais e do próprio curso, associados ao desenvolvimento das competências, habilidades e conhecimento.

A prova do Enade, que ocorreu no ano de 2006 e foi aplicada aos alunos do primeiro e último ano dos cursos de Psicologia, tomou como referência o perfil do profissional de psicologia descrito com base no conjunto a habilidades que definem o núcleo comum da formação em Psicologia.

É bem vindo um cuidado com a profissão, e que haja posicionamentos e questionamentos em relação à práxis psicológica. Prática essa que, espera-se, se

---

[10] Enade – O resultado do Enade está previsto para ser divulgado em meados de maio.
A participação do ENADE é condição fundamental para a conclusão do Curso Superior. A falta do aluno implica sua não colação de grau.

inicie na formação, nos bancos das universidades, local propício para análises e discussões acerca da atuação dos psicólogos.

É inegável a existência de uma crescente diversificação dos campos de atuação do psicólogo, e há certo consenso de que não é fácil abrir mão do modelo de atuação clínica (liberal, tradicional), principalmente porque, no ensino e na cultura universitária, ainda predomina o modelo voltado ao atendimento em consultório.

Analisando uma afirmação de Mello (1983), que nos parece extremamente relevante:

> "De um lado, [temos] instituições cuja orientação pragmática habilita à preparação de profissionais, e que contribuem decisivamente para a instalação da psicologia aplicada no Brasil. De outro, instituições não voltadas para a aplicação imediata, mas que não conseguem realizar plenamente sua vocação científica". (p.38)

A autora aponta para a dissociação entre teoria e prática, assim como para a importância do ensino superior para formar profissionais que prestarão serviços à comunidade. Porém, verifica que tal importância não se limita ao ensino superior no contexto social mais amplo, a fim de investigar, ai, suas funções.

É sabido que uma das principais críticas dirigidas à formação e ao exercício da profissão refere-se ao descompasso entre as ações e os conhecimentos que lhes dão sustentação. Há uma precariedade no campo de pesquisa, da teorização, e uma conseqüente lacuna no mercado editorial, que é prioritariamente dominado por títulos estrangeiros, que não contemplam nossa realidade.

Desde que entendamos a psicologia articulada a uma materialidade, desde que não queríamos fragmentar subjetividade e objetividade, há de se enfatizar a importância do contexto no qual se produzem os fenômenos psicológicos. Percebemos, no entanto, que tal descompasso tem história, e que, segundo Mello, esta se relaciona à tradição colonialista. Esta tradição, de certa forma, persiste ainda hoje, mesmo que na versão pós-moderna da globalização e do neoliberalismo.

Outra vertente através da qual Mello discutiu a relação teórica e prática diz respeito à problemática da demanda. Segundo a autora, ela está intrinsecamente ligada aos interesses de repartições estatais, paraestatais e das empresas privadas.

Assim sendo, a despeito de uma série de mudanças (no nível das práticas, das teorias, da psicologia e do pais), no cenário acadêmico e profissional, ainda se tem propostas de reforma, vinculadas aos interesses da educação, entretanto,

voltadas a atender aos interesses empresariais, multinacionais, neoliberais e globais.

A formação de psicólogos não se restringe á mera aplicação de conhecimentos teóricos e técnicos. Ao se falar sobre formação, referimo-nos à processos de subjetivação que implicam modos de ser, de se relacionar com o mundo, com o outro e consigo mesmo.

Cuidar da formação, portanto é mais do que instrumentalizar o aluno e informa-lo sobre teorias e técnicas, sendo um sujeito social, suas intervenções, mesmo que sejam voltadas a um único indivíduo, sempre serão sociais. Sempre provocarão conseqüências e efeitos, quase sempre invisíveis. É imperativo que a formação do psicólogo se preocupe em formar um profissional permanentemente inquieto, atento aos movimentos sociais e ás demandas da população, que ele aluno se veja um agente de mudanças e pense suas intervenções dentro de uma dimensão ética.

3 O CAMINHAR DAS MINHAS EXPERIÊNCIAS

“As instituições totais se constituem uma grave ameaça ao eu”.
EIrving Goffman

3.1 A Instituição Prisional

Para Goffman (1974) a prisão é uma Instituição Total, que possui caráter punitivo e correcional, podendo gerar um atributo estigmatizante aos homens e mulheres presos; isto é: a prisão gera em seus internos, ou até mesmo ex-detentos, uma situação de inabilidade para a aceitação social plena. Segundo o autor, tal estigma estende-se além do indivíduo estigmatizado para a pessoa que se relaciona com outra estigmatizada (como os presidiários), a estrutura social (com filiação) possibilita que a sociedade considere ambos uma só pessoa. O aspecto central das Instituições Totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam as três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas, em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários pré-determinados.

O autor sintetiza bem esta instituição, considerando que o encarceramento produz sérios e indesejáveis problemas sociais, sendo a reincidência um dos mais graves, pois, além da pena de privação de liberdade, a prisão lança o sujeito ao mundo do crime, obrigando-o a uma violenta rotina institucional, concretizado pela violência psicológica reproduzida pelos agentes institucionais.

Ainda segundo o autor, quando o indivíduo chega a uma Instituição Total, ele possui uma consciência de si desenvolvida pelo mundo externo. Essa consciência é constantemente exposta às práticas institucionais de “rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu” (GOFFMAN, 1974). O novato terá seu “eu” sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, modificado.

Esse processo denominado pelo autor de “mutilação do eu”, é intensificado pela desconfiguração pessoal imposta pela instituição, como corte de cabelo e uso de uniformes padronizados. Se a mutilação do eu, nos termos de Goffman, corresponde a uma falsa consciência de si modificada, a rotina diária imposta, a tensão psicológica, a submissão forçada certamente exigirá do indivíduo uma reorganização do seu eu para adaptar-se e sobreviver no interior da instituição, sem a constante ameaça de ser aniquilado.

O controle é o fator básico que norteia e permeia as Instituições Totais. As prisões são simbolizadas pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, o que muitas vezes está incluído no esquema físico: portas fechadas, muro, arame farpado, fossas, águas etc.

Na sociedade civil, quando um indivíduo precisa acertar circunstâncias e ordens que ultrajem sua “concepção do eu”, tem certa margem de expressão, de reação para salvar as aparências: mau humor, omissão de sinais comuns de deferência, palavrões, resmungos, ironia e sarcasmo. Na Instituição Total é exigida obediência, até mesmo na forma postural (cabeça baixa, mãos para trás, falar baixo etc.), sob pena de perder alguns “privilégios” (visita de familiares, saída ao sol etc.).

Nas Instituições Totais, ainda segundo Goffman, a exposição das relações das pessoas pode ocorrer em formas ainda mais drásticas, pois pode haver ocasiões em que o indivíduo testemunha um ataque físico a alguém com quem tem ligações e sofre a “mortificação” permanente de nada ter feito (e os outros saberem que nada fez) (p. 38).

Outro autor que discute os efeitos segregantes da Instituição Total é Franco Basaglia, que afirma:

> [...] no aspecto específico da reclusão, incluindo tanto o manicomial como o carcerário, desde o tempo da barca dos loucos (que navegava à deriva pelos mares com sua carga monstruosa e indesejável), a ciência e a civilização não parece que tenham conseguido outra coisa, além de uma ancoragem mais potente para esta ilha de exclusão e de reclusão, na qual a inadaptação doente e a inadaptação sadia (“culpável e responsável”, ou seja, “delinqüência”), encontram o seu lugar. Para o homem moralmente desviado: a prisão; para o homem doente do espírito: o manicômio. Esta é, segundo o autor, a grande “conquista” da Ciência (1985 p 03).

Desse modo, apesar da separação ideológica das duas entidades abstratas (delinqüência e enfermidade), cada uma com sua própria instituição específica, permanecem praticamente inalteradas a estreita relação de ambas com a ordem

pública, já que tanto uma, quanto outra Instituição mantêm inalteradas as funções de tutela e defesa.

Vale ressaltar que Basaglia faz a leitura da organização institucional a partir da estrutura econômica, mostrando-nos:

> Com o nascimento da era industrial a relação já não se estabeleceu entre o homem e a sociedade humana e sim entre e a produção, o que cria um novo uso descriminante de cada elemento (anormalidade, enfermidade, inadaptação etc.) em relação a sua possibilidade de obstacularizar o ritmo produtivo" (BASAGLIA, 1985, p. 07).

Para o autor, o prisioneiro paga por uma falta cometida em detrimento da sociedade, o enfermo paga por uma falta não cometida, e o preço é tão desproporcional à "falta" que chega a fazê-lo viver em dupla forma de alienação, derivada da total incompreensão e incompreensibilidade da situação que se vê obrigado a viver (p. 08).

Continua o autor, se a finalidade reabilitadora de ambas as instituições fosse real, haveria detentos e internados reabilitados e felizmente reincorporados ao conjunto social.

Nesse contexto, na visão de Basaglia, a doença ou a delinqüência são construções do homem, mas é também um produto histórico social, e, continuam fazendo sofrer as conseqüências, sob acobertamentos científicos variados, àqueles que são inocentes, como se tratasse sempre de uma culpa individual. O que importa é descobrir rapidamente o diferente e isolá-lo, para confirmar que ele é doente e nós não (os sadios, os bons cidadãos), ou seja,assim isolamos as contradições e mantemos a estrutura da nossa organização.

Cabe dizer que, para Basaglia, se o desejo é o de verdadeiramente encarar o problema da marginalização e da inadaptação, deve-se estudá-los em relação à estrutura social, à divisão antinatural sobre a qual tal estrutura apóia-se, e não como fenômenos isolados, simples anomalias individuais, das quais certa porcentagem da população tem a desgraça de ser sujeito (p. 29).

É indiscutível as contribuições de Goffman e Basaglia para a compreensão das Instituições, sobretudo das prisões. Apesar dos posicionamentos, a rigor, não serem absolutamente idênticos têm, no entanto, em comum as mesmas compreensões sobre as polaridades que regem o funcionamento das prisões.

Nem sempre, as idéias de Goffman e Basaglia ficam claras a qualquer pessoa que não tenha envolvimento direto com o funcionamento concreto das prisões. Mas para aqueles que convivem funcional e profissionalmente com a realidade das Instituições criticadas pelos autores, elas são facilmente compreensíveis.

Essas idéias oriundas de uma outra realidade socioeconômica cultural, ou seja, de países desenvolvidos chegam ao Brasil encontrando um Sistema Prisional irracional onde aproximadamente 250 mil pessoas, de ambos os gêneros, estabelecem relações sociais – **"não sociais"** é uma prova evidente da importância destas polaridades para a compreensão do papel que estas instituições cumprem em uma sociedade como a brasileira, pobre e construída sob uma base de profunda injustiça social.

Cabe dizer, que quase metade desta irracionalidade espalhada pelo Brasil, encontra-se no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, distribuídas pelos 145 estabelecimentos prisionais sob o "comando" da SAP[11].

3.2 Os Caminhos da Experiência

3.2.1 Trabalhar "Fechado" é Possível não se Fechar?

O presente capítulo apresenta experiências que me fizeram "psicóloga jurídica" e me permitiram, em diferentes momentos da minha vida profissional, fazer indagações relacionadas à atuação e à formação dos psicólogos para o trabalho no "Sistema Prisional". Afinal, é importante que se reflita sobre essa atuação, no intuito de buscar referenciais para uma prática profissional comprometida e qualificada socialmente.

Trabalho no "Sistema Prisional" há 22 anos, com vivência em três distintas Unidades Prisionais: Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" (Avaré), Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" (Sorocaba) e Centro de Detenção Provisória (Sorocaba), em contato com uma população exclusivamente masculina e todos, permanecem reclusos até receberem algum tipo de benefício judicial.

Para ingressar na Secretária de Administração Penitenciária, antiga Coespe, participei em 1985 de um processo seletivo (concurso), fui admitida em 09 de janeiro

[11] Disponível em: http:// www.admpenitenciaria.sp.gov.br. Acesso em 23/10/2006.

de 1986 e assumi a Função-Atividade de Psicóloga em 07 de fevereiro de 1986, motivada na época pela satisfatória proposta salarial. Existam apenas quinze Unidades Prisionais que, até março de 1991, eram de responsabilidade da Secretária da Justiça.

Lembro-me, como se fosse hoje, a indescritível sensação ao perpassar pela primeira vez as muralhas de um presídio. Um misto de curiosidade e medo, e, internamente, um questionamento crucial: o que será que vou fazer aqui? Onde e como vou atuar? Qual o papel que esperam que eu desempenhe? Questões que ainda hoje me perseguem!

Minha formação, há 24 anos atrás, enfatizou a relação bi-pessoal, sendo o objetivo maior abordar a subjetividade humana, focando angústias, conflitos, depressões, fobias, etc. Nada portanto que me conduzisse ao atendimento comunitário ou social.

Formei-me para o exercício de uma profissional liberal, o estágio prático de 500 horas, foi todo ele feito com ênfase no atendimento clínico.

Quando, portanto, adentrei um presídio, na condição de psicóloga concursada é que fui perceber a dimensão de meu desconhecimento sobre a atuação prática a ser desenvolvida.

Movia-me a mais sincera ingenuidade de que a minha formação clínica estaria a altura do desafio que pelas circunstâncias da vida, me havia sido colocada. Todas as etapas e procedimentos corretos seriam cumpridos. Certamente começaria pela análise, passaria depois para a avaliação e por fim ao diagnóstico, da pessoa a ser por mim atendida. Como se tudo estivesse na condição ideal de “pressão” e “temperatura”. A psicologia, por si ciência, bastaria para o enfrentamento do desafio.

A realidade, depois de algum tempo, mostraria uma situação bastante diferente, não estava na condição ideal de “pressão”, tampouco de “temperatura”.

O presídio era um amontoado de indivíduos, ou talvez, em um rigor maior de **não-individuos**. É como se a totalidade anti-individuo do Goffman me viesse não pela sua brilhante teoria, mas pelo olhar e pela vivência, e o que é pior, pelo intenso sentimento de impotência.

Antes, no entanto, de aprender ou de ver o presídio como outra realidade, passei por um longo processo delimitado por ordens superiores.

A primeira definição do meu papel no presídio me foi comunicada pelo Diretor da Unidade a que estava vinculada. Segundo sua orientação, o papel do psicólogo na penitenciária, objetivava o cumprimento da Lei de Execução Penal nº 7.210. Para isto os psicólogos integravam as Comissões Técnicas de Classificação (CTCs), responsáveis pelo exame criminológico, e que atuariam junto a uma equipe multidisciplinar, formando um grupo composto por um Psiquiatra, um Assistente Social, um Psicólogo, um Diretor de Serviço, sendo presidido pelo Diretor Geral da Unidade Prisional.

A avaliação que se solicitava obedecia aos procedimentos de rotina do sentenciado, tais como: auto avaliação da capacidade crítica, apoio familiar, grau de periculosidade, ausência de psicopatologias, coerência verbal, etc. Além do que também eram avaliados aspectos disciplinares do preso, enquanto capacidade para "adequar-se" à Instituição, não registrando ocorrências dignas de alguma sansão disciplinar (brigas, desacato a funcionários, etc.)

Na época recorri aos conhecimentos aprendidos na universidade, como se a ciência pudesse dar conta daquela realidade socialmente desfigurada, com inúmeras limitações e obstáculos. Ora, a ciência não pode simplesmente "adaptar-se", embora seja claro que uma psicologia essencialmente voltada ao social, possibilita melhor compreensão técnica-instrumental para lidar com essa realidade.

Na falta de um conhecimento mais apropriado, lancei mão de disciplinas oferecidas ao longo do curso, tais como: Técnica de Exame e Avaliação Psicológica (TEAP), Técnica de Exame Psicológico (TEP), Psicopatologia Clínica, Psicologia Social entre outros.

Logo nos primeiros atendimentos percebi que a população atendida tinha traços bastante comuns: baixa renda, histórico de vida familiar desestruturado, com familiares envolvidos com a criminalidade ou mesmo com início precoce na marginalidade, uso de drogas, vida produtiva pouco significativa, com vivência em subempregos, serviços informais, baixo nível de escolarização, e assim por diante.

A sensação do trabalho era profundamente ambígua. A medida que via uma população pobre e sofrida, via também indivíduos envolvidos com a criminalidade nos mais diferentes graus. Nenhuma destas realidades, nem de longe estiveram apontadas na minha graduação. Especialmente a que dizia respeito àqueles segmentos mais pobres da sociedade.

Fora isso, ainda tinha o fato que a relação psicóloga e “paciente” não se dava como resultado entre sujeitos autônomos. De um lado, o psicólogo era um legítimo representante do Estado, responsável pela prisão, e de outro, o prisioneiro que, simplesmente, cumpria a rotina do preso submisso.

Retrospectivamente, verifico profundas dúvidas sobre a validade dos laudos periciais. Até onde eles eram capazes de “captar” a responsabilidade da sociedade que quase como regra geral e obrigatória, exclui e marginaliza boa parte da população.

Além de que retinha um poder imensurável de influir decisivamente na vida do sentenciado. O laudo, por excelência, é instrumento através do qual se silencia e se legitima os “guardadores da ordem”.

Inegável é a importância desse “olhar” psicológico para aqueles que vivenciam a exclusão por meio da experiência carcerária, até porque é necessário, acima de tudo, desmistificar o conceito de que a criminalidade está relacionada única e exclusivamente à patologia pessoal e individual, esquecendo os dispositivos sociais como: pobreza, desemprego, desigualdade social e assim por diante.

Enfim, a prisão é uma instituição “especial” na sociedade, uma vez que, além de seu papel primitivo e corretivo, ela tem também um caráter totalizante em relação aos indivíduos e a sociedade de maneira geral.

3.3 A Prática nos Presídios

O trabalho dos psicólogos nos Estabelecimentos Penais, constituiu-se até o ano de 2003, primordialmente, na realização de laudos e pareceres criminológicos. Para a confecção deste documento, eram juntados as análises de um psicólogo, um Assistente Social e um medido Psiquiatra, que compunham a Comissão Técnica de Classificação, e opinavam favorável ou contrariamente ao beneficio solicitado pelo sentenciado ou seu advogado constituído, sendo então encaminhado à Vara de Execução Criminal para decisão judicial.

Dentre os aspectos mais específicos e interessantes para este trabalho, o Código de Ética dos Psicólogos traz algumas recomendações dignas de nota:

> Art. 17 – O psicólogo colocará seu conhecimento à disposição da justiça, no sentido de promover e aprofundar uma maior compreensão entre a lei e o agir humano, entre a liberdade e a s instituições jurídicas.
> Art. 18 – O psicólogo se escusará de funcionar em perícia que escape à sua competência profissional.
> Art. 19 – Nas perícias, o psicólogo agirá com absoluta isenção, limitando-se à exposição do que tiver conhecimento através de seu trabalho e não ultrapassando, nos laudos, o limite das informações necessárias à tomada de decisão.
> Art. 20 – É vedado ao psicólogo:
> a) Ser perito de pessoa por ele próprio atendida ou em atendimento;
> b) Funcionar em perícia em que, por motivo de impedimento ou suspensão, ele contrarie a legislação pertinente;
> c) Valer-se do cargo que exerce, de laços de parentesco ou amizade com autoridade administrativa ou judiciária para pleitear ser perito.

Em que pese esses artigos não serem referentes especificamente ao trabalho no Sistema Prisional, apontamos como de fundamental importância que o aluno do Curso de Psicologia consiga identificar e utilizar os conhecimentos aprendidos no decorrer da graduação, a fim de articular teorias às praticas necessárias para o trabalho em presídios.

Enquanto membro da Comissão Técnica de Classificação foi imprescindível que o psicólogo tivesse clareza de seu papel institucional e profissional, não só respeitando o Código de Ética, mas também o sujeito que deveria ser considerado em todas as dimensões social histórica, psicológica, etc...

Assim, inevitavelmente para a atuação prática, se fez necessária uma aproximação do aprendido na universidade, aos fatos sociais vividos, para que culminasse numa prática critica e eficiente, supondo sempre, uma análise da totalidade do sujeito avaliado.

Cabe dizer que o modelo perverso da sociedade estimula de certa forma o crime e a violência, uma vez que estigmatiza e não oferece a todos oportunidades iguais. O importante para o psicólogo “avaliador” em sua prática no sistema prisional, foi acima de tudo o entendimento que a confecção do laudo, apresentava apenas uma visão técnica do problema a ser analisado, e não uma verdade inflexível dos fatos. O laudo sempre foi um elemento a mais na avaliação pericial, e não sua totalidade.

A atuação da CTCs prolongou-se até o ano de 2003, quando a lei nº. 10.792/03 deu nova redação à lei nº. 7.210/84, tirando de foco a confecção de laudos e pareceres. Através do decreto nº. 47.930 de 07/07/2000, o então Secretário da Administração Penitenciária, Dr. Nagashi Furukawa, criou o

Departamento de Reintegração Social, considerando que a prática profissional devia voltar-se para o individuo infrator, suas relações e cidadania.

Para essa mudança de foco, estabeleceu-se a necessidade da utilização do “Instrumento de Identificação do Perfil Psicossocial do Preso” – Entrevistas de Inclusão (Anexos 3 e 4) que são encaminhados a um Portal Eletrônico. Ressalte-se que uma das queixas dos psicólogos entrevistados, é que não se tem um retorno da utilização desse material, o que muito angustia os técnicos do sistema.

Além disso, os psicólogos, juntamente com os Assistentes Sociais, são chamados a realizar e implantar “Projetos de Reintegração Social”, classificados em seus eixos de enfoque: o Individuo; a Família; as Relações Sociais; a Pena; Educação, Trabalho e Saúde; Funcionários e a Mulher Presa.

Essa mudança de paradigma me reporta à seguinte questão: A promoção de ações que impulsionam o individuo (encarcerado) a crescer, levam o psicólogo a assumir um novo papel, entretanto, há de se apontar: ele foi de alguma forma preparado para tal? Para a realização dos projetos existem condições materiais, pessoais, fornecidas pela Instituição? Houve treinamento e capacitação por parte do órgão gestor?

É de se ressaltar, que independentemente da “destituição” do C.T.C., seja no papel de avaliador ou de propulsor no processo de individualização da pena, o psicólogo ainda sim, tem que ter clareza de sua função e estar atento para os efeitos da segregação para a subjetividade humana, num local onde as dificuldades e obstáculos em nada favorecem às relações sociais, embora, certamente questões voltadas aos Direitos Humanos, sempre estiveram na pratica cotidiana do psicólogo atuante em presídios.

3.4 A Avaliação

3.4.1 A Avaliação Psicológica

Partindo do pressuposto de que o trabalho dos psicólogos nos presídios, por muitos anos teve como principal área de atuação a perícia, considerei importante apontar algumas considerações sobre avaliação.

Segundo Sass, (2000), a avaliação psicológica é:

> "Um tema recorrente", seja no plano acadêmico, onde se desdobra em estudos e pesquisas, seja no plano sócio-político, onde é requisitado como instrumento para subsidiar decisões ou dirimir duvidas acerca das habilidades, comportamentos, potencialidades, trocas de personalidade reais ou virtuais, de indivíduos ou grupos.
> Sob essa denominação – avaliação psicológica – permanecem abrigados assuntos tão diversos e controversos como os testes psicológicos padronizados (de nível mental ou de personalidade), entrevistas, escalas de atitudes e psicodiagnósticos, para mencionar alguns."

Segundo o autor, o tema da avaliação, além de recorrente na discussão da profissão, tem um aspecto político que deve ser melhor ressaltado, uma vez que, sob a aparência neutra de um instrumento técnico da ciência, tem incidência direta sob o curso de vida do avaliado.

Além do que, o laudo traz em si uma deficiência intrínseca, não só devido à suas limitações cientificas, quanto à capacitação do real, mas pelas dificuldades e obstáculos que cercam sua elaboração. Desde condições de tempo, até as de natureza físico-material apropriadas à execução desta tarefa sem falar da incapacidade de tratar do individuo avaliado como uma somatória de relações sociais e humanas, diretas e indiretas. O laudo não expande sua fundamentação para lá do individuo, "olha" para o individuo-ilha, ou individuo portador de um número ou prontuário penal.

Os riscos, portanto, advindos da elaboração do laudo, ultrapassam as intenções e disposições contidas no Código de Ética, anteriormente citado. Em primeiro lugar porque se contradiz ao afirmar ao mesmo tempo, a necessidade de absoluta isenção do psicólogo e a sua condição de representante da justiça, contribuindo com o seu saber para um melhor aprofundamento da lei com o agir humano. Propor um estado de absoluta isenção como condição de exercício

profissional não é uma tarefa fácil para esse lócus de atuação. O papel do psicólogo talvez fosse mais bem definido se estabelecesse a promoção do ser humano acima de qualquer dependência jurídica ou institucional.

Segundo Sá, (2000), o crime é um drama humano passível de análise por diversos profissionais, entre os quais ocupa posição de destaque o da saúde. A legitimação dessa posição perante a comunidade cientifica, perante as autoridades e outros profissionais, bem como, perante a própria população carcerária, vai depender da forma como esse profissional associa sua concepção de crime e de homem criminoso.

Ou seja, a importância do papel do profissional de Saúde no Sistema penitenciário vai se legitimar na medida em que ele superar a “exclusividade do Saber”, daquele que cuida de “doenças” e se colocar à mesa ao lado de outros profissionais e com eles discutir o fenômeno crime, buscar compreender a conduta criminosa, bem como a conduta do houver encarcerado.

Há de se ressaltar, que o profissional de Saúde enfrenta contradições, seja do ponto de vista de sua prática cotidiano, seja do ponto de vista de sua prática cotidiano, seja do ponto de vista de suas concepções teóricas e posições ideológicas. Quando à pratica cotidiana, ele é aquele profissional, que vai se preocupar por aprimorar a qualidade adaptativa da conduta do encarcerado, isto é, vai oferecer colaboração no sentido de que o encarcerado saiba, cada vez mais, lidar com seus próprios problemas, que dê a eles respostas satisfatórias, que não lhes tragam conflitos.

Em tempo, condição importante é que o profissional de saúde, com interesse em promover a saúde do cidadão encarcerado, promover sua própria saúde (ou pelo menos, preserve).

Do ponto de vista de recursos técnicos colocados à disposição do psicólogo, são dois os grandes instrumentos através dos quais os trabalhos de avaliação dos detentos eram realizados.

De um lado a entrevista psicológica, que visa segundo Bleger (1987), fazer um estudo total do comportamento do individuo; naturalmente, dentro das limitações impostas, por um lado pelos aspectos científicos, incapazes de captarem a complexidade da realidade psicólogo-detento avaliado, e por outra, pela quase total falta de condições de Rapport, ou seja, de um nível mínimo de cooperação e confiança do sujeito avaliado em relação ao profissional avaliador.

A entrevista, conduzida de modo diretivo ou não, não é uma técnica tão simples quanto parece ao utilizador superficial. Os efeitos da interação entre os dois personagens, não se limitam ao conteúdo explicito da fala.

Do outro lado, estão os testes psicológicos, que são instrumentos de uso exclusivo do psicólogo para a realização de um diagnostico psicológico[12]. O teste psicológico pode servir como um "bom" material intermediário entre o profissional e o sujeito avaliado, ou seja, o teste nada mais é que um instrumento em que o psicólogo se baseará, com o conhecimento teórico de que dispõe, para a compreensão de um determinado quadro clinico necessário é apontar que a interpretação dos dados é um desafio, uma vez que os testes são criados, geralmente para serem utilizados em realidades culturalmente distintas da nossa, alem de que, a população considerada não é a dos sentenciados ou detentos.

A titulo de informação esclareço que os testes mais utilizados pelos psicólogos nos presídios, são os projetivos / PMK, as pranchas do TAT. Outros testes como H.T.P., Wartegg, Escala Comrey também são citados pelos psicólogos entrevistados.

Finalmente, vale ressaltar que no modelo oferecido pelo Conselho Federal de Psicologia, a estrutura básica do laudo psicológico devera conter os seguintes itens:

1. Identificação – descrição dos dados básicos do periciado (nome, idade, grau de escolaridade, etc...).
2. Descrição da demanda – (Queixa).
3. Métodos e Técnicas Utilizadas – (descrição dos recursos técnicos utilizados e resultados obtidos).
4. Conclusão – (apresentação da síntese prognostico – diagnostico, bem como encaminhamentos necessários).

Os modelos de laudo apresentados pelo Conselho Federal de Psicologia são genéricos e não específicos para a área forense.

[12] Lei nº. 4.119, de 27/08/62 – Parágrafo 1º - Constituem função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: A) Diagnostico Psicológico; B) Orientação e Seleção Profissional; C) Orientação Psicopedagogica; D) Solução de problemas de ajustamento.

4 A PESQUISA E SEU CONTEXTO

Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões.

Nelson Mandela

4.1 A Voz das Psicólogas Atuantes no Sistema Prisional Paulista

4.1.1 A Psicologia Fora do Divã, entre Grades.

Este capítulo descreve a pesquisa realizada com cinco psicólogas em presídios da cidade de Sorocaba, cujas características prisionais constituem em manter a guarda de presos nos mais diferentes níveis de periculosidade: desde pessoas ainda não condenadas pela justiça, até os que ficam detidos em regime de segurança máxima, ou mesmo, os que já foram beneficiados com o regime semi-aberto em dias autorizados sair dos presídios e conviver com os familiares. O foco da pesquisa está na representação que as entrevistadas têm das contribuições dadas pela Universidade, enquanto Instituição formadora de psicólogos para a atuação em presídios. O aspecto analisado foi o da posição destas profissionais, com base na perspectiva que as orienta teoricamente, para a prática.

Procuramos conhecer em que medida as suas formações nos cursos de Psicologia contribuíram diretamente para o exercício de suas práticas profissionais, ou se precisaram buscar em outras fontes, tais como cursos de aperfeiçoamentos, especializações ou pós-graduação, os elementos necessários para uma atuação o mais racional possível, se é que o grau de irracionalidade do Sistema Prisional paulista oferece qualquer possibilidade para tal.

Baseamos a nossa investigação no ponto de vista de que a graduação deve contemplar todas as áreas de atuação da Psicologia e que a especialização deve colocar-se em função do interesse particular de cada formando, *a posteriori*.

Para responder a questão principal de como as psicólogas percebem as contribuições da Universidade para a práxis, optei por uma abordagem qualitativa, a qual permite compreender o sentido das relações sociais por intermédio das próprias profissionais, sendo a intersubjetividade a categoria principal (MINAYO, 2004, p. 105). Lembrando também que “nas ciências sociais uma pesquisa com base empírica, por mais imponente e rica que seja, é, essencialmente, local: não existem dados universais, na medida em que os ‘fatos sociais’ estudados pertencem a uma situação particular dentro da qual eles são social e historicamente produzidos“ (TARDIFF, 2005, p. 50). Nesta abordagem, o pesquisador deve estar mais atento ao processo do que ao produto, buscando capturar a perspectiva do participante, com dados descritivos, que incluem as transcrições e observações do intercruzamento das falas expressas pelas participantes.

O fato de que nas pesquisas quantitativas o detalhamento prévio exigido é menor. Não deve levar à conclusão de que a formulação do problema se torna uma tarefa trivial. Na verdade, esta é a etapa mais difícil e trabalhosa do planejamento de uma pesquisa, exigindo do pesquisador muita leitura e reflexão (ALVES MAZZOTTI, 1999, p. 62).

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é o de tentar compreender o que essas profissionais dizem sobre a formação universitária e a atuação profissional, suas experiências, angústias, conflitos e soluções.

Usamos como procedimentos metodológicos duas estratégias distintas e complementares: a) a pesquisa bibliográfica abrangendo tanto a bibliografia especializada de alguns autores nacionais, estudiosos da profissão de psicólogo no Brasil, entre os quais destacamos: Odair Sass, João Leite Ferreira Neto, Silvia Lane, Ana Maria Bock, quanto as legislações em vigor, portarias, leis, decretos e ou outros documentos afins; b) a pesquisa usou a entrevista com psicólogas lotadas no Sistema Penitenciário com vistas à busca de dados a respeito da temática em questão. As entrevistas tiveram um caráter o mais possível semi-aberta, de forma a não tolher qualquer manifestação das entrevistadas, mas também não se dispersar em comentários ou observações completamente alheias à pretendida investigação.

Escolhemos a entrevista ao invés do questionário porque aquela nos permite tratar temas complexos, dificilmente passíveis de serem investigados adequadamente por questionários, explorando-os em profundidade (ALVES-MAZZOTTI, 1999, p. 60).

Segundo, Minayo: a entrevista – tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e , no sentido restrito de colheita de informações sobre determinado tema cientifico, é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo (2004, p. 106).

Assim sendo, para atingir nosso objetivo, as entrevistas semi-estruturadas foram utilizadas com o intuito de produzir ou levantar dados sobre a situação dos profissionais frente a uma Instituição Total, procurando buscar uma visão na qual se possa fazer uma intervenção clara dos fatores que contribuem para definir o trabalho profissional junto às pessoas encarceradas.

Cabe salientar que, como em tantos outros contextos onde o psicólogo exerce sua prática, “a prisão tem, como instituição, um significado cultural, uma vez que reproduz e compõe uma ordem social, que vai inclusive além dos muros, uma vez que a sociedade produz outros meios para punir transgressões, que concorrem como monopólio do Estado” (IGNATIEFF, 1987).

Nesse sentido, a prisão possui um significado cultural específico que pode influenciar os que nele estão encarcerados, os funcionários que ali trabalham, os visitantes que ali adentram e os que de alguma forma entram em contato com essa realidade Institucional.

> Ideologicamente, os funcionários da prisão podem admitir e às vezes admitirem que o prisioneiro deve aceitar, ainda que contra a vontade, o fato de estarem presos, pois as prisões (pelo menos as do tipo “moderno”) supostamente dão um meio para que o preso pague à sociedade, cultive o respeito pela lei, admita seus pecados, apreenda um ofício legítimo, e, em alguns casos, receba uma psicoterapia necessária. (GOFFMAN, 1996, p. 157).

4.2 O Processo de Investigação

Com base nas atividades desenvolvidas como psicóloga numa Instituição Total e ao buscar apoio na literatura especializada, pude tomar consciência da escassez de bibliografias, sistematizações e normatizações do trabalho exercido pelo psicólogo no Sistema Prisional. Esta situação é séria e preocupante uma vez que uma melhor compreensão do Sistema Prisional poderia propiciar uma atuação mais consciente tanto política como profissionalmente, lembrando que estamos exercendo um tipo de trabalho altamente angustiante, cheio de dúvidas cotidianas,

tendo um número certamente maior de incertezas, marcado fortemente pelo não saber-fazer.

Ao me inscrever no programa de Mestrado em Educação, na Universidade de Sorocaba, Uniso, optei por pesquisar a formação universitária do psicólogo.

Assim sendo, fiz o convite e algumas psicólogas do Sistema Prisional a prestarem espontaneamente seus depoimentos acerca do tema da nossa investigação: a formação acadêmica do psicólogo para atuação junto ao Sistema Prisional. Cinco profissionais, todas funcionárias em presídios localizados na cidade de Sorocaba, dispuseram-se a conceder entrevistas. Por motivos éticos, utilizarei nomes fictícios para identificá-las: Glória, Sofia, Ângela, Cláudia e Fernanda. As profissionais são psicólogas regularmente inscritas no Conselho Regional de Psicologia, com idades entre 31 e 49 anos, com tempo de trabalho no Sistema Prisional, variando de nove a 16 anos, como mostra o quadro abaixo:

Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Identificação	Sexo	Idade	Instituição Publica/Particular	Tempo de Sistema (Anos)	Dedicação ao Sistema Prisional	Formação Continuada na Área (Especialização)	Tempo de Formada (Anos)
Glória	F	45	Particular	12	Parcial	Sim	20
Sofia	F	36	Publica	9	Parcial	Não	14
Ângela	F	31	Particular	9	Parcial	Não	10
Cláudia	F	49	Publica	12	Exclusiva	Sim	23
Fernanda	F	40	Particular	16	Exclusiva	Não	18

Assim, a amostra foi constituída por cinco psicólogas (sexo feminino), característica desta categoria profissional, em que 100% dos profissionais são do gênero feminino (CRP, 06, 6ª. região), fato este sociologicamente bastante significativo, mas muito pouco, infelizmente, estudado pelas nossas investigações acadêmicas. Estaríamos por acaso diante do mesmo fenômeno de feminização da profissão existente na área da educação? Como lá, também esta feminização por acaso poderia estar vinculada a posição de classe da mulher na sociedade capitalista, a maior responsável pela causa da proletarização da profissão do psicólogo? Enfim, são questões com que nos defrontamos na presente pesquisa, mas que não são diretamente objetos da investigação que se realiza. Nossa

intenção de levantá-las foi somente a de chamar a atenção de outros pesquisadores para a importância do tema.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, na Unidade Prisional onde a psicóloga atua, exceto as entrevistadas Ângela e Fernanda, que, por conta de situações pessoais, foram em locais diferenciados.

As entrevistas ocorreram sem qualquer dificuldade, e a média de tempo de gravação variou de acordo com a disponibilidade das entrevistadas, que foram gravadas mediante autorização verbal dos entrevistados, e, posteriormente, transcritas integralmente.

No decorrer das entrevistas foi possível perceber envolvimento, inquietação e reflexão por parte dos profissionais, manifestações que confirmam a profundidade dos conteúdos expressos espontaneamente.

As entrevistas tiveram duração de aproximadamente uma hora e meia e não houve necessidade de novos encontros uma vez que os dados obtidos atenderam plenamente os objetivos da investigação.

As entrevistas foram transcritas e, para maiores informações sobre a investigação, foram incorporadas ao trabalho em anexo.

4.3 Análise dos Dados

Para analisar os dados obtidos nas entrevistas, montamos um pequeno esquema baseado em quatro dimensões de análise, identificadas como significativas para os sujeitos da pesquisa e para a verificação ou a refutação qual hipóteses levantadas, a saber: a) a formação acadêmica inicial e continuada; b) status; c) o saber da experiência; d) trabalho multidisciplinar.

Para que tais análises pudessem ser expostas, foram realizadas recortes no material coletado, a fim de que os focos de interesse da pesquisa pudessem sobressair.

Organizei, para efeito de exposição, as dimensões em itens, assim relacionadas:

As dimensões referem-se aos “grandes” núcleos temáticos, como, por exemplo, a formação, e os sub-temas, que dizem respeito às especificidades do tema, como, por exemplo, cursos pós-graduação.

Tabela 2 - A Formação do Profissional

Tema Central	Sub- tema
1 – Formação Inicial e Continuada	Disciplinas
Disciplinas oferecidas que favorecem o entendimento do trabalho em Instituição Total	• Psicologia Social • Teorias de Desenvolvimento • Técnicas de Entrevistas • Testes • Estágio Supervisionado • Antropologia • Sociologia
Cursos de Extensão (Formação Continuada)	• Busca do próprio profissional • Oferecidos pela Escola de Administração Penitenciária (antiga Acadepen) • Busca em outros locais
2) Status	• Condições de trabalho, identidade profissional. • Representação das populações profissionais sobre o trabalho exercido • Representação de outros profissionais sobre o trabalhado exercido • Representação da Secretaria de Administração Penitenciária sobre o trabalho exercido
3) A prática, experiência adequada	• Saberes e fazeres • Normatização e sistematização dos instrumentos utilizados • Perícia – Laudo Criminológico
4) Trabalho Multidisciplinar	• Construção da Psicologia • Pluralidade dos discursos

4.4 Apresentação e Discussão

4.4.1 A Formação Universitária Inicial e Continuada

Este tópico tem por objetivo relacionar as diversas facetas da formação universitária, tratando dos significados atribuídos pela profissional acerca do recebido na sua formação universitária.

De maneira geral, todas as entrevistadas demonstraram direta ou indiretamente críticas à formação inicial, quanto à preparação para o exercício profissional em presídios ou penitenciárias, quer pela valorização da prática como fonte de conhecimento acumulado, quer pelas influências intelectuais que têm sido trazidas, por diferentes formas de participação na sociedade, de fora para dentro, portanto, da profissão, ao longo do exercício de suas atividades profissionais.

Penso que ver, mesmo de modo breve, o percurso da atuação das profissionais "investigadas" pode trazer um pouco mais de clareza sobre os caminhos da profissionalização percorridos por estas psicólogas do Sistema Prisional paulista.

Começamos, portanto, indagando sobre as eventuais contribuições diretas trazidas por disciplinas cursadas nos seus cursos de graduação ou em cursos de formação continuada realizados ao longo de suas carreiras profissionais. A indagação consistia em saber se na formação inicial ou continuada que haviam recebido ao longo de todo processo de habilitação e formação profissional, alguma disciplina ou algum tipo de supervisão teve qualquer importância mais decisiva para o desenvolvimento dos seus trabalhos nos presídios. As respostas obtidas são sintomáticas de uma grande desatenção em relação ao trabalho dos psicólogos no Sistema Prisional.

Quando Sofia diz: "Eu não me lembro muito... Eu acho... que vi na faculdade algumas disciplinas básicas e gerais... parte Institucional e parte Social e Comunitária, e mais específicas como Técnicas de Observação e entrevistas."

Ou Glória: "Eu acho que... Psicologia Jurídica... mas... mesmo que tenha na teoria... eu acho que Psicologia Social dá para clarear algumas coisas..."

Ou quando Cláudia fala: "Não, naquele tempo nem se falava em Psicologia Jurídica ou Psicólogo Forense."

Quanto ao aspecto da formação continuada, encontramos em Glória: "A gente faz alguns cursos ao longo do tempo, que vai somando com nossa atividade profissional."

Ou ainda em Ângela:

"A parte teórica a Universidade dá... mas os cursos extras o psicólogo tem que buscar... tem que se envolver..."

Ou mesmo Cláudia:

"Eu fui buscar fora... uma formação extra... Cursos em São Paulo, participei de Congressos Jurídicos, muitas vezes com advogados, têm poucos psicólogos com experiência prisional. Li muito, procurei..."

Em quase todas as falas como se pode notar a uma forte convicção da formação continuada como uma responsabilidade própria de cada psicólogo.

Ou seja, não há uma preocupação da Universidade em aprofundar ou especificar a atuação do aluno, que poderá vir a ter sua atuação vinculada ao Sistema Prisional.

Outro aspecto objeto de certa unanimidade foi o destaque dado à experiência prática como campo privilegiado para a formação do conhecimento profissional. Há tanta convicção na importância desempenhada pela prática na formação profissional, em contraste com a pouca importância dada à graduação, que fica-nos a dúvida se o esquema até aqui usado para a formação de profissionais de psicologia, especialmente empenhados no campo do Sistema Prisional, deve continuar assentado exclusivamente na formação técnica. Sem colocar em duvida se haveria algum esquema de racionalidade técnica capaz formar o campo de conhecimento profissional do psicólogo prisional? Que caso não fosse nos colocaria diante da necessidade de uma revalorização epistemológica da experiência como campo privilegiado para produção do conhecimento da psicologia?

Segundo Sofia: *"... Eu tive uma orientação... no começo eu observava mais, observava como era a rotina do trabalho, qual era o trâmite administrativo."*

É importante destacar como no caso apontado a rotina do trabalho observado funciona como uma espécie de aprendizado.

Ou, na fala de Ângela: *"... Eu confesso que aprendi mais sozinha... algumas colegas deram apoio... eu não tinha nem idéia do que fazer... as colegas iam ensinando... eu aprendi através da prática..."*

Ou ainda na fala de Cláudia:

"... Eu me senti perdida... procurei alguém que já trabalhasse para perguntar como era, como funcionava, eu acompanhei dois atendimentos, e já comecei a atender, do meu jeito, era para a CTC, naquela época, era para fazer laudos."

Como se pode perceber, todas as manifestações das psicólogas dão destaque para a importância da prática profissional na formação dos psicólogos, entendendo esta como um processo permanente independente de quaisquer ou maiores articulações desta com a formação inicial. Se for verdade que os presídios

constituem privilegiadamente o lugar onde os profissionais aprendem de fato a sua profissão, não é menos verdade que alguns saberes instrumentais devem ser aprendidos nas escolas. Como por exemplo os saberes, referentes à elaboração de Laudo Criminológico, demandadas pelas Comissões Técnicas de Classificação. O que a pesquisa captou informalmente, as margens das entrevistas, de alguma das entrevistadas é a de que mesmo esse conhecimento teoricamente adquirido na formação inicial dos cursos de graduação foi obtido de forma muito precária, pouco resta caso o aprendizado seguir a mesma linha de experiência pratica.

Tudo indica, pelos dados obtidos, que não se trata de erro na forma de concepção e de concretização do componente da formação profissional no currículo de graduação de Psicologia, mas, antes disso, da sua absoluta ausência. Neste sentido, talvez se possa afirmar que qualquer tentativa de superação desta deficiência passa por uma rediscussão envolvendo, por um lado, a prática profissional como um elemento estruturante de políticas integradas de formação inicial e continuada e, por outro lado, um redesenho de toda a racionalidade técnica usada para a formação de psicólogos. É preciso que a racionalidade tenha um foco mais objetivamente voltado para a formação de profissionais institucionais, especialmente para as instituições prisionais.

Em síntese, o que foi encontrado nos dados coletados foi um descompasso entre o que é dada pelas Universidades e o que é preciso e necessário para a realização de um trabalho sistematizado, com conhecimentos construídos a fim de instrumentalizar a futura atuação profissional.

4.4.2 Status

Há quase unanimidade quer em relação ao status, ou à falta de condições de trabalho. Nenhuma das entrevistadas deixou de ressaltar a precariedade material para o exercício da profissão. Além disso, algumas acentuaram a prevalência da segurança acima de qualquer objetivo, em detrimento do reconhecimento, neste estudo, da psicologia como fonte de “melhorias” para o Sistema Prisional.

Aqui, procuramos conhecer a “representação” que essas profissionais têm em relação à sua identidade profissional. O quanto crêem naquilo que fazem, o que

favorece a incorporação dessa identidade. Entretanto, é preciso lembrar que essa identidade também responde a regras e nomes que lhe são impostas.

> O Status remete a questão da identidade do trabalhador tanto dentro da organização do trabalho, quanto na organização social, na medida em que essas funcionam de acordo com uma imposição de normas e regras que definem os papéis e as posições dos atores (TARDIFF, 2005, p. 50).

Como na fala de Glória:

> Eu sou realizada como profissional, mas no Sistema em si, não tem realização, falta de reconhecimento do trabalho, a questão financeira [salarial] precisa melhorar. Houve épocas em que éramos mais valorizados... isso reflete em nossas vidas, mas eu não me pauto por isso, acho que minha realização está naquilo que posso fazer de melhor.

Ou na fala de Sofia:

> Eu praticamente vou ficando aqui... enquanto não aparece uma proposta mais interessante. Eu não tenho expectativas que vá melhorar... salário... os discursos são promessas de sala adequada, material, valorização... hoje dividimos até salas, fazemos revezamentos de espaços, horários, para não coincidir...

Ou em Fernanda:

> "Pode parecer bobagem, mas eu gosto do trabalho. Eu acho importante... fica difícil também, abrir mão de um serviço estável e sair em busca de outro tipo de trabalho."

Ou ainda em Cláudia

> "A minha frustração é no sentido de não ter expectativas, por ser uma coisa limitada... mesmo porque agora tem cobrança de produção. É questão de subsistência, eu não perco de vista, a possibilidade de arrumar algo e sair daqui..."

A realidade no trabalho prisional acaba por exigir destas profissionais responsabilidades, mas o que recebem, do ponto de vista material e motivacional, deixa a desejar, pois a posição ocupada dentro do quadro funcional da Secretária de Administração Penitenciária é pouco estimulada, valorizada e reconhecida. Portanto a identidade profissional acaba por ser prejudicada ou mesmo não reconhecida, e o desejo de mudança, está presente, minimamente, em qualquer transformação.

4.4.3 O Saber da Experiência – A Prática Vivida

O trabalho das psicólogas pode ser descrito e analisado em função da experiência desenvolvida dentro da Instituição Prisional. Para fazer a análise desta experiência, vamos nos ater a um complexo sociológico, a fim de fugirmos de análises individuais e psicologizantes, como descreve Tardiff (2005): “As visões de descobertas que misturam aspectos pessoais e profissionais e o sentimento de controle e descoberta de si mesmo, privilegiam uma concepção individualista psicologizante” (TARDIFF, 2005, p. 52).

Partindo da idéia de que estas profissionais prestam concursos públicos e são admitidas mediante a condição do Estado, uma vez que a iniciativa privada é ainda muito limitada nesse contexto, pressupomos que um concurso público depende das políticas públicas, e estas, por sua vez, dependem de recursos orçamentários. A aprovação, portanto, num concurso público nem sempre significa a garantia de certa tranqüilidade para o exercício profissional. O caso do trabalho no Sistema Penitenciário é exemplar neste sentido.

Segundo Sofia*: “... Eu acho que teríamos que ter mais cursos, mais instrumentos... Devemos atuar na parte mais preventiva... não tivemos nenhum treinamento... a gente junta experiência...”.*

Ou na fala de Ângela: *“Na minha experiência, no presídio onde eu trabalho, é interessante estudar psicopatologia... porque são crimes sexuais... é preciso analisar, estudar... o papel do psicólogo é tratar patologias... precisa atualização... estudo.”*

Ou ainda, Cláudia:

> Precisa ter uma visão mais ampla, mais social, não só de psicopatologia, o enfoque é social, considerar a rede social do indivíduo, onde ele está inserido. O crime se organizou... é preciso que cada vez mais a gente se instrumentalize... aqui não pode ter expectativa... aliás, nenhum trabalho do psicólogo deve-se ter expectativas... tem que investir...

Ou em Fernanda:

> O psicólogo precisa ser valorizado, quando o trabalho da CTC deixou de existir, desqualificou-se o trabalho do psicólogo... porque na verdade, eu acho que o trabalho tinha que ser melhorado, mas tirar a CTC, é a mesma coisa que dizer que tem muita gente dormindo na rua, então vamos eliminar todo mundo já que não conseguimos lidar, vamos eliminar...

Ou em Ângela*: "Todo mundo trabalha muito... mas todo mundo numa solidão... trabalhando sozinho... a gente não tem na formação e na atuação nada sistematizado... a categoria não é unida..."*

Ou ainda, em Fernanda:

> "... Nenhum curso dizia 'como trabalhar com o sentenciado, como era a abordagem que deveria ser feita'. Hoje consigo, pela experiência, fazer a leitura do Curso, mas na época não... Hoje eu consigo receber a informação e aplicar..."

Ou, novamente, em Cláudia:

> ... eu tenho um enfoque clínico voltado para a Instituição, não a clínica... acho que o enfoque, o modo que eu vejo as pessoas na minha frente, é a mesma leitura de uma pessoa de fora. Lógico, configurando que está dentro de uma patologia diferente, dentro de uma rede social doente, mais doente, digamos, do que as pessoas que a gente atende em ambulatórios, consultórios.

Ou em Ângela: *"... A gente não tem na formação e na atuação nada sistematizada, a categoria não é unida...".*

Diante do acima exposto, podemos compreender que os conhecimentos adquiridos são desenvolvidos ao longo do tempo, por meio de questionamentos e reflexões impulsionadas pela prática, mediante as interações ocorridas ao longo do trabalho diário entre as profissionais.

Quanto à normatização e sistematização dos instrumentos utilizados, encontramos na fala das profissionais:

Em Glória, encontramos: *"... Os instrumentos utilizados são a Entrevista Psicológica e alguns testes voltados para a Avaliação da Agressividade e Impulsividade."*

Ou, Cláudia, que diz: *"Eu utilizava, nas avaliações, entrevistas, testes psicológicos e discussão com a equipe..."*

Ou Fernanda: *"Para fazer laudos, para avaliar, eu utilizava testes e entrevistas, como por exemplo, HTP, Wartegg, PMK."*

Assim achamos importante pontuar a relação com a teoria, como nos diz Pimenta*:"A prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com ela. Nega-se, portanto, uma concepção empirista da prática. A prática não existe sem um mínimo de ingredientes teóricos (PIMENTA, 1994, p. 92)".*

Sem discordar de Pimenta é preciso acrescentar que ao se dar importância a teoria, não se esta dando valor à qualquer teoria, mas se está buscando uma teoria ampla e multireferenciada, não só nas teorias psicológicas mais também nas sociológicas, filosóficas, políticas, históricas, antropológicas, etc.

4.4.4 O Trabalho Interdisciplinar

Quando um profissional realiza uma atividade, ele o faz em um determinado local, com determinada características, relacionando-se com seres humanos específicos, provenientes de determinados segmentos sociais e culturais. A diversidade de contextos específicos nos quais os psicólogos atuam, implica a diversidade de objetivos e de necessidades a serem atendida.

Uma experiência não favorece só a internalização dos saberes, das interações vividas, reflete no desenvolvimento das reflexões e no amadurecimento do papel profissional.

Um trabalho interdisciplinar somente é possível, quando se conhecem os fundamentos e o modo de operar da outra área (Jerusalensky, 1998. p.56 Apud Formação e Psicologia).

A pluralidade dos discursos favorece os estudos e o desenvolvimento da técnica, entretanto, para uso da interdisciplinaridade como ferramenta ao trabalho conjunto, deve-se cuidar para que não ocorra uma fragmentação do sujeito, com montagens justapostas de diferentes especialistas.

É preciso que os profissionais estejam reciprocamente situados em sua área de origem e na área de cada um dos colegas... (IRIBARRY, 2002. p.80).

Uma experiência não favorece só a internalização dos saberes, das interações vividas, reflete no desenvolvimento das reflexões e no amadurecimento do próprio papel profissional.

Sabe-se que a troca, o intercâmbio com pares e não pares favorecem significativamente o desempenho profissional, legitimando a prática, propondo novos dilemas e desafios.

A interlocução com profissionais de Direito, Serviço social e Psiquiatria, entre outros trouxeram para o profissional “psi”, a necessidade de entender o “idioma” de

outros profissionais e, ainda, compartilhar um lugar onde a ciência precisa estar em conexão com os discursos, de forma a integrar, e não anular, a prática do outro.

A pluralidade dos discursos favorece os estudos e o desenvolvimento da técnica com ética e postura. Apesar da utilização de relatórios, de laudos e da avaliação técnica, o psicólogo, e seus instrumentos não são detectores da verdade: é no encontro de vários profissionais que o profissional "psi" objetiva a realidade psíquica.

Na fala das profissionais, encontramos: *"... Temos muito serviço... eu não dou conta, e nem pretendo dar, a gente divide o trabalho com a Assistente Social..."*

Em Sofia: *"Para o trabalho da CTC, precisava de uma equipe, era necessário reunir a equipe multidisciplinar para discutir os casos... a gente trabalha muito em parceria, (assistente social, psiquiatra) são parceiros complementares..."*

Em Ângela:

> Nos atendimentos em grupo, fazemos com a Assistente Social, fazemos estudos, acompanhamos... Quando fazíamos laudos lá em Iperó, as reuniões aconteciam semanalmente, tudo era analisado, até o diretor de Saúde ia. Isso é interessante, fazer separado perde o sentido.

Em Cláudia, referindo-se a Avaliação:

> ... Tinha discussão na Equipe Multidisciplinar, psicólogo, assistente social, diretor de Produção, de Saúde e a 'gerência' dos técnicos... [...] A especificidade depende do 'toque' que você vai dar na hora do contato. A assistente social não vai fazer a leitura do preso, como nos fazemos... Tem um espaço que é da Psicologia... os interesses pela pessoa que está na frente são diferentes...

Ou em Fernanda:

> ... Na época dos laudos, nos cruzávamos os dados colhidos... As especificidades da formação e do trabalho são diferentes. Normalmente, com o psicólogo, o sentenciado fala dos problemas dele, de relacionamentos, doença, angústias, com a assistente social, é mais sobre a família, documentação, registro de filho... [...] Na época dos laudos, havia sintonia ainda maior... Era um trabalho de equipe, um trabalho conjunto.

Assim, a delimitação de fronteiras entre ciências muitas vezes estreita-se e se intercruza, a Psicologia busca conquistar sua identidade profissional, pautando-se na autonomia funcional, ainda que haja flexibilidade no encontro com outros profissionais – muito embora saibamos que muitas vezes é necessário discriminar

onde começam e terminam as competências dos profissionais envolvidos com o mesmo “objeto” de estudo. Cabe lembrar, que essa fronteira é definida pelos Conselhos Federais de cada profissional, sabendo-se que o “rastreamento” de cada profissional para a compreensão de determinado fenômeno acabará favorecendo a construção de novos entendimentos que ampliam o conhecimento.

É desta possibilidade de confrontar-se com o limite de seu próprio saber enquanto profissional que se articula a possibilidade e a condição do trabalho interdisciplinar.

5. ANÁLISE DOS DADOS

"A doença ou a delinqüência são contradições do homem, mas são também um produto histórico-social."

F. Basaglia

5.1 Análise dos Dados

Após o intercruzamento dos dados coletados, passamos a refletir sobre a importância do psicólogo no Sistema Prisional.

Percebemos na fala dos profissionais uma intensidade de esforço e espera de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, além da constatação de quanto a busca por atualização e instrumentação ética ocorrem de forma isolada e solitária.

Dentro da complexidade que se impõe ao trabalho em uma Instituição Total, de natureza fechada, faz-se necessária a conscientização da falta de sistematização, de políticas públicas que orientem a intervenção psicológica.

Ainda que para trabalhar em presídios não haja exigências específicas quanto ao aspecto formativo, é possível verificar que a simples transposição do modelo clínico para o institucional não pode ocorrer sem alguma consideração inerente às peculiaridades e singularidades da própria instituição.

As Universidades precisam despertar para discutir sobre a produção e transmissão de conhecimentos ligados a novas práticas interventivas, que certamente são de repercussão social, mesmo porque é nas instituições formadoras que vão ser traçadas novas trajetórias e discussões sobre os saberes e fazeres, assim como sobre a aplicação de novos conhecimentos psicológicos.

Certo está, como aponta Shine (2005), que a Psicologia Jurídica é uma "especialidade" recém-reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia[13], uma área carente de bibliografia em que seus operadores têm encontrado caminhos solitários e próprios para desenvolver seus trabalhos e estudos.

A formação acadêmica é citada pelas profissionais entrevistadas atuantes como fonte de busca de informações no processo do exercício profissional, uma vez

[13] O Título de Especialista em Psicologia Jurídica foi criado pelo Conselho Federal de Psicologia por meio da Resolução nº. 14/00 em 22/12/2000.

que apontam para a existência de disciplinas orientadoras para a prática, mas todas, embora se tenham graduado em diferentes Universidades, alertam para escassez de conhecimento ou aprofundamento para a prática profissional na Instituição Total.

Por exemplo, referem que a Avaliação Psicológica, para fins periciais, requer uma adaptação desses conhecimentos, inclusive quanto à linguagem a ser utilizada no momento da elaboração do laudo psicológico, quando esse era largamente utilizado para o trabalho da Comissão Técnica de Classificação.

Na realidade brasileira, não se tem, ainda, resoluções ou pareceres por parte do Conselho Federal de Psicologia, relacionados à área Jurídica, que possam dar suporte ao psicólogo para enfrentar essas situações (ROVINSKI, p. 24, 2004).

A entrevista psicológica é invariavelmente utilizada pelos psicólogos junto à pessoa reclusa, entretanto, deve ser lançado um olhar cuidadoso também sobre esse instrumento, uma vez que a pessoa a ser examinada tem conhecimento das implicações jurídicas da avaliação, o que pode limitar a genuinidade do encontro. Portanto, o psicólogo deve ser também bastante habilidoso no momento dessa atividade profissional.

Foi possível constatar neste estudo escassas referências bibliográficas acerca da atuação do psicólogo nos presídios, e quando aparecem são mais voltadas ao trabalho no contexto judiciário.

Este trabalho, que teve como objetivo pesquisar o quanto as Universidades, na formação do psicólogo, preocupam-se em subsidiar outras formas de atuação além da clínica (que ainda hoje é priorizada), demonstrou, segundo as entrevistadas, ou mesmo as bibliografias usadas, uma falta de propostas de investigação e pesquisa, ou ainda de estudos sobre técnicas eficientes a serem utilizadas pelos profissionais, que pudessem normatizar e sustentar a prática por meio de métodos eficientes e adequados.

É importante ressaltar que o psicólogo que trabalha e exerce sua prática nos presídios, que tem um trabalho sério e ético, está de certa forma desamparada, pois corre o risco de emitir um parecer e vir a ser questionado no caso de reincidência criminal do sentenciado avaliado, se tiver uma conduta que repercuta negativamente e prejudique sua reinserção social.

Isto é, além de desamparado, o psicólogo corre o risco de responder por responsabilidades que nem de longe são somente suas.

Seja como for, o trânsito funcional do psicólogo de agente pericial para o de agente de saúde psicológica, não faz avançar a situação do profissional na medida em que qualquer ação projetada para o detento passa naturalmente pela questão de adaptação de conduta.

No fundo espera-se do psicólogo, que o desempenho deste novo papel que lhe foi atribuído, criar, segundo as palavras de Alvino de Sá (2003), a construção de uma nova racionalidade cientifica para os presos.

A partir daí, segundo o autor, deve-se planejar medidas, não de ressocialização dos sentenciados, como se o problema se centrasse neles, mas de experiências de reencontro entre encarcerados e segmentos da sociedade, experiências estas significativas para ambas as partes.

Não se trata, pois, de simplesmente constatarmos as insuficiências ou a falta de condições físicas ou de autonomia do exercício da profissão pelas psicólogas, mas de chamarmos a atenção para a extensão da problemática que os psicólogos estão submetidos no desempenho de suas atividades profissionais nos presídios do sistema penitenciário paulista.

Por outro lado, autores como Fiorini (1987) e Azevedo (1988), entre outros, apontam em vários estudos a necessidade da aplicação de técnicas psicológicas a novos segmentos da população e a novas realidades, que devem ser acompanhadas por estudos que procedam a sua descrição e avaliação quanto à adequação e efetividade, evitando-se a simples transferência de práticas, consistentes e efetivas em um contexto determinado, a outros contextos, portadores de diferentes demandas.

Portanto, a atuação do psicólogo em uma Instituição Total é ainda um desafio colocado não só à própria profissão, mas, sobretudo à sociedade como um todo, uma vez que exige reflexão e entendimento crítico de práticas político-sociais, de diferentes setores e classes sociais e não simplesmente aplicação de teorias. É necessário, acima de tudo, uma política – psicológica.

Spink (in CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1994) enfatiza a importância deste comprometimento no campo da Psicologia Social:

> Precisamos de uma psicologia social capaz de respeitar as capacidades coletivas expressas em saberes, práticas e ações organizadoras, com a disposição e a competência de entrar na luta para as utopias, capaz de compreender as redes solitárias, a auto-gestão e a sociedade...

Assim, entendemos necessário repensar junto com os alunos do curso de Psicologia as relações que os profissionais de psicologia estabelecem com as pessoas ao realizar qualquer tipo de trabalho ou intervenção.

Quanto ao trabalho interdisciplinar, referido pelas profissionais entrevistadas, apontamos para a tênue confrontação de fronteiras e reconhecimento das possibilidades das condições de trabalho, além dos limites da intervenção:

> É preciso que estes profissionais, fundamentalmente, estejam reciprocamente situados em sua área de origem e que o psicólogo, por exemplo, seja introduzido na área de seu colega assistente social e na área de seu colega psiquiatra e vice-versa. Ademais é preciso que cada problema não solucionado seja levado para uma área vizinha, e, assim, submetido à luz de um novo conhecimento. (IRIBARRY, 2002, p. 80)

Este é um desafio que todos os profissionais envolvidos no trabalho conjunto enfrentam, é preciso sair da posição onipotente do “saber” e compreender que o saber é sempre parcial, nenhuma profissão dá conta de solucionar toda a problemática envolvida, por exemplo, na criminalidade, na violência, na exclusão e assim por diante.

Naturalmente a problemática carcerária transcede em muito os conhecimentos até aqui colocados à disposição da psicologia, mas é indiscutível também que se a sua formação for conduzida na direção de uma maior aproximação das demandas oriundas da realidade social, teremos, certamente, um novo posicionamento psicólogo – sociedade e ou sociedade – psicólogo.

Para finalizar, vale apontar que, no decorrer deste trabalho, tentamos mostrar que a Psicologia está aberta a outras interlocuções que não apenas o atendimento em consultórios, que ela pode participar ativamente nas discussões das contradições e desigualdades da sociedade brasileira e que é imperativo que as instituições formadoras posicionem-se na direção de outros saberes e fazeres mais adequados as reais demandas contidas na nossa sociedade.

> “ Para ser capaz de apreender o sujeito brasileiro contemporâneo, a psicologia precisa se manter permeável a outras interlocuções fora do seu campo de saber/fazer. Interlocuções multidisciplinares e mesmo extra – disciplinares como as artes, as mídias, as novas tecnologias, as produções culturais em geral.” (Ferreira Neto, p. 193, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O que define uma atuação abrangente é o quanto essa atuação reflete o potencial de utilidade e de contribuição da profissão à sociedade."

Ana Maria Almeida Carvalho

A psicologia, desde a década de 60, é reconhecida como uma profissão liberal – Parecer nº. 403/1968 (Lei nº. 4119 p. 6): "[...] soa assim, há de ser possível assegurar à Psicologia a posição de relevo que lhe cabe, no conceito das chamadas profissões liberais [...]".

Existem hoje, no Brasil, 320 cursos de Psicologia, variando de 4 a 6 anos de tempo de formação. Temos hoje 130 mil profissionais psicólogos, cerca de 50 mil só no Estado de São Paulo[14].

Estamos vivendo na "era das especialidades" e o psicólogo disputa espaço no mercado com outras profissões. Para tanto, precisa integrar-se a novos modelos de atuação, não só do mercado, mas da própria realidade que se impõe e que certamente traz, em si, novos dilemas e desafios, para não se alienar e isolar.

Pelos dados obtidos em nosso estudo, apontamos como relevante:

1. A formação acadêmica inicial não favorece, ou facilita, ou mesmo instrumentaliza o exercício da profissão de psicólogo nos presídios, ainda que se saiba que esse é um local onde a Psicologia está presente de forma atuante. Assim sendo, importantes atualizações acerca do cotidiano e da demanda do trabalho para os psicólogos ficam ligadas à busca do próprio profissional, mesmo que o esperado fosse que o psicólogo em formação tivesse, dentro das Universidades, contato com essa realidade.
2. Faltam políticas públicas voltadas para a formação de recursos ao psicólogo que trabalha nos presídios. São notados movimentos nesse sentido, contudo, as entrevistadas foram unânimes em reconhecer um desencontro entre a realidade prisional, cada vez mais sedenta de intervenções.

[14] Fonte : Site: http//www.crsp.org.br

3. É necessário ter condições mínimas e básicas para o trabalho técnico, como, por exemplo, materiais (instrumentos de avaliação) e local apropriado para o atendimento.
4. Que se atente para a formação do psicólogo, no intuito de se incentivar estágios com suporte da SAP.
5. Que se articule pesquisas e estudos que visem aperfeiçoamento e avanços nas práticas psicológicas.

Assim sendo, pensando na prática enquanto transformação de conhecimentos aplicados numa atuação ética, comprometida e com qualidade, não se pode desprezar os “saberes” proporcionados pela Universidade.

Entre as principais funções explicitamente atribuídas à Universidade, em âmbito mundial, encontram-se a investigação, a manutenção da cultura, fornecimento de mão-de-obra qualificada, treinamento altamente especializado, fortalecimento da competitividade na economia, mobilidade social, prestação de serviços à comunidade local e regional e preparação para os papéis de liderança social (Estudante Universitário, 2003, p.155).

Refletindo mais profundamente, vamos nos deparar com o desafio de pensar que os presídios aí estão cada vez mais superlotados, ainda que a sociedade não queira se “confrontar” com essa realidade: a exclusão via marginalização e criminalidade existe, está violenta, com presídios superlotados assustando a todos com notícias diárias de perigos eminentes (facções, fugas, rebeliões etc.).

Temos uma sociedade com problemas recorrentes, muitas vezes insolúveis, acredita-se que a Psicologia tem muito a fazer neste contexto, na medida em que pode posicionar-se crítica e eticamente na defesa de condições favoráveis à convivência social, pensando em medidas preventivas e reformuladoras da vivência prisional e extra-muros, com amplas e justas possibilidades a todos.

É imperativo não esquecer que. quando um profissional realiza uma atividade, sua prática não ocorre no vazio, pois o *locus* onde se situa será afetado, assim como o afetará, e certamente haverão transformações.

Nesse cenário, nessa possibilidade de intervenção, é que o psicólogo exercitará o aprendido e poderá desenvolver e dominar conhecimentos e possibilidades, e certamente influenciará a dimensão do humano.

A Psicologia tem uma riqueza teórica e diversificada que é notório em qualquer segmento social e profissional, está ela em todos os campos, mostrando-

se presente, atuante e comprometida. Assim sendo, é urgente que essa diversidade teórica organize-se e se estruture, e o caminho pode e deve ser o da formação, que tem o importante papel de intercruzar e aprofundar conhecimentos, com pesquisas e produções que só acrescentarão à sociedade.

Talvez como uma mera proposta decorrente dos estudos até aqui desenvolvidos possamos sugerir que se discuta a divulgação e a ampliação dos estágios supervisionados, que desde o ano de 2002 estão sendo autorizados pela Secretária Administração Penitenciaria em 2002 (decreto nº 47.169).

Várias são as dificuldades de nosso país e é preciso que nos responsabilizemos enquanto cidadãos, pois a crise do Sistema Penitenciário não vai ser resolvido com medidas burocráticas, e nem em si mesmo por qualquer solução técnica ou cientifica, tão pouco as psicológicas, mais sim pelo empenho social a favor da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Se há superpopulação carcerária, há também problemas de habitação, miséria e fome. Se o homem-preso, muitas vezes é analfabeto e sem qualquer profissão, lembramos que assim também o é grande a parcela da população brasileira, portanto, não bastam reclamações, é necessário que se recorra em primeiro lugar ou concomitantemente a solução de todos estes problemas. É neste ponto que pensamos que a psicologia deve ser centralizada.

Gostaria de reafirmar, que a conclusão deste trabalho, não acaba com a defesa da tese, pois tem ela uma dimensão humana significativa, não só para um, mas para todos que direta ou indiretamente estão ligados ao tema da formação e da atuação numa Instituição fechada, onde a Psicologia esta vinculada a outros profissionais, ao Estado e à Sociedade de um modo geral, tendo como propósito à diminuição do sofrimento humano.

Encontramos em Ana Bock (1999)[15]:

> "O Psicólogo não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, pensando nela como um trabalho voltado para **um** indivíduo, como se estivesse isolado e não tivesse nada haver com a realidade social, construindo-a e sendo construído por ela...".

Os Psicólogos precisam ter clareza de que, ao fazer ou saber Psicologia, estão com sua pratica e seu conhecimento interferindo na sociedade.

---

[15] Palestra de abertura da II Semana Norte-Rio Grandense de Psicologia. 15-16 de Setembro de 1999.

É preciso nos engajar politicamente visando sempre a finalidade de nossa intervenção que é compreender o sujeito como alguém, que, ampliando seu conhecimento sobre a realidade que o cerca, se tornará capaz de transformar e modificar a realidade.

“Precisamos nos tornar capazes de criar Psicologia, adaptando nossos saberes à demanda e a realidade que se apresenta...”.

Permeando as discussões a respeito da formação em Psicologia, encontram-se pontos dignos de nota: a) o dilema entre formar psicólogos generalistas ou especialistas, b) a forma de estruturação curricular (rígido a flexível), c) entre ênfases diferentes (conteúdistas ou eminentemente pratico), etc...

Como se vê, são tantos os requisitos necessários à formação do psicólogo, encontramos em Bock (1999):

“A psicologia em seu desenvolvimento esteve sempre presa a uma dicotomia entre objetividade e subjetividade; entre interno e externo, entre natural e histórico; objeto e sujeito; razão e emoção; individuo e sociedade....

Mas isto vem mudando. A realidade objetiva, o mundo Social e cultural vem invadindo nosso conhecimento e já não se pode falar em mundo psicológico sem considerar o mundo social e cultural....

O psicólogo não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, pensando-a como um trabalho voltado para um individuo, como se este vivesse isolado, não tivesse a ver com a realidade social, constituindo-a e sendo constituído por ela.

Assumiu um compromisso social é estar voltado para uma intervenção critica e transformadora das condições de vida. É romper com 500 anos de desigualdade social, é estranhar, inquetar-se, buscar saídas, e para isso é necessário construção, que se inicia na Formação dada pelas Universidades. Este é o desafio.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; ALDA J. G.; AJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1999. 2ª. ed.pp. 147-178.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA V. A. **A violência doméstica na infância e adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BASAGLIA, F. **A Instituição Negada: relato de um Hospital psiquiátrico**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 2ª. ed.

BLEGER, J. **A entrevista psicológica: temas de Psicologia**. Buenos Aires: Martins Fontes, 1987. 3ª. ed.

BOCK, A. M. B. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade e compromisso social**. Versão revista da palestra de abertura da "II Semana Rio Grandense de Psicologia". Natal. 16-18/09/1999. Estudos de Psicologia. João Pessoa, 1999. Vol.. 4. nº. 2, pp.325-329.

BOCK. A.M.B. et al. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva critica em psicologia**. São Paulo: Cortez. 2001.

BRASIL. *Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.* Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Disponível em: http//: www.mec.gov.br/cne/pdf/ces0804.pdf. Acessado em 07/10/2006.

BRASIL. Departamento Penitenciário. 2001. Dados do Sistema Prisional. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Brasil.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a regulamentação da profissão do psicólogo.

BUENO. F. S. Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa. Vol.9. Ed. Lisa.

CAIRES, M. A. F. **Psicologia Jurídica:** implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: EDICON, 1988.

Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior – Parecer nº CNE/CES 583/2001.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior – Parecer nº CNE / CES 67/2003.

COSTA, Giselda Morato. **As Organizações Não-governamentais no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo:** protagonistas constitutivas de novos modelos prisionais ou reprodutivas de modelos tradicionais? 2006. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____**Conceito de criminologia Clinica**. Artigo não publicado.

_____**Concepção do crime como expressão de uma historia de conflitos: implicações na reintegração social dos condenados à pena privativa deliberdade**. Artigo publicado na revista da Escola superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, V II. P 169-178. 2001.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública e saúde. **Estudos de Psicologia**. Natal. V. 5, nº1 p. 95-121. 2000.

DOSTOIÉVSKI, F. M. **Recordações da casa dos mortos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

FERREIRA NETO, J. L. **A formação do psicólogo:** Clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.

FERREIRA, G. **Prisões, presos, agentes de segurança penitenciária e direitos humanos.** São Paulo: Editora Loyola, 2002.

FIORINE, H. J. **Teoria e técnica de psicoterapias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

FOUCOULT, M. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. Trad. Ligia M. P. Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOFFMANN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HELLER, Agnes. **O Código Penal e a História.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

IGNATIEFF, M. **Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço Crítico**. Revista brasileira de História. São Paulo. ANPUH, v.ol 7. nº 14. março/agosto 1987.

MARTINS, L. M. **A Natureza do trabalho do psicólogo em estabelecimentos penais**. Bauru: Edipro, 1997.

MASSIMI, M. **História do psicólogo brasileiro**. Da época colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.

MELLO, S.L. **Psicologia**. Profissão em São Paulo. São Paulo: Editora Ática, 1975.

MERCURI, E.; POLYDORO, A. J. (Orgs.). **Estudante Universitário:** características e experiências de formação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 8º ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.

_____. **O que a História pode nos dizer sobre a profissão do psicólogo:** a relação Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 29-38.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**. Uma introdução crítica à Psicologia. São Paulo, T.A. Queiros Editor, 1984.

PELLINI, M. C. B. M. **Avaliação psicológica para porte de arma de fogo:** Contribuições da prova de Rorschach. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora, 2000.

_____. **Psicólogo Brasileiro:** práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

RESOLUÇÃO SAP - 58, de 13/06/2003: **Disciplina o direito de visita e dá outras providências**. Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária.16/06/03 .

_____. Resolução nº. 14 de 22 de dezembro de 2000, atualizada pelas Resoluções nº. 002/2001, nº. 005/2003 e nº. 002/2004. Dispõe sobre título e registro de especialista do Conselho Federal de Psicologia.

REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO BRASILEIRA. Conselho Federal de Psicologia. Nº3. ano 18. 1998. p 28-35.

REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO BRASILEIRA. Conselho Federal de Psicologia. nº3. Ano 21. 2001. p. 36-49.

REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO BRASILEIRA. **Diálogos. Conselho Federal de Psicologia**. Sistema Conselhos de Psicologia. nº. 2. Ano 2. 2005. p. 14-17.

REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO BRASILEIRA. **Diálogos. Conselho Federal de Psicologia. Sistema Conselhos de Psicologia nº 1**. Ano 1. 2004. p.24-28.

ROCHA. L. C. **A Prisão dos Pobres. São Paulo**. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 1994.

ROVINSKI, S. L. R. **Fundamentos da Perícia Psicológica**. São Paulo: Vetor, 2004.

SÁ, A. A. de. Sugestão de um esboço de bases conceituais para um sistema penitenciário. **Manual de Projetos de reintegração social**. São Paulo: SAP/DRSP, 2005.

SHINE S. **Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas.** São Paulo. Casa do Psicólogo. 2005

SIMON, C.; PAULIN, L. L. M.-S.; MANOEL, A. S. (Orgs.). **Formação em Psicologia:** desafios da diversidade na pesquisa e na prática. São Paulo: Vetor, 2005.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª. REGIÃO. **O perfil do psicólogo no estado de São Paulo**. Cortez Editora.

STELLA, C. **Educação e filhos de mulheres presas:** o impacto do aprisionamento materno na história escolar dos filhos. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Programa de História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TARDIFF, M. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria a docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch. Petropólis, Rio de Janeiro: Vozes. pp. 15-54.

WINNICOTT, D. **Privação e delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

YALOM, D. I**. Quando Nietzsche chorou.** . Ediouro AS, 1995.

APÊNDICE

ENTREVISTA DE INCLUSÃO PARA PRESOS PROVISÓRIOS

Nome:
Matrícula:
Unidade:
Contato familiar:
Endereço familiar:
Data da entrada / inclusão:
Data da entrevista:
Entrevistador:
Área de formação:

1- Qual é seu grau de instrução? **(semelhante ao nº 19 da outra Entrevista)**
( ) Analfabeto(a)
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo

2- Qual é a Raça/Cor que melhor descreve você? **(nº 50 da outra Entrevista)**
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

3- Qual sua situação conjugal? **(nº 24 da outra Entrevista)**
( ) Solteiro(a)
( ) Casado(a)
( ) Amasiado(a)
( ) Separado(a) de fato
( ) Separado(a) judicialmente
( ) Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)
( ) Outros

4- Quantos filhos você tem? **(nº 28 da outra Entrevista)**
( ) Nenhum
( ) 1 filho
( ) 2 filhos
( ) 3 filhos
( ) 4 filhos
( ) 5 filhos
( ) 6 filhos ou mais

5- Com quem seus filhos estão? (múltipla escolha) **(nº 30 da outra Entrevista)**
( ) Mãe
( ) Pai
( ) Avós Maternos
( ) Avós Paternos
( ) Tios
( ) Irmão(s) mais velho(s)
( ) Febem
( ) Abrigo
( ) Estão em situação de rua
( ) Estão presos
( ) São independentes
( ) Não sei
( ) Outros

6- Você é o(a) único(a) provedor(a) da família? **(nº 35 da outra Entrevista)**
( ) Não
( ) Sim

7- Você trabalhou antes de ser preso(a)? (múltipla escolha) **(nº 40 da outra Entrevista)**
( ) Não
( ) Sim, com carteira assinada
( ) Sim, como profissional autônomo(a)
( ) Sim, em trabalho informal
( ) Sim, fazendo bicos
( ) Sim, como servidor(a) público(a)
( ) Sim, aposentado(a)/pensionista
( ) Outros

8- Você tem benefícios sociais/direitos trabalhistas a serem requeridos? (múltipla escolha) **(nº 41 da outra Entrevista)**
( ) Não
( ) Sim, auxílio reclusão
( ) Sim, seguro desemprego
( ) Sim, saque do FGTS
( ) Sim, liberação do PIS
( ) Sim, liberação do PASEP
( ) Sim, aposentadoria

9- Quantas vezes já passou por instituição prisional?
( ) nenhuma
( ) 1 vez
( ) 2 vezes
( ) mais de 2 vezes

10- Quanto ao uso de drogas ilícitas, você é: **(nº 52 da outra Entrevista)**
( ) Não usuário(a) – nunca utilizou drogas
( ) Usuário(a) experimentador(a)
( ) Usuário(a) ocasional
( ) Usuário(a) habitual
( ) Usuário(a) dependente

11- Você faz uso abusivo de bebida alcoólica? **(nº 55 da outra Entrevista)**
( ) Não
( ) Sim

12- Você é portador(a) de necessidades especiais? **(semelhante ao nº 59 da outra Entrevista)**
( ) Não
( ) Sim, para motoras
( ) Sim, para visuais
( ) Sim, para auditivas
( ) Sim, para mentais

13- Você é portador(a) de doença infecto contagiosa / tratamento continuado? (múltipla escolha)
( ) Não
( ) Sim, para tuberculose
( ) Sim, para HIV
( ) Sim, para hepatite
( ) Sim, para hanseníase
( ) Sim, para diabetes
( ) Sim, para hipertensão
( ) Sim, para insuficiência renal crônica
( ) Sim, para colostomia
( ) Sim, outros

14- Você tem advogado?
( ) Não
( ) Sim, para advogado dativo
( ) Sim, para advogado particular

15- Observações sobre o estado emocional no momento da entrevista:

_____
_____
_____
_____
_____

16- Outras informações relevantes:

_____
_____
_____
_____
_____

17- Providências / Encaminhamentos:

_____
_____
_____
_____
_____

ENTREVISTA DE INCLUSÃO

LEGENDA:

P *= Psicologia*
SS *= Serviço Social*
M *= múltiplas respostas*

01 - Por quem você foi criado? ***(P)***
( ) pelos pais
( ) pelo pai
( ) pela mãe
( ) avós paternos
( ) avós maternos
( ) por irmão(s) mais velho(s)
( ) por parentes
( ) por outra família
( ) por instituição

02 - O que seus pais (ou aqueles que o criaram) representaram para você, na infância? ***(P) (M)***
( ) foram pessoas fundamentais
( ) foram pessoas importantes
( ) foram pessoas presentes
( ) foram pessoas indiferentes
( ) foram pessoas negligentes
( ) foram pessoas ausentes

03 - Como avalia a educação recebida através das pessoas que o criaram? ***(P)***
( ) rígida
( ) muito rígida
( ) flexível
( ) sem limites

04 - Com quem você mais se identificava na sua infância: ***(P)***
( ) pai
( ) mãe
( ) outro parente
( ) pessoa fora do grupo familiar

Por quê? _____
_____
_____

05 - Você vivenciou alguma separação marcante? ***(P)***
( ) não
( ) sim, da mãe
( ) sim, do pai
( ) sim, de irmão (ã)
( ) sim, de avós
( ) sim, de outra pessoa importante

06 - Quantas vezes você mudou de família na infância? ***(SS)***
( ) nenhuma vez

( ) uma vez
( ) duas vezes
( ) mais de duas vezes

07 - Você fugiu de casa alguma vez? ***(SS)***
( ) Não ( ) sim

Por quê? _____
_____

08 - Em que condições materiais foi criado? ***(SS)***
( ) ótimas condições
( ) boas condições
( ) tendo suas necessidades básicas atendidas
( ) com pobreza
( ) extrema pobreza

09 - Você passou por instituição assistencial na menoridade? ***(SS)***
( ) não
( ) sim como carente
( ) sim como infrator

10 - Você foi vítima de violência doméstica? ***(P)***
( ) não

( ) sim, violência física
( ) sim, violência psicológica
( ) sim, violência sexual
( ) sim, negligência

11 - Com que idade foi vítima de violência doméstica? ***(P)***
( ) antes dos 3 anos de idade
( ) 4 aos 7 anos de idade
( ) 8 aos 11 anos de idade
( ) 12 aos 15 anos de idade
( ) 16 aos 18 anos de idade
( ) acima dos 18 anos de idade

12 - Quais as vivências mais marcantes de sua infância? ***(P)***
_____
_____
_____
_____

13 - Qual(is) a(s) vivência(s) mais marcantes de sua vida adulta? ***(P)***
_____
_____

14 - Você freqüentou a escola? ***(SS)***
( ) Não
( ) sim, escola pública
( ) sim, escola particular

15 - Com que idade ingressou na escola? ***(SS)***
( ) antes dos 7 anos
( ) aos 7 anos
( ) dos 8 aos 10 anos
( ) dos 11 aos 16 anos
( ) acima dos 16 anos

16 - Você parou de estudar? ***(SS) (M)***
( ) não

( ) sim, *por sofrer preconceitos*
( ) sim, por dificuldades na aprendizagem
( ) sim, *por não ser aceito por professores e colegas*
( ) sim, por não gostar de estudar
( ) sim, por achar que não tinha importância
( ) sim, por ter sido expulso
( ) sim, *para trabalhar*
( ) sim, *por dificuldades de acesso (falta de vagas ou distância)*
( ) outros_____

17 - Qual seu grau de instrução antes de ser preso? ***(SS)***
( ) *analfabeto*
( ) Ensino Fundamental incompleto
( ) Ensino Fundamental completo
( ) Ensino Médio incompleto
( ) Ensino Médio completo
( ) *Ensino Superior incompleto*
( ) Ensino Superior completo

18 - Com que idade começou a trabalhar? ***(SS)***
( ) antes dos 7 anos
( ) dos 7 aos 10 anos
( ) dos 11 aos 16 anos
( ) dos 16 aos 21 anos
( ) acima dos 21 anos
( ) *nunca trabalhou*

19 - Possui curso(s) profissionalizante(s)? ***(SS)***
( ) Não ( ) Sim. Qual (is)?
_____
_____

20 - Quais suas experiências profissionais? ***(SS)*** _____
_____

21 - Qual sua situação conjugal? ***(SS)***
( ) solteiro
( ) casado
( ) *amasiado*
( ) separado de fato
( ) separado judicialmente
( ) divorciado
( ) viúvo
( ) outros _____

22 - Quantas pessoas moravam com você antes de ser preso? ***(SS)***
( ) morava sozinho
( ) 1 pessoa
( ) 2 pessoas
( ) 3 pessoas
( ) 4 pessoas
( ) 5 pessoas
( ) 6 ou mais pessoas

n, de 3 a 5 filhos
n, mais de 5 filhos

Seus filhos menores trabalham? ***(SS) (M)***
io sei ( ) não

n, na rua
n, em residência de família
m, na zona rural
m, em empresas formais

Teve algum filho encaminhado para adoção ou família substituta? ***(SS) (M)***
ão sei ( ) não

m, para adoção
m, para família substituta
em sua concordância
om sua concordância

Você é o único provedor da família? ***(SS)***
ão( ) sim

Qual o rendimento familiar? ***(SS)***
a ½ salário mínimo
cima de ½ até 2 salários mínimos
cima de 2 até 4 salários mínimos
cima de 4 até 9 salários mínimos
cima de 9 até 15 salários mínimos
ais de 15 salários mínimos

Sua família está inscrita em programa social oficial ou comunitário? ***(SS)***
ão( ) sim
(is)? _____

Que documentos não possui ou foram extraviados? ***(SS) (M)***
arteira de Identidade
ertidão de Nascimento
ertidão de Casamento
PF
arteira de Trabalho
tulo de Eleitor
ertificado de Reservista

Você trabalhou antes de ser preso? ***(SS)***
io
n, com carteira assinada
n, como profissional autônomo
n, em trabalho informal
n, fazia bicos
n, servidor público
n, aposentado/pensionista

Você tem direito a benefícios sociais? (pesquisar se as informações se enquadram nos critérios legais) ***(SS) (M)***
xílio reclusão
guro desemprego
que do FGTS
eração do PIS
eração do PASEP

3 - Gostaria de estudar durante o cumprimento da pena? ***(SS)***
) não( ) sim

9 - Gostaria de trabalhar durante o cumprimento da pena? ***(SS)***
) não( ) sim

0 - Gostaria de aprender uma profissão? ***(SS)*** ***(M)***
) não( ) sim

) agricultor
) artista plástico
) artesão
) cabeleireiro / barbeiro
) culinarista / confeiteiro
) costureiro
) eletricista
) eletricista de automóveis
) encanador
) funileiro
) marceneiro
) mecânico de automóveis
) padeiro
) paisagista / jardineiro
) pedreiro
) pintor de automóveis
) pintor de parede
) técnico em informática
) torneiro mecânico

- Outra(s). Qual(is)? ***(SS)*** _____ _____

- Gostaria de praticar atividades esportivas? ***(SS)***
) não
) sim, musculação
) sim, futebol
) sim, voleibol
) sim, basquetebol
) Outros. Qual(is)? _____

- Gostaria de desenvolver atividades culturais? ***(SS)*** ***(M)***
não
sim, leitura
sim, redação literária
sim, música
sim, teatro
Outros. Qual(is)? _____

- Qual é a raça/cor que melhor descreve você? ***(P)***
branca
preta
parda
amarela
indígena

- Qual era sua religião antes de ser preso? ***(P)***
nenhuma
Católica
Evangélica
Umbanda

( ) Candomblé
( ) Espírita Kardecista
( ) Judaica
( ) ateu
( ) outra

46 - Você faz uso de drogas ilícitas? ***(P)***
( ) não
( ) sim, usuário experimentador
( ) sim, usuário ocasional
( ) sim, usuário habitual
( ) sim, usuário dependente

47 - Quando se tornou usuário? ***(P)***
( ) na infância
( ) na adolescência
( ) na vida adulta
( ) depois de ser preso

48 - Que motivo(s) o levou(levaram) ao uso de drogas? ***(P) (M)***
( ) curiosidade
( ) integração ao grupo
( ) pressão do grupo
( ) para ficar mais descontraído
( ) para fugir da realidade
( ) para livrar-se da ansiedade
( ) prazer

49 - Você faz uso abusivo de bebida alcoólica? ***(P)***
( ) não ( ) sim

50 - Já fez alguma tentativa para abandonar o uso de drogas ou de bebidas alcoólicas? ***(P)***
( ) não

( ) sim, para abandono de uso de drogas
( ) sim, para abandono de uso de bebidas alcoólicas

51 - O uso de drogas ou de bebidas alcoólicas tem relação com a prática do delito? ***(P)***
( ) não
( ) sim, para uso de drogas
( ) sim, para uso de bebidas alcoólicas

52 - Você tem algum problema de saúde atualmente? ***(P)***
( ) não ( ) sim

53 - Você é portador de necessidades especiais? ***(P)***
( ) não ( ) sim

54 - Com que idade você cometeu o primeiro ato infracional? ***(P)***
( ) aos 7 anos
( ) dos 7 aos 10 anos
( ) dos 11 aos 18 anos
( ) dos 19 aos 25 anos
( ) acima dos 25 anos

55 - O que o levou a cometer o(s) delito(s)? ***(P) (M)***
( ) não cometeu
( ) vingança
( ) impulsividade/inconseqüência

influência de outros
necessidades materiais
desejo de ser reconhecido, aceito, valorizado
circunstância do momento em que ocorreu o crime
envolvimento com grupos organizados
envolvimento com drogas

- Que conseqüência trouxe para você a prática do(s) delito(s)? *(P)* 56
reconhecimento/valorização pela família
reconhecimento/valorização pela comunidade
rejeição/desvalorização pela família
rejeição/desvalorização pela comunidade

- Com relação à situação de prisão o que considera sua maior perda? *(P)* 57
perda do direito de ir e vir
ficar longe da família
ficar longe dos amigos
rompimento de relacionamento amoroso
perda de emprego

- Em relação a sua família e sua situação prisional: *(P)* *(M)* 58
sente-se incentivado a mudar de vida
sente-se apoiado para o cumprimento da pena
sente-se preservado dos problemas domésticos
sente-se exigido a solucionar problemas domésticos/familiares
sente-se rejeitado
sente-se abandonado
sente-se criticado

- Você já cumpriu pena, foi solto e voltou a ser preso? *(P)* 59
não( ) sim

- Para sua condenação atual, quanto tempo você passou preso em DPs e/ou cadeia? *(P)* 60
nenhum
até 1 mês
mais de 1 mês até 3 meses
mais de 3 meses até 6 meses
mais de 6 meses até 1 ano
mais de 1 ano até 2 anos
acima de 2 anos

- Você tem conhecimento da sua situação processual/penal atual? *(P)*
não( ) sim

- Estado emocional atual: *(P)* _____

Características observadas: *(P)*

relação consigo mesmo:

as relações interpessoais:

as relações sociais e comunitárias:

utros aspectos relevantes:

4 - Expectativas em relação ao cumprimento da pena: ***(P)***

:ONCLUSÃO/OBSERVAÇÃO TÉCNICA *(SS) (P)*

- Características observadas, capacidades, dificuldades e demandas identificadas:

2 - Indicação para participação em Projetos de Reintegração Social:

3 - Providências/encaminhamentos:

Dia/mês/ano:

Dia/mês/ano:

Dia/mês/ano:

ANEXO A- Transcrição Entrevista nº1

Data 25/08/2006
Sujeito : 1
Sexo : Feminino
Idade : 45 anos
Formação : Universidade Gama Filho / RJ
Tempo de formada : 20 anos
Instituição : Presídio Danilo Pinheiro(Mineirão)
Tempo: 90'

Legendas
E - Entrevistadora
S - Suieito

E - Bom dia. Gostaria de sua autorização para divulgação dessa entrevista que objetiva a coleta de dados para uma dissertação de mestrado, sobre a formação do Psicólogo e seu trabalho em Presídios.

E - Boa tarde!, Gostaria de saber quantos psicólogos trabalham aqui e o que vocês psicológicos fazem aqui, neste presídio.

S- O nosso trabalho, é voltado para a inclusão do preso, quando ele chega. Então por exemplo, a gente faz – Entrevista de Inclusão - (anexo) com os presos, e a gente tem que atender as necessidades dele. Então por exemplo, as assistentes sociais; contato com a família; documentação; orientação. No Semi Aberto, temos o trabalho de grupo, para a saída temporária, e todas as saídas do ano, nós fazemos grupos com eles para preparar para a saída.

E- Quantas sessões vocês fazem?

S- Geralmente em 2 etapas, uma antes de ir, e outra na hora que volta. São vários grupos diferentes, por causa do número de presos que vão ser atendidos.

E-Então é um atendimento para ir, e outro quando volta?

S- É isso, e tem também os atendimentos individuais,quando eles precisam, atendimento individual, ele que pede atendimento individual,em geral em função dessa saída. A

demanda vem em função dessa saída (direito de ir, passagem de ônibus), eles querem saber se tem direito para ir.

E- Como é esse direito?

S- O direito é dado pelo Juiz no Decreto,(tempo de pena, lapso temporal, artigo) e quando foi autorizado por Juiz é examinado aqui,tempo de casa, (depois que foi autorizado)tem uma parte burocrática para ver se pode ou não ir, tem um setor próprio, e a gente vai atrás, verificar se está na casa ou não. Às vezes ele está ansioso para sair e não sai. A gente conversa com ele sobre essa ansiedade.

E- É sempre o Psicólogo?

S- É, mais o Psicólogo, o Assistente Social também faz alguma coisa nesse sentido. A gente faz um trabalho para Reaproximação familiar, a gente conversa, para avaliar para o CR.

E- CR?

S- É Centro de Ressocialização, outro sistema penitenciário que às vezes eles querem ir,ou, às vezes o próprio CR pede a avaliação.

E- O que é priorizado nessa avaliação?

S- As condições dele, de aceitar regras de lá, condições para suportar, outro tipo de sistema de trabalho.

E- É sempre o Psicólogo?

S- São os dois, Psicólogo e Assistente Social. É como se fosse avaliação psicológica...

E- Que instrumentos precisam para essa Avaliação Psicológica?

S- Entrevistas Psicológica, e alguns casos, alguns testes voltados para avaliação de agressividade e impulsividade.

E- Vou utilizar que testes?

S- Comrey (teste de personalidade) e também agora existe a possibilidade de utilizar o Palográfico (teste gráfico)

E- Você utiliza?

S- Sim...

E- Quanto tempo você tem de formada?

S- 20 anos.

E- Você acha que sua formação há 20 anos atrás, foi suficiente para instrumentalizar para o trabalho Prisional?

S- Eu acho que sim... não pelas disciplinas, mas pela prática, quando gente vem para cá, a realidade aqui é diferente, mas eu acho que a formação do Psicólogo em si, em algumas Universidades é suficiente.

E- Na sua por exemplo?

S- A gente vai atrás, para um curso mais específico,quando falta alguma coisa...

E- Quanto tempo você tem de trabalho de sistema?

S- 12 anos...

E- O que você precisou buscar nesses 12 anos?

S- A gente faz alguns cursos ao longo do tempo, que vão somando com nossa atividade profissional.

Agora, dentro do sistema a gente tem o apoio da Escola Penitenciária que nos ajudam com reuniões de Psicólogos, e técnicos que dão orientação que nos ajudam, né? Então de tempos em tempos tem mudanças.

E- Nesses 12 anos você passa por mudanças pertinentes quanto a função dos Psicólogos no Sistema Prisional?

S- Sim, há algum tempo atrás. O trabalho era mais voltado para Laudo, pedido pelo Juiz, para progressão de Pena. Era um tempo de trabalho... a gente não tinha contato com o preso no sentido do trabalho em grupo, mas depois com a mudança, de não fazer mais Laudos... Passamos a voltar o trabalho para o preso como pessoa, para ele se reintegrar à sociedade, então só os grupos de Reabilitação.

E- Você considera que tem apoio da Escola Penitenciária?

S- Sim, sempre tive apoio para planejar o que fazer, projetos...

E- Na mudança do Instrumento de trabalho, você considera... que teve apoio?

S- Sim.

E- O que te motivou a trabalhar no Sistema?

S- A necessidade de um emprego estável. A mudança do RJ para cá , no caso no Rio de Janeiro trabalhava em clínica, aqui não tinha conhecimento com pessoas, e precisava de um trabalho estável. Esse foi o principal motivo.

E- Você está satisfeita com seu trabalho no Sistema?

S- Em alguns aspectos sim, em outros não. É... satisfeita pelo trabalho, tem muitos empecilhos, mas, insatisfeita com o funcionamento, não existe uma estrutura voltado para o trabalho do Psicólogo. Antigamente tinha uma sala para o atendimento individual. Quando voltamos para ao trabalho em grupo não existe uma estrutura. Antes era voltado para o trabalho individual, e tinha sala... mas com grupo não tem local adequado . Não

existe uma estrutura voltada para o trabalho do Psicólogo em grupo com presos,funcionários. Não tem local adequado... a gente sofre com essas condições internas.

E– Você esta realizada de alguma forma, na sua atuação no Sistema?

S- Eu sou realizada como Profissional, mas no Sistema em si, não, tem tanta realização, falta reconhecimento do trabalho, a questão financeira precisa melhorar. Houve época quer éramos mais valorizados, depois passou por uma fase de desvalorização. Isso reflete em nossas vidas... mas eu não me pauto por isso, acho que minha realização está naquilo que posso fazer melhor.

Nesse anos, com tanto ataques que aconteceram (referindo-se ao PCC – Grifo Meu), voltamos a olhar para o funcionário portador de Stren, então estamos contribuindo com a nossa profissão.

E – Como os funcionários vêem o trabalho do Psicólogo no Sistema?

S – Isso é relativo,alguns acham bom, outras não, outros nem sabem o que é... ele vai ter... vai mudar o olhar de acordo com a atuação do profissional, de cada um, da forma que cada profissional atua.

E- Como o preso vê?

S- Eu não sei... por que teve tantas mudanças de população carcerária que nós não sabemos direito, e nem ele (o preso) sabe quem somos.

Hoje mesmo lá embaixo, estava fechado para atendimento, o patio, tinha reunião lá no fundo, por causa do segurança. De repente liberou, quando o preso subiu, estava ressabiado, era mais de dez horas da manha quando ele subiu, queria saber o que eu queria ..., o porque da mudança... era a entrevista de Inclusão, expliquei que todos passam por isso, no decorrer da entrevista ele se soltou e participou. Expliquei que todos passam por isso... outros momentos, você atende um que vai muito bem a entrevista, em outro atendimento...

A gente faz atendimento quando eles precisam, estão estressados com problemas... a gente faz Acompanhamento Psicológicos.

E – Como o Diretor vê o papel do Psicólogo no Sistema?

S – De um modo geral, como importante e necessário. Eles prezam por manter o Psicólogo atendendo na Unidade. Aí depende da ênfase ou característica que esse Diretor tem. Então as vezes, em determinada época ele quer que de mais atenção ao trabalho com funcionários, então depende da época, mas de modo geral, eles valorizam...

E – E a sociedade, como enxerga o trabalho do Psicólogo no Sistema?

S – Eu acho que a Sociedade, enxerga como o Psicólogo por um lado, as vezes herói, e duvidam como a gente consegue viver aqui, eles admiram.. .outro lado, eles não conhecem, não valorizam nosso trabalho

E - Você acha que as Universidades deve ter disciplinas que auxiliem o trabalho do Psicólogo nos Presídios?

S – Eu acho... Psicologia Jurídica., mas... mesmo que tenha na teoria é uma coisa... na pratica é outra... eu acho que em Psicologia Social dá para aclarar alguma coisa... o Psicólogo que tem boa formação social, tem condições para realizar um bom trabalho no Presídio.

E – Você acha que teve uma boa formação social?

S – Eu tive... não só pela formação na faculdade, mas pela minha condição de vida. Eu trabalhei em serviços voluntários antes de trabalhar na Penitenciaria. Eu trabalhei com dependentes de drogas, eu tinha contato com uma população mais marginalizada. Então eu tive certo contato. E trabalhei em favelas.. .então você tem uma visão social mais ampla, é, ajuda a entender o perfil da população carcerária no Estado de São Paulo. Então corresponde a população mais pobre e carente, ligada ao crime...

E – Você trabalhou em favelas?

S – Sim, eu trabalhei...

E – Mas e na formação universitária, que tipo de experiência você teve que favoreceu para você trabalhar nesse tipo de local, com essa população?

S – Mais, na parte e Social e Institucional. O clinico é importante para muitas coisas, é a base. As teorias que a gente tem... mas senão tiver enfoque Social e Institucional é complicado.

E – Você fez algum tipo de Especialização após a Graduação?

S – Eu sou Especialista em Psicologia Jurídica, pela função exercida ao logo do tempo,e é dado pelo Conselho Federal de Psicologia, fiz também Psicopedagogia e alguns cursos de menor duração.

E – Você exerce atividade só no Sistema Prisional ?

S – Não, eu atualmente também estou na Secretaria de Educação como Professora de Psicologia.

E – Você exerce mais alguma função no Sistema Prisional, além de atender presos ou funcionários?

S – Sim, eu também sou Professora pela Escola Penitenciaria,então dou aulas nos Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Capacitação de funcionários. Então eu trabalho com essa formação e

E – Qual é a sua opinião sobre a CTC?

S – Acho que a CTC teve seu papel importante e relevante. Está em debate sobre a continuidade ou não da CTC. Mas de qualquer forma o Psicólogo continua sendo necessário. A CTC teve seu papel.

E – Você acha que se a CTC voltar os Psicólogos vão ser capazes de lidar com esse outro momento, com as mudanças que houveram visando a individualização do preso?

S – Capazes sim,mas vão ter que reformular algum sistema de trabalho para lidar com isso. É coisa para ser discutido. Os últimos anos foram difíceis, por causa da pressão da direção com relação a horário, fomos maltratados obrigados a cumprir horário. Era problemas com a direção. São as mesmas trinta horas, mas agora temos flexibilidade,antes não tínhamos. O novo Diretor está observando... as pessoas antes(referindo-se a outros Psicólogos – Grifo Meu) preferiam outro emprego a estar aqui. Teve colegas que pediram demissão,afastamento.

E – Quantos Psicólogos tem aqui?

S – Uma só, eu...

E – Como você dá conta?

S – Eu não dou e nem pretendo dar, mas antes com duas Psicólogas dividíamos o serviço, uma trabalhava no fechado e outra no semi-aberto. A gente dividia com a Assistente Social. Agora eu estou fazendo só o fechado. Eu vou fazendo as entrevistas...

E – Quanto tempo você demora?

S – De trinta a quarenta minutos, depende muito da entrevista... é longa.

E – E os grupos, quanto tempo?

S – Depende, de torno de uma hora com os presos. Agora... com os funcionários uma hora e meia.

E – Que tipo de trabalho você faz com o funcionário?

S – Com os funcionários fizemos um projeto de Apoio ao Stress, que incluía textos, dinâmicas de grupo.

E – E com os presos também?

S – É, também, dinâmicas.

E – E cursos para isso?

S – O ultimo curso que fiz foi pelo EAP (Escola de Administração Penitenciaria) foi o teste Palográfico. Mas falta a segunda etapa... que ainda vai ser marcada.

E – Teve bastantes Psicólogos no curso?

S – Sim, um total de trinta.

E – Você utiliza o Palografico?

S – Sim, sim.

E- Alguma coisa que quer acrescentar?

S- Não, acho que é só

E- Então, eu agradeço pela atenção e disponibilidade.

ANEXO B- Transcrição Entrevista nº2

Data 30/08/2006
Sujeito : 2
Sexo : Feminino
Idade : 36 anos
Formação : Universidade UNESP- Assis
Tempo de formada : 14 anos
Instituição : Presídio Danilo Pinheiro (Mineirão)
Tempo: 90'

Legendas
E - Entrevistadora
S - Sujeito

E - Bom dia. Gostaria de sua autorização para divulgação dessa entrevista que objetiva a coleta de dados para uma dissertação de mestrado, sobre a formação do Psicólogo e seu trabalho em Presídios.

E- Como ocorreu sua entrada no Sistema Prisional?

S- Foi através de Concurso.

E- Você acha que teve uma formação Universitária que auxiliou na hora de trabalhar no Sistema Prisional?

S- Eu não lembro muito, mas eu acho que o que eu vi na faculdade foram disciplinas básicas e gerais; parte Institucional, parte Social, Comunitária e matérias mais específicas como Técnicas de Observação e Entrevistas TEAP (aplicação de testes Psicológicos e Avaliação). Eu fiz UNESP, em Assis.

E- Você acha então que a sua formação te auxiliou e foi suficiente?

S- Eu acho que foi, depois que entrei... a gente passa por um treinamento mais específico para trabalhar aqui, para atender a demanda, mas acho que deu uma base.

E- Esse treinamento foi dado por quem?

S- Foi dado aqui, pelos Psicólogos que trabalhavam aqui.

E- Ah, então esse treinamento foi mais informal, e na verdade não é um treinamento e sim uma orientação prática?

S- Isso, foi assim .Uma orientação, no começo eu acompanhava, mais de observação, como era a rotina de trabalho, qual o tramite administrativo,à época ainda era CTC.

Alguns anos depois, fiz alguns cursos pela Escola Penitenciária, mas foi pouco também, porque eram poucas vagas, tínhamos que fazer rodízio aqui, de quem ia para o curso. Eu fiz o Rorschach depois umas palestras.

E- Nos cursos, nas palestras, voltados as Atendimento?

S- Sim,voltados para o Atendimento, não só dos presos, mas também focando os funcionários.

E- Isso foi na época do C.T.C.?

S- Isso, a gente já fazia o atendimento de funcionários ou outro, encaminhados, era individual, mas o trabalho em grupo, começou faz pouco tempo.

E- Isso foi na época do C.T.C.?

S- Depois da destituição do C.T.C.

E- O que você acha do trabalho do C.T.C, do trabalho que você fazia?

S- É, era um trabalho assim, era um trabalho que a gente necessitaria de uma estrutura física mais adequada para os atendimentos, precisava de uma equipe que se dividisse, entre o C.T.C e atendimentos individuais e em grupos.

No trabalho do C.T.C, as dificuldades eram: faltava sala adequada, faltava recursos, uso de testes, que não foi possível ter aqui na unidade, a gente trazia material particular para

usar na unidade. Mas também, tinha uma pauta semanal, a cumprir. A gente acabava fazendo um trabalho, um pouco assim... digamos mais rotineiro e mecânico, né.. . Mal tínhamos tempo de nos reunir (tempo hábil) para reunir a equipe multi, para discutir os casos, para reunir a equipe, era feito no dia da C.T.C, um pouco antes, por iniciativa nossa mesmo. Os professores que atendiam os presos daquela pauta, se reuniam para discutir e emitir um parecer. A gente não ampliava para outras atividades, não tínhamos estrutura para acolher outros presos.

E- Quando você fala de falta de estrutura você se refere a que?

S- Tanto pessoal, como atendimento em grupo. O pessoal ligado também a parte de segurança. Até hoje é complicado. Os grupos que acontecem, não tem nenhuma seqüência de programação. O grupo semanal acabava virando quinzenal, ai vai,... acabava tento quebra no trabalho.

E- Quantos Psicólogos são aqui?

S- Hoje são dois.

E- Já teve mais?

S- Já.

E- O que aconteceu?

S- Um Psicólogo pediu exoneração,e a outra assumiu diretoria em outra Unidade, nas Penas Alternativas.

E- O que você faz aqui?

S- Eu faço atendimento de Inclusão com os presos. Uma entrevista padronizada, coloco no portal, faço o lançamento no Portal, os atendimentos individuais, solicitados pelos presos, ou encaminhados pelo setor de Saúde ou pelo Judiciário.

E- Você faz um atendimento clínico? Voltado para o terapêutico?

S- Dentro das possibilidades.

E- Vou abordar a questão da prisão, como chegou aqui?

S- Se tiver relacionado com a queixa dele sim... senão, não...

E- Qual a representação que você acha que o preso tem do seu trabalho aqui?

S- Alguns presos tem um pouco de dificuldade em diferenciar o papel do Psicólogo, do Assistente Social. Agora que usamos a mesma sala... eles tem uma necessidade de ser atendido com uma certa urgência,e então eles acabam não especificando a queixa muitas vezes vem, para o atendimento Psicológico , com uma demanda social, tem um pouco de dificuldade de diferenciar papéis.

É que a população que está aqui agora Márcia, é uma população recente também. Veio uma turma em abril/2006, com a troca de facções e está havendo um certo rodízio. A população anterior com quem a gente mais tempo conviveu, ele subia (para o atendimento) com a solicitação do próprio preso, já sabendo que ia passar por Psicóloga.

E- Tinha clareza?

S- Não... mas ele já subia. Eles vinham. Mas a gente não podia fazer um atendimento muito extensivo, porque depois de uma semana o que acontecia... Lá pelo terceiro, ou quarto atendimento eles traziam um discurso que estava melhor e precisava encerrar o atendimento, porque lá dentro eles estavam desconfiando dele, porque vinha toda semana conversar com o técnico, de que ele podia ser um delator, ter regalias, então eles mesmos solicitavam para segurança própria, para parar...

E- Então a representação que você acha dos presos, quanto ao atendimento Psicológico, é que eles não tem clareza do papel do Psicólogo,do que ele faz no Sistema?

S- Alguns tem, alguns não tem.

E- E qual a representação que você acha que os funcionários tem, quanto ao papel do Psicólogo?

S- Eu acho que eles tem uma compreensão de nossa atuação, mas eles não vêem como tão essencial,quanto à Judiciária,e quanto a enfermagem e o atendimento médico.

Já aconteceu do preso estar no seguro e ser liberado (os atendimentos mais solicitados são dos presos no seguro). Mas a gente vê que eles são liberados para ir para o Judiciário, para o médico, mas para o atendimento Psicológico é muito raro, precisa da intervenção do Diretor.

E- Qual a representação que você acha que o Diretor (ou Diretores) tem do Atendimento Psicológico?

S- O que a gente escuta é que o diretor ou diretores reconhecem a importância de nossa atuação dentro do conjunto de profissionais,e também reconhecem os limites de nosso trabalho. Quanto a falta de espaço físico, segurança e às vezes a gente percebe uma expectativa, que eles tem uma expectativa de um trabalho mais atuante com os presos, funcionários.

A gente teve uma educação de projeto junto aos funcionários mas é um projeto de “formiguinha”, ainda, né... De alguns funcionários se mobilizarem para ir aos grupos, e de presos também...

Na edição do projeto que eu participei, depois, conversando com outros profissionais, o que a gente ouviu foi que houve um interesse dos presos, mas efetivamente os presos que vieram foram da “cela dos religiosos” (os guardas falavam) os outros não tem interesse...

Daí, até comentaram, que a longo prazo os projetos iam girar em cima da mesma população.

E-Você acha que isso ia acontecer?

S-É possível, acho que sim. Porque um interesse efetivo...

E- Se você entende que o preso não consegue diferenciar entre o trabalho do Psicólogo e do assistente Social, a tendência é que não haja interesse mesmo?!

S- A gente leva convite para os presos para haver o interesse. Fizemos o convite explicando o que ia acontecer, qual o objetivo, porque ia ser .

E- O trabalho ia ser feito só por Psicóloga?

S- Não, ia ser em conjunto com o Serviço Social, mas mesmo assim, não tiveram novos grupos, não trouxeram qual era o papel de cada um.

E- E o que você entende qual é o papel do Psicólogo nesse momento?

S- Eu acho que é um momento, tanto ao funcionário, como com o preso, que abordasse... um atendimento que abordasse tanto a orientação (dúvidas) que pudesse estar... como eu pudesse colocar... o papel do Psicólogo poderia ser... primeiro essa orientação né... conhecer a história de vida do preso, para trabalhar essa demanda que ele traz, tanto pessoal (individual) os conflitos pessoais,dentro da nossa área e trabalhar temas ligados à motivação, prevenção de estresse, trabalhos relacionados ao convívio.

E- Como você entende que a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) vê o papel do Psicólogo? Qual é a expectativa?

S- Eu particularmente acho que a gente está esquecido, nós funcionários do Sistema, somos relegados à segundo plano. Eu acho que a secretara vê segurança... acho que tudo que eles querem, é tudo que favoreça à segurança... a demanda do preso é a segurança... não ter rebeliões , fuga...

E- Você acha que não tem um caráter preventivo?

S- É, nem preventivo, nem terapêutico. Eu acho que eles não investem no profissional do Sistema, tanto é, que abriu espaço para as ONG's , que tem uma atuação muito parecida com que a gente esperava para atuar. O salário é diferenciado e a carga horária também.

E- Qual sua motivação para entrar no Sistema? Você prestou concurso?

S- O salário na época, a estabilidade de funcionário público. Foi uma área que tinha um pouco de curiosidade e interesse me pesquisar e desenvolver um trabalho.

E- Qual sua motivação hoje , para ficar?

S- Eu praticamente estou ficando... enquanto não aparece uma proposta mais interessantes .Estou aqui há quase nove anos, os discursos são de melhora. Eu não tenho expectativa que vá melhorar salários, os discursos são promessas de sala adequada, e material , valorização principalmente que não tem.. .antes a gente até tinha uma sala, para cada setor (Psicologia e Serviço Social) hoje nos viramos, a gente divide sala, fazemos remanejamento de espaço, horários para não coincidir.

E- Então a gente pode entender que isso acabou refletindo na compreensão que os presos tem dos profissionais?

S- Alguns casos é confusão,outros é uma alfinetada para ver se pelo tramite da Psicologia, agiliza(porque o serviço social também está defasado).

E- Qual a representação que o Assistente Social tem do Psicólogo?

S- Eu acho que com que com o conceito de multidisciplinariedade e transdisciplinariedade, eu acho que antes era específico do Psicólogo,tempo coordenando dinâmicas de grupos, a gente faz junto né... Mas as vezes fica um pouco difícil, porque temos uma forma de conduzir, eles tem outra forma, então as vezes é difícil... na hora da Dinâmica a gente percebe... os direcionamentos que vão sendo feito. Então eu acho que o Assistente Social tem... ele acha... que o Psicólogo vai trabalhar a parte emocional do funcionário e preso.... mas especificamente isso... as dinâmicas de grupo e são... são... já é... pode ser feito por outro profissional. Tem apostila, até mesmo dado pela Secretaria. Então... então. é só seguir o roteiro.

E- Existe agora uma possibilidade de voltar aos Laudos, estão se discutindo isso....

S- É, um ou outros nós já fazemos aqui na unidade.

E- A orientação é o que o Juiz pede ou o Promotor, o Laudo deve ser feito. Você acha que nesse trabalho a atenção do Psicólogo aparece mais especificamente?

S- ... (Silêncio)

E- Fica mais claro?

S- Nesse caso sim (silêncio)... É um relatório separado, individual.

E- Você está contente com sua atuação aqui?

S- Eu avalio que de tudo que a gente propõe, faz projetos... e na medida do que é possível realizar... eu estou satisfeita... pelo é...(silêncio), infelizmente a gente não pode fazer tudo que esperava fazer... mas o que a gente tem é que achar algumas brechas... mas também acaba sendo... é que são infrutíferas, a gente não tem autonomia, domínio dos nossos atendimentos, é que não temos agendamento (começou em tal época, fecha em tal época), fechar com o mesmo grupo não dá para avaliar a educação do projeto, devido a rotatividade. Nos atendimentos individuais, é mais fácil a gente visualizar pelo retorno que o preso dá, se tem ajudado ou não.

E- No individual você atende quantas vezes o preso?

S- No máximo três à cinco vezes e ele já pede para parar...

E- E em grupo?

S- Depende do projeto na saída do Semi Aberto é um número maior de presos e é um antes e um no retorno (mas é específico para a saída).

E- É e feito pelo Psicólogo ou pelo Assistente Social?

S- É... as vezes juntos. A gente depende de horários... A diretoria solicitou que a gente não fizesse o grupo no horário de trabalho deles (presos).

E- Eu pergunto então, da formação, da atuação, de como avaliação de personalidade, periculosidade, enfim, e você disse que sua formação foi suficiente. Agora que a demanda é outra pela reintegração, ressocialização. Você acha que o Psicólogo tem clareza dos subsídios que precisa para realizar essa nova proposta?Você recebeu algum treinamento?

S- Tivemos um encontro em Barra Bonita...

E- Do que você precisa para esse novo trabalho?

S- Eu acho que nada, a gente junta experiência... não só aqui, mas experiências de outros trabalhos que a gente acumula,a gente nem seguiu o manual, a gente reescreveu alguns projetos... treinamento não... que eu me lembre não...

E- De novo foi de maneira mais informal?

S- Olha Márcia, eu não lembro de nenhum treinamento, eu me lembro de comunicados dos coordenadores para tirar duvidas e tal... mas também não aconteceu...

E- Foi na prática mesmo?

S- É...

E- Você trabalha só aqui?

S- Não... Eu trabalho no Hospital Jardim das Acácias... e no CAPS.

E- Então as experiências fora daqui é que contribuiu para a coordenação dos grupos?

S- Foi fora daqui.

E- Eu tô entendendo que você se percebe bem diferente do Assistente Social? Você tem clareza... dá diferença.

S- Eu tenho.

E- Embora não fique claro para a população?

S- É...

E- E para os funcionários, eles tem clareza?

S- Eu acho que sim, eles vêem e procurando, vem um funcionário encaminhado por outro. As vezes está tão nervoso, desesperado que os colegas encaminham, dizem ser bom, para reorganizar um pouco a vida. Tem uma brincadeira de senso comum que corre entre os funcionários que diz : tá louco... tá louco... vai lá na Psicóloga e conversa com ela...

E- E voltado para o modelo clínico?

S- E, mesmo sendo de senso comum... eles sabem que é para procurar o Psicólogo.

E- Quanto tempo você tem de Sistema?

S- Nove anos.

E- Quanto tempo de formada pela Unesp?

S- Quatorze anos.

E- Você tem sugestão para melhorar o trabalho do Psicólogo e sua atuação?

S- Ter mais reuniões, discussão de caso, eu acho que a gente trabalha muito em parceria (Assistente Social, Psiquiatra),é válido mas eu acho que devíamos ter parceiros complementares. É que as vezes nossa parceria é complicado, dá “ choque” no grupo , às vezes a gente não quer abordar certos assuntos, que está mais complicado, não é o momento anterior, e o Assistente Social vai por esse caminho, essa linha...

Eu acho que a gente deve formar parceiros, que trouxesse mais conhecimento da parte psicológica, dinâmicas de grupo, o que determinado conflito... determinado tema,e não outros... Eu acho que falta um pouco desse entrosamento,por falta de informação.

E- Isso seria subsidiado por quem? Pela Secretaria?

S- Pela Secretaria no sentido de reunir a categoria, validar o papel do Psicólogo. Eu acho que tem que organizar, porque são várias unidades...

E- O encontro em Barra Bonita, não foi discussão?

S- Não, foi de apresentação de projetos. Eu acho que teria que regularmente ter encontros, mas não ter apenas trabalhos isolados...

Eu acho que há muitos cursos que qualquer um faz, aceitamos em cursos sem experiência nenhuma, basta ser da área da Saúde (às vezes, nem isso) e vai fazer cursos de que não favorecem a diferenciação para o trabalho do Psicólogo. Há uma invasão do espaço do Psicólogo.

E- Você não acha que isso tem haver com a formação na Universidade?

S- Eu lembro que no meu último ano a gente tinha matérias optativas e optava ou por Organização, ou Clínica ou Escolar. E dentro da clínica, adulto e infantil! A gente acaba saindo um pouco mais direcionado para duas áreas.

E- Você lembra quando entrou na Prisão pela primeira vez?

S- Eu lembro, as grades fechando, foi o primeiro concurso que eu fiz,eu queria logo entrar no mercado. Eu não tenho noção do que era trabalhar aqui, o que era preso... impressionava... Entramos em grupo... passa pela gaiola... as partes se fechando...

E- Foi nessa Unidade?

S- É , na entrevista já diluiu um pouco...

E- Você ainda sente medo?

S- Tenho, hoje tenho. Com o PCC tudo ficou assustador...

E- Você tem noção que a abrangência da atuação do Psicólogo poderia ser melhor...

S- Acho que sim... a gente poderia mas se tivéssemos mais cursos, instrumentos... Poderíamos atuar na parte preventiva. Eu acho que tem uma demanda grande.

E- E a Universidade pode auxiliar nessa hora?

S- Eu acho que seria o caminho ideal... A Universidade não tem tanto tramite burocrático, verbas, mão de obra, ela tem o interesse de alunos. Acho que a Universidade tem mais facilidade para contratos, parecerias, eu acho que ela tem mais receptividade da Comunidade.

E- quantos anos você tem?

S- 36.

E- Obrigada pela entrevista

ANEXO C- Transcrição Entrevista nº3

Data 09/09/2006
Sujeito : 3
Sexo : Feminino
Idade : 31 anos
Formação : Puc de Campinas
Tempo de formada : 9 anos
Instituição : Penitenciária II de Sorocaba
Tempo: 60'

Legendas
E - Entrevistadora
S - Sujeito

E - Bom tarde Gostaria de sua autorização para divulgação dessa entrevista que objetiva a coleta de dados para uma dissertação de mestrado, sobre a formação do Psicólogo e seu trabalho em Presídios.

E - Boa tarde, gostaria de saber onde você iniciou suas atividades no Sistema Prisional

S- ... Eu vim de... Iperó , pedi transferência para vir pra cá , Sorocaba..

E - Há quanto tempo você trabalha no Sistema?

S - Eu entrei em 98... vai fazer 8 anos, me formei na PUC- Campinas.

E- Você acha que sua formação universitária,deu subsídios para você trabalhar no Sistema Prisional?

S- Eu acho que não, nenhum subsídio.

E- Como você foi então formando sua atuação?

S- Eu saí da faculdade, e logo já entrei no Sistema por concurso público. Eu saí a faculdade em 97, em janeiro de 98, eu passei no concurso ,e em outubro do mesmo ano eu tomei posse. Eu aprendi tudo sozinha. Eu fui primeiro no Mineirão,em Iperó não tinha

inaugurado ainda e algumas colegas deram apoio,iam explicando , eu confesso que aprendi mais sozinha. Eu fui atrás, eu lia. Eu não tinha idéia nem do que ler, eu não sabia o que fazer. Era época dos exames criminológicos, agora não tem nada haver com o que a gente faz, mas na época fui conversando, fui procurando, na época fui para Iperó (quando inaugurou), e as colegas iam falando. Fui aprendendo com a experiência, fiz alguns laudos. Aí eu aprendi, foi através da prática. Alguns cursos eu fiz na Escola Penitenciaria, mas foi mais tarde até, nem foi nessa época. , eu já estava trabalhando

E- E os cursos, tinha haver com o trabalho que você fazia?

S - Fiz com o Alvino, que falava sobre o Parecer Criminológico,o que devia constar, o que não devia. Mas foi pouco a pouco. Fui aprendendo, um ou dois cursos...foi pouco... através da experiência aprendi

E- E na Universidade teve alguma disciplina que auxiliou para atuar no Presídio?

S- Eu tive um pouco de Psicologia Social,teste, é teste me ajudou.Eu me lembro que na faculdade eu tinha disciplina de Forense, mas era optativa, eu não fiz. Eu penso que deveria ter feito..., optei por outras e não fiz essa

E- Como era na PUC?Era Clínica, Escolar, Organizacional

S- Tinha que fazer as três , Clínica, Escolar e Organizacional e podia escolher mais três optativas (disciplinas), e tudo tinha estágio prático. Eu optei por : psicopedagogia, Administração Participativa, e uma outra que não tinha haver.

E-O que motivou você a entrar no Sistema Prisional?

S- Eu conhecia pouco, era recém formada... eu não sabia bem e pensei em experimentar, conhecer... Aí fui, entrei, tive frustrações,teve coisas legais. Eu entrei para conhecer. E eu pensava que se não me adaptasse eu sairia. Ai com o tempo eu fui vendo,que algumas coisas podia fazer, outras não... eu entrei para experenciar,e eu fui ficando . Ao sair da faculdade a gente não sabe bem.onde está pisando, mas me interessei e fiquei...

E- Hoje você fica por que?

S- Eu fico por causa da estabilidade.(risos) E algumas coisas eu gosto, realmente é o que eu penso, mas não é uma paixão.

E- Então, não tem mais laudo, e o que você acha que é o papel do Psicólogo hoje no Sistema?

S- É assim, tem muita coisa para ser feita. Estrutura nenhuma,não tem recursos humanos,físicos, , materiais,nada, mas eu gosto... Tem muita coisa para fazer. Eu gosto de por exemplo..com os presos do Semi Aberto, que são presos que vão para rua e volta, que tem como fazer alguma coisa...

Na minha Penitenciaria que se trabalha com crimes sexuais, é interessante para estudar Psicopatologia, para analisar , pra ver.. seria interessante , mas não tem como....

E- O que você faz lá?

S- Agora eu tô como diretora de saúde (risos), é muito complicado, mais difícil ainda...

Vou falar antes, eu estava de licença,agora eu to retornando, fiquei um mês e meio como diretora . Mas antes era assim...Eu fazia grupos com os presos de Semi Aberto que tava indo e voltando e o tal do Portal., entrevistava todo mundo, que entrava,para tudo eu estava a frente eu triava, aquela triagem, que não tem sentido. Você pode separar? Não, não pode, Alguns casos encaminhava para gente mesmo,que não tinha mais técnico, acompanhava ,principalmente solicitações, por causa do tipo de crime, eles solicitam muito.

E- Para o Psicólogo?

S- É para o Psicólogo

E_Qual a representação que você acha que os presos tem dos Psicólogos que atuam no Sistema?

S- Eu acho que não entendem muito não. È angustiante, eles pedem Eu trabalhei em duas penitenciárias, são experiências diferentes, em Iperó é outro tipo de crime....

Aqui (referindo-se A Penitenciária II)eles são mais angustiados, (o tipo de crime).Aqui tem muito preso psiquiátrico, nem deveria estar em presídio, duas celas são de presos psiquiátricos, a gente se ocupou desses presos.Nós fomos até as celas, falta muita coisa, olhar são presos que dependem exclusivamente de outros presos. A gente pretende ocupa-los,em grupos, fazer hortas, ocupa-los e ao mesmo tempo estar orientando.Até os menores cuidados de higiene,eles não tem . Tentar trabalho de grupo,montar hortas, dar atividades e ao mesmo tempo trabalhar dando orientação

E- Mas você acha que esse papel é do Psicólogo? Só o Psicólogo faz isso?

S- Não, eu acho que não... pode ser feito.por outras pessoas . E é feito !. Eu acho que as oficinas, os grupos, e estagiários podem ser formados para cuidar deles, funcionários,o próprio preso pode ser formado para cuidar dessas pessoas

E- O Psicólogo tem uma função de Coordenador? Qual é a atuação do Psicólogo que é específica dele, porque grupo Assistente. Social também faz, não é mesmo?

S-Eu acho que é mais estudar Patologia mesmo, estudar personalidade, mais a parte clínica, que é dado pela Universidade nesse caso, é tratar as Patologias... Entender a patologia, o que tem por traz.... Saber que ele dá trabalho,a gente sabe, mas o porque dá, a patologia dele ....

Ai faz ficha, histórico, tudo desse preso. E toda a equipe ver, e fazer estudo do caso,e trabalhar com esse preso. E aí ter evolução do caso.

E -Já tem isso?

S-Não, por enquanto não, é o que a gente tava tentando.

E- O que precisa?Teoricamente para implantar isso?

S- Recursos Humanos, espaço físico, boa vontade, pessoas que estão ali... que muitas vezes não se pode contar...ter que pedir por favor, pela mínima coisa, então é ... , falta

boa vontade das pessoas, tem várias coisas envolvidas. Não ganhar bem, não ter respaldo quando precisa. Eu não culpo as pessoas... é complicado.

E- Você está falando dos funcionários?

S- É, tô.

E- Qual a representação que você acha que os funcionários tem do Psicólogo no Sistema Prisional?

S- Eu acho que eles não conhecem. No geral, eles não sabem o que o Psicólogo faz. Ah, ta doido... chama o Psicólogo para dar uma olhada, eles não sabem, e também não são eles que precisam saber... Nós é que temos que mostrar., e não eles saberem

E- E a diretoria sabe?

S-... eu não sei,essa eu não conheço ainda. A anterior eu acho que tinha uma vaga idéia,não tinha noção técnica na área , tem outra formação. Eu acho que não sabem algumas coisas, eu mostrei, olha eu posso fazer isso, e isso, eles não tem essa formação.

E- E os Psicólogos? Você acha que eles sabem da importância, tem conhecimento e lida com isso , com a abrangência do trabalho dele no Sistema Prisional?

S- Eu acho que não, pelos colegas que eu vi em reuniões, as opiniões que eu ouvi dos outros profissionais, eu acho que não.

E- E por que isso acontece?

S- Eu acho que é assim (risos). Alguns não fazem porque acham que são mal remunerados.. Porque tem pouco respaldo. Alguns já sabem, sabem o que poderia fazer, e não fazem. E alguns são mal formados mesmo. Eu acho... nas reuniões que eu já fui, eu ouvi muita besteira, asneiras. Eu acho que é muita falta de formação. Que mesmo eu não tive esse respaldo de Psicologia Jurídica, mas eu tive outras coisas,

então eu.utilizo.. Agora tem gente que não tem a mesma noção de Patologia, ou de algo assim,isso faz falta, alguns estão totalmente desatualizados, falando coisa ... que eu não sei da onde que tira. Mal preparados.

E- E essa atualização viria de onde? E onde buscar?

S- Acho que alguns cursos da Escola Penitenciaria , ela oferece alguns bons, mas tem alguns horríveis, que não se aproveita, mas acho que a Escola deveria investigar o que você quer aprender, saber., o que precisa..

Mas alguns têm que procurar por si, por fora. Mas eu acho impossível... impossível. Porque é assim, você vai tentar pegar um passe de ônibus. para São Paulo e não tem. Mas Psicólogo e Assistente Social, não vai... porque a Penitenciaria não deu o passe. Então curso, mestrado, impossível. Não se acha pessoa querendo ou podendo pagar... É caro, é difícil, é complicado a gente sabe como é..Então se não vier pela via do Estado mesmo, , impossível.... eu acho difícil.

E- As Universidades podem ajudar de alguma forma? O concurso ta aí. Porque as Penitenciarias estão aí , tem Patologias, tem campo de atuação?

S- De momento eu não sei..exatamente o que,mas alguma coisa a gente tem que tentar. Buscar estagiários nas Universidades, mas tem que ter Psicólogos comprometidos com isso. Porque não adianta jogar o estagiário lá,e pronto. O Psicólogo tem que dar respaldo. Eu acho que seria legal. A parte teórica a Universidade dá... e o Psicólogo também tem que estar lá... envolvido... tem o supervisor, mas tem que se envolver. Saber dos textos, livros... unir as duas partes. Acho que com isso eles também ganhariam. É interessante estar lendo,estudando, analisando, e aproveitar a prática do psicólogo que atua em presídio

E- A Penitenciaria onde você atua , exige um Psicólogo mais clinico?

S- As duas coisas, um é a parte Social – digamos assim, junto com a Assistente Social, os grupos são muito interessantes, chamar o familiar,saber o porque esse preso dá trabalho, qual o papel do preso na família, qual é a dinâmica dessa família, chamar a família, vamos ver o que ta acontecendo.

E- São os Psicólogos? Junto com o Assistente Social?

S- Eu penso assim.Lá em Iperó, eu fazia isso com o preso do Semi Aberto, eu chamava, atendia... na ida, e na volta.

E- Você e o Assistente Social?

S- Alguns grupos sozinhos, outros com Assistente Social. Fizemos um estudo, antes dos grupos, quantos presos iam e voltavam...e depois dos grupos. Era interessante, mas não conseguimos concluir. a gente percebia diferença do **assistido**, e do **não assistido**. Não conseguimos acompanhar a saída dele,... não deu pra fazer uma pesquisa..,porque não há como fazer acompanhamento quando o preso é transferido ou sai. Eu acho que as duas coisas. Eu vejo que no meu Presídio precisa mais clínico.

E- Se os Laudos voltarem, você acha interessante o trabalho do CTC?

S- Eu acho.... acho... eu sempre levei à serio... Eu acho. Tem gente que fazia milhões de laudos, mecanicamente, e tava bom, e não tava bom, mas tem gente que levava à serio. Lá em Iperó, era serio. Todos os diretores, toda a equipe participava mesmo. As reuniões aconteciam semanalmente. Era tudo analisado. Até o diretor da saúde ía. Isso é interessante, desse jeito, fazer separado perde o sentido. Um não sabe o que o outro falou, analisou Eu acho que o CTC ter acabado, não tem haver com o aumentado da criminalidade..mas é assim ,um exame no mínimo, dentro da própria Penitenciaria, tem um efeito,passar pelo psicólogo,e Assistente Social. de alguma forma era “legal” para o próprio preso repensar

E- Quantos anos você tem?

S- 31 anos.

E- Você falou de gente mais antiga, desatualizada (não pelo cronológico). Você acha que isso é um peso? O concurso publico cria o “funcionário publico”?

S- Eu acho que não pela idade cronológica. Tem gente mais velha que eu, e é serio, mas a gente nota... eu saí da faculdade e entrei, mas tem gente que vira funcionário publico, (pejorativamente falando, eu to aqui para ganhar o salário e só...), deixa de ser Psicólogo não pela idade, mas acomoda...Não foi atrás, não busca

E- Você acha que no momento da entrada do Psicólogo, no que se refere à formação, deveria ter uma seleção?

S- Não sei, não sei se ajudaria. Porque na formação eu não tive, e eu fui atrás , então selecionar ajudaria? Eu acho assim, para selecionar, o ideal seria ver a qualidade do ensino na Universidade, porque tem coisas que a pratica vai dar.

Porque saber se fez tal curso na área Jurídica, e aí selecionar, não sei,porque na minha Penitenciaria, precisa da área clinica, então eu não sei... Você pode, você não pode...

Lá na PUC, eu sei que a supervisora trabalhava na área Penitenciária... As pessoas iam até lá, estagiavam... Mas muitos quase nenhuns entrou nessa área de atuação. Até por causa de concurso, não é sempre que tem, não tem concurso toda hora, né?. Mas tem um peso que é da boa formação....

E-Você está realizada com seu trabalho no Sistema?

S- Eu acho que sim, aceitei esse desafio que é a diretoria de saúde, eu sei que é complicado, tem que andar bem no Presídio. Teve um momento que fiquei cansada do tipo de trabalho, fazer as mesmas coisas, agora aceitei isso...

E- E a carga horária?

S - eu vou todos os dias, eu não tenho um tanto exigido, depende do trabalho que tem lá,. Quando era o Portal ia mais, agora como Diretora, tenho que ir, mas é flexível, conforme a demanda..

E- Você trabalha só no Sistema?

S- Não, eu tenho o Psicotécnico, é termo antigo, (o certo é avaliação psicológica para futuros motoristas) e tenho a clínica também

E- Só o Sistema Prisional é insuficiente?

S- É, eu não tenho como ficar com isso. Desde que me formei, nunca fiquei só lá. Tive outras atividades

E- Quanto a esse novo trabalho do Psicólogo na Reintegração Social , esse novo papel,que sai do de avaliador e classificatório e entra para a prevenção. Qual a eficiência desse trabalho?

S- É um trabalho que poderia estar fazendo muita coisa. Mas a estrutura, não favorece, em nada, em nada, em nada. Eu acho que essa coisa de Reintegração a gente fala como se fosse fácil, mas envolve muitas coisas, ficam lacunas, por exemplo. Ele vai preso, fica lá, muitas vezes esquecido, muitas vezes nem é visitado. Na Penitenciária é complicado, são pessoas as vezes abandonadas,ou visitado por outras pessoas, que nem tem haver com ele.

E- Como o Psicólogo vai reintegrar?

S- O papel do psicólogo talvez fosse, - desde que o preso entra, deveria ter o Psicólogo já na chegada fazer a triagem, acompanhar, , individualizar , ver os caminhos para a execução da pena, acompanhar , ver o que tá acontecendo . Quando sair dali, a gente não tem controle mesmo. Antes era crime hediondo, não saía, mas agora pode ter o Semi Aberto., segundo a lei. Esse fulano, o que a gente pode fazer com ele? Como ele pode voltar para a rua? O que ele pensa sobre isso? Nossa tem cada caso... Mas e aí o que fazer... Às vezes até abusa da filha a mãe continua visitando (é Patológico) lógico, né. Eu lembro de um caso que ele se angustiava, porque ele mentia para a mulher , e não sabia como falar para a mulher (porque ele tinha abusado e mal tratado mesmo, além de ter matado)era a enteada dele. E ele mentia. Então tem que acompanhar, ver... É complicado, mas tem que individualizar, falar que vai tratar de 1.200 presos é mentira, absurdo, não tem como,mas se fizer de 100, bem feito, já está ajudando porque é impossível falar que vai cuidar de todo mundo, não dá, não tem equipe (falta recursos, não dá, não).

E- Tem alguma sugestão?

S - É, recursos mesmo. É, a Secretaria, tem que completar o quadro, falta funcionários. Lá o quadro são seis Psicólogos, tem uma que veio de Iperó por acaso, por causa da rebelião veio para cá. Duas Psicólogas estão na Diretoria, então não tem.que .. precisa melhorar.... Todo mundo trabalha muito, mas todo mundo numa solidão... trabalhando sozinha. A gente não tem na formação e na atuação nada sistematizada, a categoria não é unida... Falta muita coisa no sistema, não tem técnico, agente penitenciário..

E- Está bom , muito obrigada, você ajudou muito, é bom rever as atuações e saber que todo mundo trabalha e quer melhorar.

ANEXO D - Transcrição Entrevista nº4

Data 21/09/2006
Sujeito: 4
Sexo: Feminino
Idade: 49 anos
Formação: Unesp-Assis
Tempo de formada: 23 anos
Instituição: Centro de Detenção Provisório de Sorocaba
Tempo: 60'

Legendas
E - Entrevistadora
S - Sujeito

E - Bom dia. Gostaria de sua autorização para divulgação dessa entrevista que objetiva a coleta de dados para uma dissertação de mestrado, sobre a formação do Psicólogo e seu trabalho em Presídios.

E- Onde você se formou?

S- Na Unesp, de Assis.

E- Há quanto tempo?

S- Em 1983.

E- Então você tem 23 anos de formada?

S-Sim, 23 anos.

E- E no Sistema Prisional, você está há quanto tempo?

S- Desde janeiro de 1994, há 12 anos.

E- Você acha que a formação universitária que você teve,te instrumentou de alguma forma para trabalhar no Sistema Prisional?

S-Não, naquele tempo, nem se falava em Psicólogo Jurídico ou Psicólogo Forense

E- Então, o que você fez, o que você precisou para trabalhar no Sistema Prisional?

S-Fui buscar fora, uma formação extra. Cursos em São Paulo, participei de Congressos Jurídicos, muitas vezes, mais com Advogados, tinha poucos Psicólogos com experiência prisional; lendo,li muito, procurei...

E-O que esses Congressos e leituras te deram para auxiliar no trabalho nos presídios? O que precisa para entrar no Sistema Prisional?

S- Eu tenho um enfoque clínico,voltado para a Instituição,não a clínica,acho que o enfoque, o modo que eu vejo a pessoa na minha frente, é a mesma leitura de uma pessoa de fora. Lógico configurando que estar dentro de uma patologia diferente, dentro de uma rede social doente, mais doente, digamos, do que as pessoas que a gente atende em ambulatórios, consultórios.

E- O que é específico da atuação do Psicólogo, no Sistema Prisional?

S- Silêncio.

E- É entender de Psicopatologia?

S-Não só, de psicopatologia, mas ter uma visão ampla do social. Não só ter uma formação voltada para a doença, para a patologia. Você precisa ver a rede social... É mais o enfoque social,considerar a rede social do indivíduo,onde ele está inserido.

E- Então você teve a disciplina de Psicologia Social, na Universidade. Então isso te ajudou?

S- Indiretamente ajudou. Embora os grupos que a gente pegasse para observar, em estágios, era mais escola, orfanatos... ambulatório. Presídio mesmo, não tivemos nenhum contato, nenhum estágio.

E- Você acha que deveria ter?

S- Claro, com certeza.

E - Por quê?

S- É um campo que está abrindo para o trabalho, o pessoal presta concurso. O crime se organizou e precisa da gente, cada vez é maior a necessidade de se instrumentalizar melhor as pessoas.

E-Então você acha que a Universidade pode colaborar nesse sentido,na formação do Psicólogo?

S- Pode e deve. Não dá tempo para a pessoa ir caminhando muito devagar. Entrou,tem que ter base para começar a trabalhar. Pela complexidade da coisa hoje...

E- O que te motivou a trabalhar no Sistema?

S-No inicio a carga horária era menor, eu vim da área da Saúde , os atendimentos eram muitos, exigia uma complexidade maior. Como a carga horária era menor, e o salário compatível (mais ou menos, o mesmo).Eu achei que aqui eu ia ser melhor paga. Não sei se eu estava certa. Aqui é complicado de trabalhar... Eu entre para fazer perícia, então como o trabalho era mais ou menos o mesmo, eu achei que trabalharia menos...

E- Por que é complicado?

S- Aqui é diferente. É uma Instituição mais doente, tudo é doente. Não é só o preso. Funcionário também é difícil. Você começa a questionar a sua confiança no ser humano. Fica difícil... Às vezes se detecta uma falha na comunicação do pessoal com o detento. E você fica sem saber como e a quem recorrer. É falta de confiança mesmo...

E- Você fala que entrou para fazer Perícia? É a CTC? É isso?

S- Isso...

E- Fale um pouco disso.

S- O Edital do concurso dizia isso. Que era para ser Perita...

E- O próprio Edital falava?

S- É.

E- O que você fazia nessa época?

S- Eu fazia avaliação do preso para fins de benefício.

E- O que você utilizava nessas avaliações?

S- Entrevistas, testes psicológicos. Discussão na Equipe Multidisciplinar (Psicólogo, Assistente Social, Psiquiatra, Diretor de Produção, de Saúde) e a “gerência”dos técnicos.

E- Hoje você não faz mais laudos?

S- No momento, não...

E- Qual é o seu papel agora?

S- Eu me sinto “apagando incêndio”. Atendo solicitação, o preso manda uma cartinha, geralmente está angustiado, precisando de acolhimento, calor humano mesmo. Na maioria das vezes um ou dois atendimentos, ele diz que não precisa mais. Eu me preocupo muito com o preso primário, quando está chegando a primeira vez, eu quero ouvir a história, eu quero me situar um pouco, para ver o que aconteceu, porque veio parar aqui Muitas vezes ele foi envolvido. As vezes por policiais, é usuário de drogas, e entra como traficante. A minha preocupação é orientar em relação ao Sistema, como

funciona, o tipo de vínculo que ele estabelece aqui dentro, os compromissos com facções, que eles podem assumir, sem ter conhecimento da escolha que irá fazer, sem saber o que está assumindo, a repercussão que vai ter na vida dele, lá fora.

E- Ele é que pede o atendimento?

S- O primário não, eu é que chamo.

E- Quando é que o preso pede, e quando pede é só para o Psicólogo?

S- Não.

E- Quando ele está angustiado e tal?

S- É. Agora quando ele quer algo com a família ou transferência, ou Advogado, ele chama a Assistente Social.

E- Então você entende que o preso tem clareza do papel do Psicólogo no Sistema Prisional?

S- Parece que tem.

E- Você faz atendimentos individuais?

S- No momento,individual. Mas eu gosto de chamar mais grupo, principalmente quando é primário. Mas eu não tenho mais chamado em grupo, a pedido da Segurança do próprio Sistema?

E- Você levava o grupo sozinha?

S- É, geralmente, sete pessoas, no máximo.

E- O que você trabalhava?

S- Ah, primeiro ele vai conhecer essas sete pessoas, em um ou dois atendimentos em grupo,quando é primário. É acolhido. Se ele tem interesse, aí eu agendo para chamar mais vezes. De acordo com a disponibilidade. Às vezes, tem mais coisas para fazer. Aqui é difícil para dar seqüência nos atendimentos, ao trabalho.

E- Por quê?

S-É preso provisório né, é diferente.

E- Você acha suficiente um atendimento?

S- Como foi que eu chamei, eu que proponho,se ele pede eu me preocupo mais em estar passando um atendimento para ele. Como eu chamei, é mais como orientação mesmo.

E- Quanto ao atendimento em grupo, eu queria que você falasse mais. É levantado um tema?

S- Não, eu chamo o grupo, explico a finalidade, o porque do meu interesse, porque é primário. Eu proponho uma discussão. Por que foram para a vida do crime?O que motivou?A história de cada um. O que ele tinha de “pé no chão”, mesmo antes de ir para o crime, se tem quando voltar. As vezes a pessoa foi envolvida com o crime, vem do meio marginal, e ele nem sabe como é viver fora disso. Também isso a gente precisa mostrar para ele. Ele tem a questão de livre escolha, ele pode escolher... mas ele tem que saber que ele só tem essa visão, porque não deram outra chance. Que hoje ele pode ter, se ele quiser... E tem aquelas pessoas que tem vida estruturada, tem o 2º grau, ou mesmo o 1º grau completo, já trabalharam e tinham algum sonho, e de repente ai se cansou, e se perdeu no meio do caminho, quis ganhar dinheiro fácil, essas pessoas eu vejo como mais fácil ,por ele optar sair do crime. Ela tem para onde voltar,ela tem uma experiência anterior produtiva, não ligada ao crime.

E- Então no grupo, aparece isso?

S- Aparece... Quando o grupo é muito quieto, não propõe nada, eu já tenho em mãos um texto, para conversar em cima disso, geralmente, é um texto reflexivo que leva o grupo a pensar...

E- Você acha que isso é especifico da atuação do Psicólogo?

S- É também... não sei se é só do Psicólogo, meu interesse não é puramente, o texto. É levá-los a refletir um pouco sobre a questão ética mesmo, é pessoal, de cada um deles. O importante é levá-los a pensar especificamente.

E- Isso é só ?

S- Não sei, é também...ao meu entender é leva-los a refletir a questão ética e pessoal de cada um.

E- Você entende que dá resultados?

S- Não sei se dá, Márcia. Aqui não se pode ter expectativas. Alias em trabalho nenhum do Psicólogo deve-se ter expectativas. Tem que investir. O que vier é lucro. Tem que ser..

E- Você falou que o que tem motivou a trabalhar no Sistema Prisional, foi carga horária mais flexível com um salário compatível com a carga horária. O que te motiva a ficar hoje?

S-Não que eu tenha me acomodado, mas é... momentaneamente não estou podendo abrir mão desse trabalho. É questão de subsistência, mas eu trabalho a minha frustração o tempo todo... Eu mesmo trabalho...

E- Você acha que é frustrante estar aqui? O que falta?

S- A minha frustração é no sentido de não ter expectativas, por ser uma coisa limitada. Aqui a demanda não vem do sujeito, você é que precisa provocar. Mesmo porque, agora tem cobrança de produção. Então você tem que propor trabalho. Nesse sentido é

frustrante, porque a gente tem uma formação em que a pessoa vem até a gente, solicita o trabalho, e com isso ela ajuda no trabalho, no desenvolvimento do tratamento, na terapia. Aqui raramente acontece, ele raramente pede e quando pede é uma coisa rápida, muito rápida. Então é questão de subsistência. Eu não perco de vista, a possibilidade de arrumar algo saindo daqui, eu gosto de ambulatório, posso conciliar...

E- Você trabalho muito tempo em ambulatório?

S- Sim, vinte anos. Hoje eu não estou trabalhando por uma questão política,verbas, prefeitura. Mas ainda volto, é questão de tempo. Se não for na mesma gestão é na próxima.

E- Qual a representação que você acha que os funcionários tem do Psicólogo no Sistema?

S- Eles tem uma visão equivocada. Eles acham que o Psicólogo defende o preso, acoberta os delitos do preso, passa a mão na cabeça. Pelo menos a maioria. Alguns tem visão, noção, eles encaminham, quando o preso está deprimido, não está bem, ou quando o preso apresenta alguma anomalia no comportamento, surtou por exemplo. Eles encaminham até antes do médico. A semana passada mesmo, um preso surtou, não queria a visita da família, surtou, olhou para eles e disse : “- Ué, vocês não morreram”?? Aí, eu atendi, e passei para o Psiquiatra.

E- Para medicar?

S- É, vamos ver se ele vai continuar no acompanhamento depois.

E- Qual a representação que os diretores tem?

S- A secretária está perdida... Não sabe que lado vai, acho que eles não se interessam não.Cada hora pede uma coisa, você percebe que é pessoal de gabinete. Não tem noção do que pede, não tem vivência prática, da real necessidade do Sistema.

E- Você acha que na secretaria, com a Escola de Administração, (EAP), você acha que eles subsidiam e auxiliam no seu trabalho?

S- É muito fraca a contribuição da Escola. Nesse momento nem tem nada, pararam tudo.

E- Você está falando do projeto de Reintegração?

S- Não, estou falando de tudo, dos cursos que eles davam. Eu tento outro referencial. Na Saúde quando tem curso, é pessoal "cobra" mesmo, gente que entende; que sabe, na Secretaria; na Escola não, eles pegam qualquer pessoa, com pouca experiência, para dar curso. É muito básico, não acrescenta muito. Você

E- Que cursos você lembra que fez?

S- Fiz de Psicopatologia, o pessoal dá para gastar verba, precisa gastar, montar o curso.. de AIDS... eu fiz um melhorzinho do teste Rocharch, fiz dois anos lá.

E- Você utilizou depois?

S- Não, ele é muito dispendioso, perde muito tempo. Precisa de muita supervisão... No Sistema não dá, é inviável.

E- O que você utilizava ou utiliza para uma avaliação? Que tipo de instrumentos?

S- Eu não faço mais avaliação... Nem tem nada de testes.

E- E se a CTC voltar?

S- Eu vou ter que me reciclar, me instrumentar de novo, estudar testes de novo, eu parei de usar, nós paramos, a CTC... Não tinha sentido avaliar presos, com testes.

E- Reciclar pela Escola de Administração?

S- Não só, eu não confio muito, vou ter que fazer fora... eu não gosto de fazer nada pelo Sistema (sisst) e pagando...

E- Qual a representação que você acha que os Psicólogos tem dos colegas?

S- Eu não parei para pensar nisso não.

E- Como você vê os colegas de trabalho? Quando você vai nos cursos, palestras. Que tipo de discurso você ouve,o que você observa?

S- Tem pessoas que cumprem o mínimo exigido, não dá pra generalizar, trabalham porque tem que trabalhar. Não se interessa pela pessoa do preso. Tem pessoas que se envolvem, que não olha para as dificuldades, do rendimento que é pouco, nada. Acaba gostando do que faz. Acho que é mais fácil a pessoa que entrou direto no Sistema gostar, do que a pessoa que tem outra experiência, outra atividade fora que tem outra experiência, pela dificuldade que tem o trabalho no Sistema. A pessoa acaba não acreditando... Então ela também não sabe direito como agir.

E- Os laudos foram muitos criticados, até por isso mesmo parou. Você acha que os laudos são importantes, na hora de representar a Sociedade que está aí fora, de alguma forma?

S- Pode ser, eu acho que a idéia não é essa.Mas a volta do laudo. A idéia é tirar das costas dos Juízes e promotores a responsabilidade sozinha de condenar ou soltar o preso. A preocupação é com a opinião publica. É com a própria sociedade. Eles estão querendo dividir a responsabilidade com a repercussão do caso.

E- Você acha que deveria ser como? Qual o papel do Laudo? Por que precisa de CTC, se é que precisa?

S- Eu acho que é para tentar se valorizar, do ponto de vista do CTC, o sentido é ver se o individuo tem o mínimo de condição de voltar para a sociedade naquele momento. Ver o potencial se tem sinais de amadurecimento, de potencial de reincidência naquele momento ou não..

E- Você acha que o Psicólogo precisa de alguma coisa específica instrumentada pela Universidade para entrar no Sistema?

S-Eu acho que tem que conhecer a realidade **fazer estoques.** O professor tem que conhecer também, e montar um trabalho em dois momentos, num primeiro momento diagnóstico, e num segundo momento intervenção montar mais trabalho. E conhecendo a realidade pode-se entender a clientela, e montar e ver a demanda, ainda que eles não peçam, conhecendo a clientela fica mais fácil, embora mais trabalhoso intervir. Deveria ser um trabalho o ano todo. Ainda que aja você conhecendo a demanda.

E- Você acredita no trabalho do Psicólogo no Sistema?

S- Eu me vejo como a gente de possível mudanças, se vai ter mudanças eu não sei... eu faço minha parte não dá pra fazer de outro. O ideal seria trabalhar em Promoção de Saúde, aqui a gente acaba pegando já a pessoa estragada, adoecida, o ideal é a linha da prevenção. É delicado trabalhar com essa clientela, é mais assim... o retorno é muito pouco, no sentido de se ver o resultado do trabalho.

E- Você tem alguma sugestão, alguma contribuição para a atuação no Psicólogo no Sistema?

S- Primeiro a Secretaria tem que parar de exigir essa parte burocrática toda, e compreender o que é importante no Sistema Prisional, coisas absurdas, como é nosso atendimento nisso, eles não procuram saber. Só vem ordem, ordem. É como essas entrevistas, o portal, para que serve isso? Parece um Censo para alguém que está fazendo uma pesquisa. Eu só não fico mais preocupada com isso, porque eu uso esse momento da entrevista para conversar com o preso, para fazer uma escuta diferente. Até deixo a entrevista de lado, e vou conversando, a questão mais burocrática eu só faço no final, porque na conversa a gente acaba tendo informações.

E- Você consegue desenvolver um diferencial em cima da solicitação?

S- É, num primeiro momento. Uma escuta.

E- O que você acha que falta ao Psicólogo nesta Unidade?

S- Acho que falta tanta coisa... O pessoal não tem nem noção... e também não estão interessados. Investiu bastante em disciplina, essa coisa do cabresto, essa coisa rígida, de colocar ordem na casa pelo grito... pelas normas e regras.

E- Não é a prevenção mesmo é a manutenção só?

S- É..., aquela coisa primitiva. Falta sala, instrumentos (testes), tem pouco local para atendimento, a Penitenciária tinha, aqui não tem... Você trabalha muito sozinha. Você põe o grupo na sala, de sete pessoas e não tem ninguém por aqui, se houver alguma ocorrência, alguém mais alterado e tenha uma reação para cima da gente, não tem ninguém para dar cobertura.

E- Você tem medo?

S- Eu não tenho medo não, mas pode acontecer.

E- Você lembra a primeira vez que entrou no Sistema?

S- Lembro. Eu me senti perdida. Procurei alguém que já trabalhasse para perguntar como era, como funcionava.

E- Você aprendeu com colega?

S- É, vi dois atendimentos.

E- Aí você já começou a atender?

S- É, do meu jeito. Porque cada um tem o seu jeito de atender.

E- Daí você já começou a fazer Laudo?

S- É, de onde vim (da Saúde), sempre tinha reciclagens, então essa parte de avaliação de diagnostico foi mais tranqüila.

E- E agora, com a proposta de reintegração, como foi para ressocialização?

S- Aqui não tem reintegração. Aqui é provisório. É para Ser. O enfoque tem que ser para esse provisório. Tem que ser rápido, porque ele ou vai sair ou vai ser transferido para outra Unidade. Tem que se pensar em Intervenção certa.

E- Nessa intervenção certa, o papel do Psicólogo aparece diferenciado do Assistente Social?

S- A especificidade depende do toque que você vai dar na hora do contato. O Assistente Social não vai fazer a leitura do preso como nós fazemos. Por exemplo, na inclusão ele faz a pergunta a seco,e a gente não, eu me preocupo com a pessoa que está na minha frente. O interesse é outro.

E- Então fica claro a diferença?

S- Para mim é.

E- Para o Assistente Social é claro essa diferença?

S- Não, eu acho que não. Tem que o tempo todo apontar essa diferença e apontar o espaço do Psicólogo.

E- Aqui fica mais claro a patologia, tem essa clareza, fazer encaminhamento, é isso?

S- Não, é conscientizar a pessoa, nesse momento eu me volto mais ao enfoque social estrutural, lógico, se percebe a patologia . Mas não é isso naquele momento que o preso está na minha frente, minha preocupação é assim que ele percebe que ele é agente da própria história, que ele pode fazer escolhas; continuar ou sair. Se escolher continuar vai ter conseqüências, se sair vai ter outras conseqüências. A vida é uma questão de escolha

E - Ótimo quantos anos você tem?

S- Idade cronológica? (risos) 49 anos.

E – Obrigada pela entrevista!

ANEXO E- Transcrição Entrevista nº5

Data 30/09/2006
Sujeito: 5
Sexo: Feminino
Idade: 40 anos
Formação: Universidade UNESP-Assis
Tempo de formada: 18 anos
Instituição: Penitenciaria II de Sorocaba
Tempo: 90'

Legendas
E - Entrevistadora
S - Suieito

E - Bom dia. Gostaria de sua autorização para divulgação dessa entrevista que objetiva a coleta de dados para uma dissertação de mestrado, sobre a formação do Psicólogo e seu trabalho em Presídios.

E- Onde você se formou?

S- Na Universidade de Guarulhos.

E- Há quanto tempo?

S- Em 1988.

E- Na sua formação teve alguma disciplina ou Supervisão que ajudou na hora de trabalhar no Sistema Prisional?

S- Não, eu não tive. Para não dizer que não tive nada, eu tive ainda com o Alvino, que na época era funcionário, Psicólogo do Sistema, então ele deu algumas pinceladas. Não tive uma matéria específica.

E- Então como você fez para aprender?

S- É aquela coisa do profissional buscar mesmo, por mim mesmo, ir atrás.

E- O que você buscou para realizar o trabalho?

S- (risos)... Então, eu busquei conhecer um pouco com quem já estava, saber de quem já estava lá, é uma coisa de um passar para o outro. Nem a própria Secretaria não deu cursos. É coisa de um passar para o outro.

E- Você chegou a fazer cursos depois na Secretaria?

S- Sim, depois, vários. Mas nenhum curso que dizia como devia trabalhar com o sentenciado, qual era a abordagem que deveria fazer. Hoje eu consigo, pela experiência fazer a leitura do curso, mas na época não. Hoje consigo receber a informação e aplicar.

E- Quanto tempo você está no Sistema?

S- Há dezesseis anos, entrei por Concurso Público, sou efetiva.

E- Por que você foi trabalhar no Sistema? O que te motivou?

S- Não foi pelo Sistema, eu nem conhecia, nem pela graduação que não abriu essa perspectiva, porque nem tive nenhuma disciplina ligada ao Sistema. Foi porque eu mudei de cidade, tinha o concurso, recém formada eu prestei e passei.

E-O que você fazia, quando chegou no Sistema?

S- Por treze, quatorze anos era Parecer Psicológico para fins de beneficio.

E- Para fazer o Parecer, precisa fazer Avaliação?O que você utilizava para Avaliar?

S- Testes e Entrevistas. Eu utilizei o Pfister, Rorchach, H.T.P., Wartegg.

E- O Rorchach você utilizava?

S- Eu tive na Escola Penitenciária (EAP). Mas eu utilizei muito pouco. Porque faltava lugar adequado, formação mais específica faltava ambiente adequado, um tempo maior, aí acabei abandonando.

E- Aí você utilizava o que?

S-HTP, Pfister, Wartegg.

E- Você fez cursos para utilizar os testes?

S- Não, eu fui com a base da graduação. Depois de muito tempo, fiz alguns cursos na Escola de Administração Penitenciária. (Wartegg, Palografico, PMK)

E- Foram bons esses cursos?

S- Foram, mas tudo num nível básico. Havia era promessa de ter módulos avançados, mas não aconteceu, era tudo no nível básico. Então não havia discussão e aplicação de casos para essa população.

E- Quanto tempo durava os cursos?

S- Eu lembro melhor o PMK, que foram 40 horas. Os outros eu não me lembro.

E- O que você acha que a EAP deveria fazer para ajudar o Psicólogo a trabalhar no Sistema?

S- Olha, para a Categoria de Agentes de Segurança tem um curso de formação. Tem uma grade curricular super pensada e elaborada para esses profissionais. Eu acho que deveria ter cursos de formação para quando a gente entra. Saber sobre o Sistema Prisional, hoje a mídia fala muito, mas mesmo assim é com a visão da mídia, mas não de quem trabalha lá falando do Sistema, do homem na sociedade, da sociedade, com a visão não só psicológica, mas também jurídica e social e psicológica também. Saber o que é o Sistema Prisional, porque ninguém sabe.

Deveria ter um curso de formação para quando o psicólogo entra, falando do Sistema, do homicídio, da sociedade, falando da visão social, histórica, psicológica.

E- O que você faz lá no seu Presídio? Você ainda faz Laudo?

S- Não, para fins de benefício não. Faço para transferência para outras unidades, ou algum parecer mais específico, quando solicitado. Hoje eu tenho um cargo de Diretoria, então como a equipe está muito reduzida, eu faço trabalho burocrático, administrativo e técnico também. Então de projetos, eu fiz recentemente em grupo com o pessoal das saídas temporárias, faço grupo de reflexão esse pessoal. Verifico documentação, contato com a família.

E- Geralmente esse trabalho é da Assistente Social?

S- Mas por conta do cargo, eu faço esse trabalho.

E- Você acha que o Assistente Social e Psicólogo tem um cruzamento no trabalho Prisional?

S- Na época dos laudos sim. A gente cruzava dados.

E- Mas o trabalho é diferente?

S- É, é diferente. As especificidades da formação e do trabalho já são diferentes. A gente, quando recebe cartinhas do sentenciado, normalmente se é com o Psicólogo, ele fala de problemas dele, de relacionamentos, doença, mais pessoais. Com a Assistente Social, eu observo que ele quer contato com a família, registro de filho, documentação. Na época dos pareceres havia sintonia maior. Hoje eu não vejo mais trabalho conjunto, não tem mais equipe, não tem mais pessoas para compor equipe.

E- Eu estou entendendo, que você acha que o preso tem uma representação adequada a respeito do papel do Psicólogo que trabalha no Sistema?

S- Eu acho que sim. Ele sabe quando deve procurar o Psicólogo, tem algumas confissões, mas de maneira geral, ele tem uma representação sim.

E- Qual a representação social que você acha que o Assistente Social tem do Psicólogo no Sistema?

S- Não é só no Sistema. Normalmente o Assistente Social não vê o trabalho dele integrado com o do Psicólogo. O Psicólogo tem mais facilidade de ver a integração do seu trabalho com o Assistente Social, do que o inverso.

E- Qual a representação que você acha que os outros profissionais tem do trabalho do Psicólogo?

S- Risos, risos... O que eu vou dizer não é só em relação a Unidade onde eu trabalho, mas eu já observei nos Cursos que eu dei no Estado inteiro para Agentes de Segurança. Eu acho que a representação que havia na época do laudo, era de que o Psicólogo estava lá para cuidar de preso,e havia um ressentimento muito grande em relação a isso. Então não havia uma interação gostosa entre o técnico e o pessoal da Segurança. Hoje, eu acredito que melhorou um pouco. Nos cursos que eu dou a gente procura conversar sobre isso. Lá na Unidade a gente procura tem desenvolvido projetos que englobem o funcionário, principalmente e primordialmente, por conta das rebeliões a gente acabou fazendo alguns atendimentos e encaminhamentos externos, porque não dá para confundir, e achar que dá para fazer terapia em funcionários, dentro da Penitenciária. Hoje eu acho que a visão é um pouco melhor, mas ainda não é um trabalho valorizado, nem pela própria Secretaria, nem pelos colegas da área de Segurança. Tem um caminho grande a percorrer.

E- Você acha que a Secretaria compreende o trabalho do Psicólogo no Sistema?

S- Eu acho que estamos numa fase de transição. Nós tivemos na época em que o Psicólogo era visto como “fazedor” de laudos mesmo, e era valorizado e importante por conta de uma exigência legal. Quando esse dispositivo deixou de ser exigido, eu acho que a gente acabou não sendo valorizado. Mas eu acho que tem uma contradição enorme aí. Quando a gente ia no prédio da Secretaria, tinha um banner enorme lá na

frente falando da Missão da Secretaria, que era entre outras coisas atender as exigências legais e reintegrar o Preso à sociedade. Mas eu acredito que é impossível se pensar em reintegração do Sentenciado, não tendo um trabalho do Psicólogo junto.

E- A contradição esta aí, não é valorizado, mas é necessário?

S- Isso, seria necessário para poder atingir a missão, hoje a gente esta com outras pessoas no comando da Secretaria, eu não sei como vai ficar essa visão. Acho que é uma fase de transição. O

Sistema teve que endurecer por conta das rebeliões, tanta coisa. Eu continuo achando que o trabalho do Psicólogo numa Instituição Penitenciária é fundamental, e importantíssimo.

E- E a CTC? O que você pensa da CTC?Ela foi destituída?

S- Ela não foi destituída, ela continua existindo, a lei da execução penal diz que o trabalho da CTC é trabalhar na Individualização do Preso, desde o primeiro momento que o cara entra no Sistema, só que ela sempre foi vista só como aquela,que só fazia Parecer para fins de beneficio, nunca fez o trabalho de CTC como deveria fazer, de acordo com a legislação, acho que hoje a gente deveria perseguir esse ideal da individualização do Preso, porque não é só pensar no crime que o cara cometeu e pensar, conhecer o perfil dele, saber que ele pode trabalhar, qual o trabalho adequado para ele, é pensar na questão da educação, na questão social, é um leque muito grande que se abre. Até porque não é um trabalho só de Psicólogo, é uma comissão, onde o Psicólogo integra uma equipe multi profissional, que vai pensar em todos essas possibilidades e perspectivas. E hoje em algumas Unidades, já se pede novamente os Pareceres porque Juízes e Promotores sentiram falta do Parecer, e havia uma parcela muito grande deles que não queria que acabasse. Só que na época o lobby do governo paulista, foi muito forte e muito grande. Uma das pessoas que estava no Comando da Secretaria, na época dizia que não era possível um técnico “entrar” no pensamento do sentenciado, e por isso fazer o Parecer. Desqualificou o trabalho, mostrou que não entende nada, mas seria de subjetividade, de individualidade, de ética profissional. Porque a intenção não era mesmo prestar atenção no trabalho desenvolvido, porque a intenção era eliminar porque ele estava atrapalhando a rotatividade, atrapalhando uma

série de coisas. Eu particularmente, acho que o trabalho não estava legal, tinha que ser melhorado, mas é a mesma coisa que dizer que tem muita gente dormindo na rua, vamos matar eliminar todo mundo, já que não consegue lidar, vamos eliminar.

E- Então você acha que deveria ter os pareceres?

S- Eu acho que sim. Fica calcado na questão de comportamento... é, comportamento é coisa séria dentro da Penitenciária, porque o cara pode ser o maior “f.da p.” do mundo, e ter alguém que segura a bronca do cara, . Comportamento é complicado só analisar no papel...

E- Como você acha que são as condições de trabalho no Sistema? O que precisa melhorar?

S- Espaço físico, sala adequada para atendimento individual e grupo. Considerando que é um lugar onde muitas vezes tem mais de cem pessoas, o trabalho em grupo muitas vezes, é o recomendável. Número de profissionais aumentado, remuneração melhorada, reconhecimento do conhecimento técnico.

S- O que te motivou a permanecer no Sistema?

E- Pode parecer bobagens mas eu gosto do trabalho. Não gosto das condições de trabalho, mas eu gosto do trabalho, acho importante. É complicado explicar esse gostar, a maioria das pessoas diz. Dependendo do tipo de trabalho que você faz... quando eu fiz o grupo das Saídas, foi uma delícia, eram pessoas que tinham um outro propósito. Claro que você nunca sabe que vai voltar ou não, que vai buscar a família, que vai assaltar um, banco, a gente nunca sabe. Mas foi um trabalho gratificante. Tem uma parte que ser funcionário publico concursado, fica difícil abrir mão de um serviço estável e sair e ir buscar outro tipo de trabalho, tem uma parte que a carga horária nos permite fazer outros trabalhos, então é uma reunião de fatores. Acho até que é importante ter outros trabalhos, senão a gente surta.

E- O que você faz além de trabalhar no Sistema?

S- Hoje eu trabalho com educação, mas já fiz vários outras coisas : seleção, treinamento, Hospital Psiquiátrico.

E- Hoje você dá aulas dentro do Sistema, mas não é sobre o que você faz dentro do Sistema?

S- Não, mas a nossa formação Acadêmica ajuda muito,além da experiência no Sistema auxilia muito. Dou aulas de Valorização Humana de Relações entre pessoas, Direitos humanos, ético, criminológico; então a formação de Psicólogo (mais a formação de Direito que eu falo) ajudou muito para dar as aulas.

E- Você acha que a EAP deveria dar uma ênfase ao trabalho do Psicólogo no Sistema? Mas você acha que na Universidade deveria haver uma disciplina, ou alguma visão de que trabalho e queira vir a trabalhar aqui depois?

S- Eu acho que sim. Eu não conheço a grade curricular, mas pensando em termos de Educação, ter algumas disciplinas divididas em frentes. Talvez na graduação do Curso de Psicologia, deveria ter frentes falando sobre Presídios, Violência Urbana, que tenha uma frente que venha falar sobre Violência Doméstica, enfim... Acho que deveria ter essas divisões, e uma seria de Psicologia Jurídica. Olha hoje temos, mais de 100.000 pessoas presas, 145 Unidades , e 307 Psicólogos em atuação. Então eu acho que a gente deveria aumentar o número de profissionais atuantes e acho que o conhecimento é importante, não só para concurso, até mesmo para quem vai trabalhar no Sistema, Consultório, vai encontrar pessoas ligadas ao tema,ter familiar preso, ou foi vítima de Violência, ou trabalha em ONG, ou outra Instituição, deve ter o conhecimento, é importante até para outros trabalhos , outros locais.

E- Em que mais a Universidade deve auxiliar esse aluno que vai se formar em Psicologia?

S- A disciplina e uma discussão e a visão prática mesmo.

E- O que precisa acontecer na Secretaria, para que o Psicólogo venha a ser valorizado? Como a categoria pode se preocupar diante da Secretaria?

S- Eu não vejo um pólo só. Não é só querer estar no comando, tem o lado do profissional, que tem quatro, cinco empregos e ele próprio não valoriza o seu trabalho, ele próprio não discute com colegas, não se relaciona com outros funcionários.

E- Você acha que... a gente tem valorizado o profissional antigo? Você acha que tem investimento desse profissional, nessa busca?

S- Alguns, eu digo por isso eu fui buscar.

E- Fala um pouco do trabalho da sua Unidade?

S- Lá está há uns três, quatro anos, 80 ou 90% da população que cometeu delito contra os costumes, em especial estupro e atentado violento ao pudor. É uma população "fácil" de trabalhar (estou repetindo a fala do pessoal da Segurança), que acham que como eles não são aceitos, muitas vezes não tem onde ir, se adaptam ao Sistema. Como Psicólogo eu não acho fácil de trabalhar porque o nosso objetivo e outro, nosso objetivo não é "guardar pessoas" , não é um dia abrir a porta e dizer agora pode ir embora. Normalmente são educados, nos tratam bem, mas são pessoas que não falam abertamente sobre o delito, na maioria das vezes negam o delito, na maioria das vezes estão desvinculados afetivamente, e para trabalhar com pessoa total desvinculada do contexto social, afetivo, familiar é difícil, principalmente os pedófilos, se a Violência foi praticada com um membro da família, e na maioria das vezes é o que ocorre, muitas famílias abandonam não querem saber. Tem bastante visita lá, mas a gente observa que os vínculos afetivos são mais comprometidos. Então o trabalho não fica tão fácil, como acha o pessoal da Segurança.

E- Você acha que é possível ressocializar, reintegrar?

S- O que eu já a li a respeito, o que eu já vi profissionais falando, é difícil que a pessoa por causa do delito(vários ficam com a esperança que a justiça defina) consiga se recuperar. Até porque é um delito que não é comprometimento social, é mais de caráter, mais patológico. E nós não temos um trabalho, que nós podemos analisar e comprovar

em estudo sobre reincidência. Nós não temos uma análise, avaliação posterior. Nós não sabemos o que acontece com o cara depois que ele sai. É diferente do CR, eu conversei com a Diretora de Rio Claro, lá são mulheres. Lá eles têm esse dado porque a maioria das pessoas é da cidade, então se reincide, volta lá mesmo...

E- Eu tô percebendo que você tem uma fala “psi”, embasada na Psicologia, na teoria, fundamentada. Como você consegue?

S- É a experiência mesmo. Vários trabalhos, cursos que eu fiz, que eu dou... É isso.

E- Você acha que tem uma Secretaria mais atuante que a nossa Secretaria, em termos de “profissionalizarem” mais?

S- Eu acho que não. No meu caso, é uma busca pessoal. Deve ter Secretarias que oferecem mais perspectivas, mais que a nossa. Mas... eu acho que na Saúde, o Psicólogo tinha mais inserção.

E- Como o Diretor da sua Unidade percebe o trabalho do Psicólogo?

S- Olha, o Diretor que está conosco, está a menos de um ano. Ele nos ouve, aceita, mas na prática ainda não sabemos até que ponto... Não é questão de autorização, mas de recursos mesmo. . Há uma boa receptividade,mas na prática, falta encaminhar algumas questões.

E- Quantos anos você tem?

S- Quarenta.

E- E o pessoal da Secretaria? O que pensa do trabalho do Psicólogo?

S-Eu acho que precisa uma discussão entre técnico, e Coordenadorias, e fazer uma reunião geral. Quer seja porque o pessoal está adoecendo, porque tem pouco profissional, quer seja porque os laudos estão voltando. A gente precisa ter uma infra-

estrutura. Isso acaba fazendo a diferença. Precisa ter troca, interação. A Secretaria não se preocupa com isso. Precisamos ter discussões. Mas não tem respostas.

E- Você acha que a CTC vai voltar?

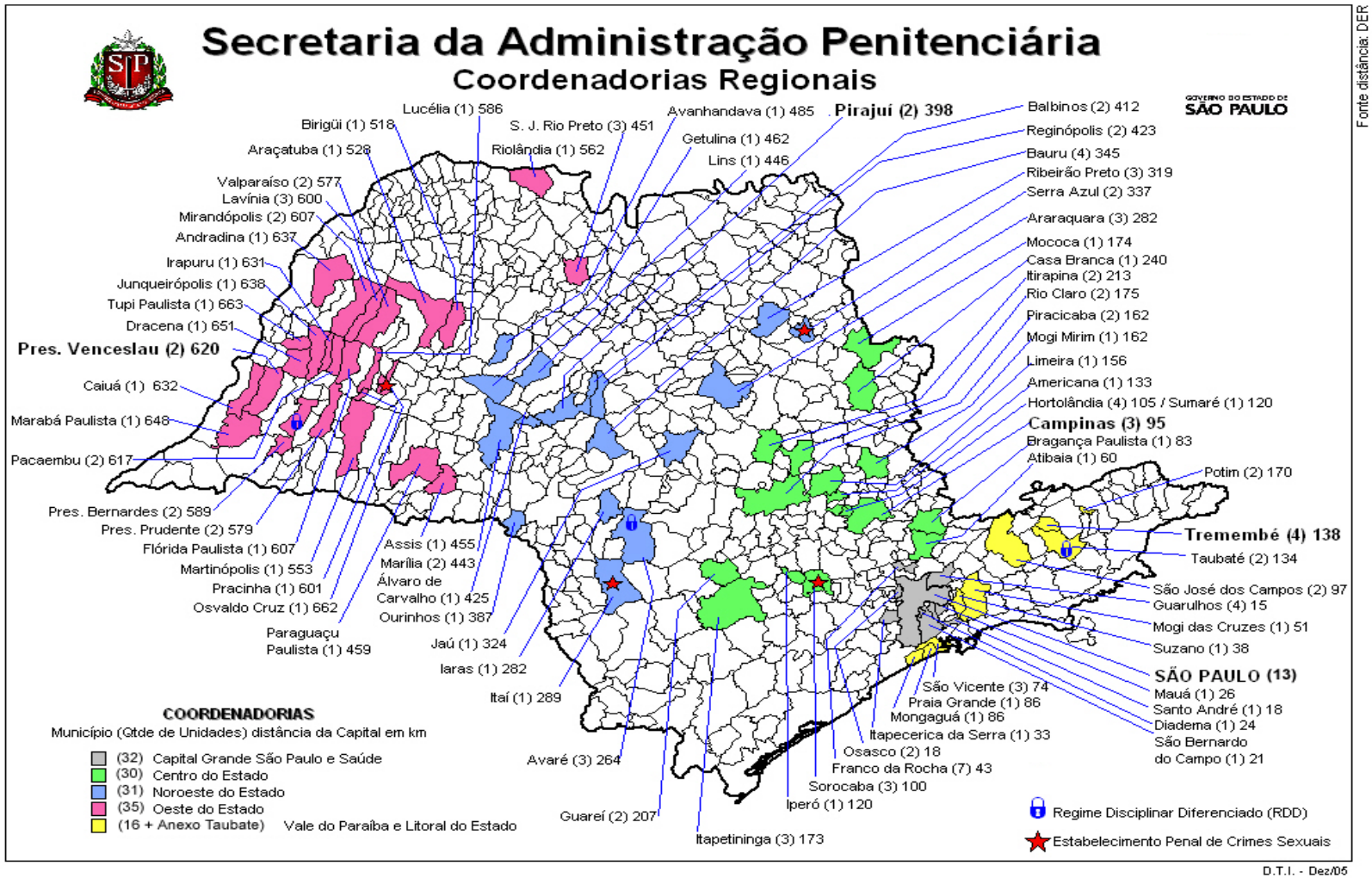
S- Eu acho que sim. Tem Unidades já fazendo...

E- Gostaria de acrescentar algo?

S- Não, acho que está bom.

E- Obrigada pela entrevista.

ANEXO F: Mapa das Unidades



This document was created with Win2PDF available at http://www.daneprairie.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.